

PROBLEMAS SEXUAIS

VOCAÇÃO E DESTINO DE CADA SEXO

NA FAMÍLIA

Na família, o homem e a mulher visam fins opostos, mas complementares e concorrentes para o destino universal. De aí, a dificuldade para a constituição da família moralmente estável e juridicamente válida.

A dificuldade está em enunciar precisamente os deveres recíprocos dos cônjuges, e os recíprocos direitos, ao contrário da declaração de igualdade, inútil na teoria e na prática. A situação legal de casamento, se não mantiver a correspondente realização concreta, resvalará necessariamente para a dinâmica do divórcio, consumado ou não, por sentença judicial.

Em princípio, tanto o homem como a mulher são livres de constituir família. Importa, todavia, que essa liberdade não seja tolhida, quer por preconceitos, convenções e impedimentos sociais ou morais, quer por sucessivas prescrições legais que adiam por vezes indefinidamente a união matrimonial e o momento alto da maternidade. O tempo não é irreversível.

Fundada originariamente no sacramento espontâneo do matrimónio, no qual os únicos celebrantes ou ministros são o homem e a mulher, a família deve desenvolver-se social e espiritualmente de modo a garantir aquelas qualidades que, transmissíveis por hereditariedade, tendam a sublimar-se de geração para geração. Sem este sentido do progresso no tempo, a família não cumpre o seu fim transcendente.

NA ESCOLA

A escola tem por fim, em primeiro lugar satisfazer as vocações de ambos os sexos e em segundo lugar, as dos indivíduos e dos caracteres.

Tais finalidades só serão integralmente atingidas mediante a convergência de diferentes sistemas de ensino; desde a primeira escola até ao grau que for indispensável, a educação deverá pois ser sexuada. Entende-se que não deve ser vedado o acesso a qualquer escola superior, às mulheres que, para tal, mostrem aptidão discente e, por consequência, habilitadas com títulos profissionais, trabalhem em concorrência com o homem — visto que está internacionalmente estabelecida a igualdade de direitos e de deveres. Todavia, esta abertura legal não obriga a que a vocação da mulher, na maioria dos casos, se realize necessariamente dentro daquele espírito de concorrência ou competição.

O HOMEM

Ao constituir família, o homem tem principalmente em vista transcender-se, projectando na sua descendência os valores espirituais e realizando, ele próprio, a missão para que se sente predestinado.

O homem, porém, alienou as suas responsabilidades:

a) O sustento económico, de modo a evitar o trabalho forçado dos seus familiares.

b) A educação dos filhos, transferindo-a para as escolas onde o ensino é abstracto, social e mediano.

c) A honra conjugal e a hereditária, relegando-a para os tribunais.

a) A criança tem um número, que se sobrepõe ao seu nome.

b) A vocação masculina aparece tardiamente no homem, porque mais diferenciada, mas a escola ignora deliberadamente este facto.

c) A vocação do homem é para as artes arquitectónicas, nomeadamente a filosofia e suas derivadas, mas a escola positivista, preocupada somente com as ciências e as técnicas, contraria de raiz essa vocação.

d) À medida que o adolescente vai tomando consciência da sua liberdade, revolta-se contra a docência escolar, o que se manifesta pelo desinteresse e falta de aproveitamento.

A MULHER

Ao constituir família, a mulher tem principalmente em vista a maternidade, pela qual assegura a continuidade da espécie humana e a extensão social dos valores descobertos e propostos pelo homem.

A mulher, porém, alienou as suas responsabilidades:

a) Perdeu a noção do casamento e alegando os seus direitos, abandona facilmente a sua insubstituível missão na casa, com pretextos de trabalho ou diversões exteriores.

b) Minorou a noção de maternidade, limitando-a à natividade, porque antes e depois deste acto, não procede de acordo com a plenitude das suas funções de mãe.

c) Quebrou o sigilo conjugal e com ele pôs em perigo o vínculo familiar.

a) A vocação maternal aparece mais cedo na mulher, mas a escola ignora-a deliberadamente.

b) A vocação da mulher é para as artes plásticas, nomeadamente a escultura e suas derivadas, mas a escola positivista, preocupada somente com as ciências e as técnicas, contraria de raiz essa vocação.

c) A mulher, pela sua natural passividade, adapta-se mais facilmente aos programas de ensino — o que se manifesta em classificações mais altas nos exames e concursos — obtém posição escolar superior à do homem.

NO TRABALHO

Toda a legislação do trabalho que assente na unidade ou na igualdade de preceitos para o homem e a mulher, isto é, que esqueça a complementaridade dos sexos, realizará o desequilíbrio em detrimento do mais fraco. À medida que as realidades exigem a atenção ao concreto, modifica-se o direito do trabalho, que havia sido legislado só para o homem adulto, no sentido de abrir excepções para a mulher e a criança.

Há profissões que devem ser vedadas à mulher solteira, outras à mulher casada, outras ainda à mulher grávida, parturiente, mãe e educadora.

Nestas condições, a remuneração do trabalho feminino vem a ser mais pesada, tanto para as empresas como para as instituições de previdência.

NA CIDADE

Estabelecida, por lei, a igualdade dos deveres e dos direitos para ambos os sexos, chega-se ao fim de um processo ideológico, doutrinário e teórico. Depois, há que concretizar o abstracto e aplicar o teórico. Nessa altura reaparecem as diferenças de aptidões e de vocações, o que obriga o restabelecer, noutros termos, a desigualdade de direitos e de deveres, afinal porque a realidade humana na pluralidade das suas dimensões, excede o idealismo pragmático que está na origem desse processo histórico. Nestas condições, será menos lógico partir da antropologia para a legislação e não vice-versa.

A unidade civil é o fogo ou o lar. Quando se torna desmedido o número de fogos ou de lares, deixa de existir a cidade, e em vez dela instala-se um aglomerado sem distinção já para as famílias ou para o convívio do homem com a mulher. Pela extensão territorial ou pela densidade populacional, as cidades tornam-se em pequenos estados, como por exemplo, Lisboa, e então, entra-se propriamente no domínio da política.

NO MUNDO

A realidade do amor não tem só um significado biológico, antropológico e sociológico; é uma realidade cósmica e ôntica, cuja transcendência só aos pensadores, escritores e artistas é dado ver.

É isto que explica que ante o amor devam cair os obstáculos da raça, nacionalidade, religião, classe, fortuna, educação, idade ou condição biológica, conforme a reivindicação da literatura e da história, mas principalmente da filosofia e do teatro.

É no amor que se realiza aquela união anímica e espiritual que, ultrapassando a limitação individualista, simboliza a reintegração dos seres e abre caminho à redenção da humanidade. Com efeito, tal redenção, concebida em qualquer plano, só é possível pela experiência do amor. O amor é um princípio associativo que se realiza na pacificação dos complexos de origem corporal, na purificação geral de todos os sentimentos humanos e numa conceptualização épica do mundo e da vida conforme com o paradigma imortal de Dante.

O HOMEM

A missão do homem é viver heróicamente, realizando a conquista de valores espirituais, que lhe cumpre transmitir à posteridade.

Em igualdade de circunstâncias e trabalhando lado a lado, o homem rapidamente é superado pela sua rival, que pela subserviência obtém o agrado e o favor dos superiores. Disto resulta que o nivelamento das condições de trabalho é aferido pelo comportamento e pelo rendimento da mulher.

É ao homem que compete investigar as causas ocultas que movem as lutas sociais.

A actividade política no homem desce do plano internacional ao plano nacional, e deste à província, ao distrito, ao município e à freguesia. É esta a ordem, aliás, dos seus problemas de criação pelo espírito.

O homem faz depender a resolução dos problemas imediatos da visão geral do ser a que adere, não estática e conservadoramente, mas numa constante ânsia de superação e de verdade.

O homem livre determina-se pela ciência; portanto, a opinião, que tanto pode ser verdadeira como falsa, não é termo válido para a escolha ou eleição dos dirigentes políticos.

O homem vê o amor como um fenómeno cíclico, num tempo heterogéneo.

O homem reclama o direito à liberdade e ao nomadismo que são condições da evolução.

O homem quer assumir o mestrado espiritual da família, invocando não só a sua experiência, a sua cultura e a sua educação, mas também a sua linhagem natural e sobrenatural.

Na complementaridade filosófica das duas visões do mundo, o homem encontrará a solução desta dialéctica.

A MULHER

O trabalho da mulher é essencialmente doméstico; por isso ela transfere para o escritório, a oficina e o balcão, tanto as virtudes domésticas como os respectivos vícios. Quer dizer, ela procura aperfeiçoar o ambiente de trabalho com as suas aptidões de dona de casa, mas ao mesmo tempo o seu espírito crítico exerce-se pela intriga, a inveja, o despeito e a calúnia, o que provoca um conflito latente e permanente entre os dois sexos.

Seus companheiros de trabalho, os homens pouco a pouco são contaminados, tornando-se facilmente espíritos mesquinhos na apreciação das pessoas e das coisas e subservientes, debilitando assim as suas virtudes másculas.

Nos dois sexos fica assim perdido o sentido da responsabilidade, que é transferido para os superiores nas sucessivas graduações burocráticas.

A mulher, se for chamada à actividade política, mostrar-se-á mais competente e mais útil na freguesia do que no município, no município do que no distrito, no distrito do que na província, na província do que na nação.

A mulher prende-se ao imediato, ao concreto, ao próximo, pois, mais preocupada com os valores de bondade e de beleza, se alheia mais da luta pela verdade, motivo porque é tradicionalmente conservadora e mantenedora do prestígio das autoridades familiares, escolares, políticas ou religiosas. Eis porque, em assuntos de vida pública, a mulher deve atender à visão universal que o homem tem da verdade e da justiça, ao mesmo tempo que o homem deve dar ouvidos à voz subtil da experiência existencial concreta e pragmática da mulher.

A mulher sente o amor como um processo contínuo num tempo homogéneo e infinito.

A mulher pretende assegurar a conservação rotineira de uma estabilidade ideal.

A mulher recusa ao homem o ascendente espiritual, transferindo-o para outros poderes sociais, naturais ou sobrenaturais que, segundo ela, têm mais valor do que a mera opinião do amado.

Na harmonização das suas virtudes anímicas à mensagem que o homem lhe trouxe pelo amor, a mulher achará a solução deste conflito.

"O HOMEM E A MULHER

DIFEREM EM CADA UMA DOS MILHÕES DE CÉLULAS QUE OS COMPÕEM"

— diz Jean Rostand, ao abrir novos horizontes à ciência genética

«57» tem dedicado sucessivamente a sua atenção a problemas que, passando muitas vezes despercebidos ao olhar abstracto dos juristas, pedagogos ou políticos, se encontram todavia na raiz das mais graves dificuldades do nosso tempo. Se não temos adoptado ou aplaudido as fórmulas entronizadas de uma cultura geral que pensa de ouvido e se regula pelos cabeçalhos dos jornais franceses ou pelos sumários dos livros e compêndios das maiores potências culturais, é porque efectivamente consideramos uma deficiente elaboração espiritual, aquela que passivamente recebe ou se alista, esquecendo-se de criar segundo coordenadas próprias. Assimilar os ensinamentos da ciência e da arte de outros países é tão indispensável, como o é transformá-los, depurá-los e sobretudo recriá-los de acordo com a nossa experiência específica de portugueses. A cultura livreira, com efeito, não substitui a experiência.

O leitor recorda-se de algumas das nossas campanhas culturais: sobre a situação social do escritor português, sobre a filosofia portuguesa, sobre o primado da antropologia ou sobre o homem contemporâneo no labirinto burocrático. De todas elas se pode dizer que, mal aceites a princípio, acabaram por se impor naturalmente, se é que são de considerar oposições meramente de ânimo e de vontade. A última teve mesmo a fortuna de ver pouco tempo depois, confirmação oficial num decreto oportuno sobre simplificação burocrática.

No presente número, a par de outros temas, focamos especialmente o nosso olhar sobre a campanha para uma fundamentação antropológica mais adequada da família, da escola e do trabalho, onde a diferenciação total entre o homem e a mulher não é reconhecida, com graves efeitos psicológicos e sociais, que perturbam por completo a harmonia entre os seres, devido à infundável gama de complexos assim gerados.

É certo que a campanha feminista, de fins do século passado, perturba ainda hoje a proposição do problema e a sua solução. Não se trata porém de hierarquizar, de saber qual é superior, mas simplesmente de reconhecer a diferença espiritual existente e, à base desta realidade antropológica a que não se pode fugir, reformar e reconstituir a vida familiar, escolar e profissional.

Fazemos acompanhar a problemática exposta nas primeiras páginas, da confirmação dada pela filosofia e pela ciência. Assim, traduzimos, de Kant, alguns trechos pouco conhecidos do seu livro, entre nós inédito «Antropologia em sentido prático». Já depois de compostas as nossas considerações, o Figaro Littéraire, na primeira página em fundo, com grande relevo, sensacional artigo de um dos maiores biólogos do nosso tempo, o francês Jean Rostand, com o título «O homem e a mulher diferem em cada uma das suas células». Era a prova científica do que a filosofia teorizava já, desde as observações ainda um pouco empíricas de Kant, até às reformas propostas por Alvaro Ribeiro no seu último livro Escola Formal. E cedo ainda para ajuizar da repercussão dos estudos feitos por Rostand e outros geneticistas. Creemos que eles alterarão de alto a baixo a estrutura do ensino e até da sociedade. Eis, por conseguinte, os passos principais do trabalho de Jean Rostand.

«Desde que a ciência da genética nos fez conhecer a maneira como se determina o sexo em todos os seres vivos, ninguém duvida já que um homem e uma mulher diferem um do outro até mesmo na zona secreta dos seus

tecidos, e, mais precisamente, em cada um dos milhões de células que respectivamente os compõem.

O sexo do futuro indivíduo é fixado desde o encontro das duas células parentais que se conjugam para formar o ovo. No seu núcleo está até inscrito de maneira visível, pois que se se pudesse examinar os cromosomas grandemente ampliados encontrá-los-íamos diferentemente constituídos segundo pertencessem a um ovo produtor dum rapaz ou a um ovo produtor duma rapariga.

Os cromosomas — essas partículas do núcleo celular que desempenham um papel preponderante na transmissão dos caracteres hereditários — são no número de quarenta e seis, distribuídos em vinte e três pares, dos quais cada um compreende um cromosoma herdado da mãe e um cromosoma herdado do pai. É de um destes pares cromosómicos que resulta toda a responsabilidade do futuro sexual do novo ser: no ovo destinado a produzir uma rapariga, e composto de dois cromosomas semelhantes pelo tamanho (cromosomas X); no ovo destinado a produzir um rapaz, de dois cromosomas diferentes, um idêntico ao cromosoma X e o outro sensivelmente mais pequeno, que se designa por cromosoma Y.

Assim, o futuro feminino de um ovo humano está ligado à presença de dois cromosomas X; o futuro masculino, à dum cromosoma X e de um cromosoma Y.

De resto, temos muito boas razões para pensar que o cromosoma Y só desempenha um pequeno papel — se é que desempenha algum — na determinação do sexo, o qual não dependeria senão da unidade ou da dualidade do cromosoma X.

É fácil de compreender que a fórmula cromosómica inicial se mantenha em todas as células do indivíduo, visto que estas derivam do ovo por divisões ou subdivisões sucessivas e que é próprio da divisão celular assegurar a continuidade cromosómica fazendo passar integralmente — salvo acidente, muito raro, de distribuição — os cromosomas da célula mãe para as duas células que ela engendra.

Daí vem que em todas as células de um homem — quer se trate de células do fígado, do estômago, do baço, do rim, do cérebro, do coração, etc. — se deve encontrar entre os seus vinte e três pares de cromosomas o par XY característico do seu tipo sexual, e da mesma maneira, em todas as células duma mulher se deve encontrar o par XX, característico do seu.

Esta noção de ubiquidade celular do sexo é evidentemente duma grande importância para o biólogo. Claude Bernard dizia já que a célula apresenta em miniatura a imagem do organismo inteiro; esta fórmula do grande fisiologista conserva o seu valor no que diz respeito ao tipo sexual: a mas-

culinidade ou a feminilidade reflectem-se no último dos componentes do ser.

SÓ OS MAMÍFEROS...

Seja como for, desde que os dois sexos diferem pela constituição cromosómica, dever-se-ia teoricamente, poder reconhecer o tipo sexual dum ser humano pelo exame das suas células. Na realidade as coisas não são tão simples, porque os cromosomas, além de serem invisíveis durante o período de repouso celular, são muito pequenos e emaranhados, o que torna difícil a interpretação das suas imagens microscópicas.

Em contrapartida, dispomos, de alguns anos para cá, dum método muito mais maneável para diagnosticar o sexo celular, utilizando um carácter relativamente fácil de demonstrar e que, além disso, se deixa apereber mesmo nos núcleos em repouso.

É aos biólogos canadianos Barr e Bertram que se deve esta notável descoberta, anunciada em 1949.

A observação foi feita, no princípio, em células nervosas de gato: no núcleo das células da fêmea, distingue-se um pequeno aglomerado de cromatina (substância que se pode colorir por reactivos apropriados), ausente nas células do macho. Para falar com mais precisão, este amontoado de cromatina falta em certas células femininas e aparece em certas células masculinas, mas a sua presença é incomparavelmente mais frequente nas primeiras, se bem que basta examinar um número suficientemente elevado de células para se poder, sem medo de errar, afirmar que provém dum macho ou duma fêmea.

Estas primeiras revelações suscitaram em todos os países uma série de trabalhos que deviam confirmar e alargar a outras espécies animais os resultados dos autores canadianos.

MEDICINA LEGAL E OBSTÉTRICA

O diagnóstico celular do sexo pode-se fazer não só sobre uma parcela de pele, mas também sobre um simples frottis de mucosa, bucal ou vaginal, ou mesmo sobre uma gota de sangue, sendo a cromatina sexual bem evidente em certa categoria de glóbulos brancos (polinucleares neutrófilos).

O teste de Barr dá lugar a interessantes implicações em medicina legal: segundo Dixon e Torr, permitiria identificar o sexo dum indivíduo sobre fragmentos de tecidos extraídos quatro semanas depois da morte.

A identificação pode-se fazer sobre resíduos celulares aderentes a uma lâmina de faca, sobre os dentes, mesmo sobre os cabelos, desde que tenham conservado as suas raízes.

Uma outra aplicação, muito notável: diz respeito à predição do sexo antes do nascimento. Desde há muito, biólogos e médicos tinham debatido este problema, sem poderem encontrar a solução. Pela primeira vez, graças ao teste de Barr, possuímos um meio certo de reconhecer o sexo dum feto: o único inconveniente do processo é que é necessário recorrer a um acto operatório que não será do gosto de todas as mães...

Extrai-se por meio dum trocar-te, um pouco de líquido amniótico; este contém, sempre, em suspensão, células provenientes da escamação do feto; procurando aí a cromatina sexual, obter-se-á com toda a certeza a informação desejada.

Mas é sobretudo no estudo das anomalias sexuais que o teste de Barr fornece indicações preciosas e por vezes, inesperadas.

Conhece-se um certo síndrome — chamado síndrome de Turner — que caracteriza um infantilismo de tipo feminino; os indivíduos atingidos são de estatura pequena e apresentam deformações variadas. Até aos últimos anos não se duvidava que eles fossem «mulheres» no seu desenvolvimento ovárico. Ora o exame da sua cromatina sexual denunciou neles uma maioria de machos. O sexo cromatiniano sendo assimilável ao sexo cromosómico, é necessário admitir portanto que estas mulheres aparentes são, originalmente, homens cujas glândulas sexuais não se puderam desenvolver no decurso da vida embrionária e que, por isso, tomaram o tipo neutro o qual se confunde, nos mamíferos, com o tipo infantil da fêmea.

No caso de uma outra afeição — síndrome de Klinefelter — os indivíduos apresentam o tipo masculino e no entanto, o exame das suas células indica o sexo feminino. Aqui ainda o teste de Barr faz aparecer uma discordância entre a aparência sexual do indivíduo e o seu sexo cromosómico.

Nos hermafroditas o sexo cromosómico é umas vezes feminino outras masculino.

Enfim, perguntamo-nos naturalmente, se certas anomalias psíquicas da sexualidade (inversão sexual, transsexualismo, tendência ao disfare), não poderiam ser levadas à conta de uma discordância entre o sexo aparente e o sexo original; mas não foi possível, até aqui, recolher nenhum argumento sério em favor dessa hipótese. Em todos os anormais da sexualidade que foram submetidos ao teste de Barr, encontrou-se um sexo cromosómico semelhante ao sexo aparente.

Figaro Littéraire, 26-9-59.

57

Folha independente de cultura

Ano III — N.º 7 — Novembro de 1959

DIRECTORES

António Quadros e Fernando Morgado

EDITOR

Afonso Botelho

ADMINISTRADOR

Francisco Sottomayor

REDACTORES

Avelino Abrantes
Afonso Botelho
Afonso Castelão
José A. Ferreira
António Quadros
Fernando Morgado
Francisco Sottomayor

COLABORAM NESTE NÚMERO

António Santiago Arca
Ana Hatherly
Agustina Bessa Luís
Joaquim da Silva Loureiro
Alfredo Margarido
A. Rocha Pereira
Jorge Frete
Carlos Manuel Ribeiro da Silva
Fernando Sylvan

LEIA

	Pág.
O Mito do Espírito	4
Do Positivismo à Idolatria	7
O Lugar do Templo	8
Reflexões	9
O Riso	10
Da comunicação	8
Esquema do Messianismo	11
Da Obediência	11
O carácter de cada sexo	12
Gerção e corrupção	13
2.º Inquérito nos estudantes	14
Antologia do Pensamento Português	15
Nós, os portugueses	18
Crise, Acção e Pensamento	20

COLABORAÇÃO RESPONSÁVEL

A doutrina de cada artigo é da exclusiva responsabilidade do autor.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Século, 34, 1.º — Telef. 242 11 LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(Continente)	
Série de 3 números	15800
Série de 6 números	30800
Série de 12 números	60800
(Ultramar e estrangeiro)	
Mais 10 % sobre os preços indicados	

«57», é composto e impresso nas Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco, Lda., de Lima, Victor e Lima, R. João Saraiva, 10-A (Alvalade) — Tel. 76 01 18/9 — Lisboa.

«57», é distribuído pela Agência Portuguesa de Revistas, Rua Saraiva de Carvalho, 207 — Telef. 66 86 29-66 86 84 — Lisboa.

O presente número tem 20 páginas PREÇO 750

O MITO DO ESPÍRITO

I

Essência do movimento cultural

Religioso ou laico, quer o mito do Espírito, arquétipo visível das elites, que haja uma evolução humana, que haja movimento do homem e que este não seja apenas positivo, material, técnico. Culto de Espírito Santo e cultivo do espírito, nas expressões transcendentalista da religião e imanentista da literatura, concordam na substância, embora a diversidade do método possa iludir quanto à visão interior ou inconsciente das elites que, respectivamente, adotem um ou outro ideal. A libertação dos valores espirituais aprisionados nas formas sociais, mentais e anímicas que negam ao homem o movimento para a sua própria superação, sublimação ou redenção, é em consequência o escopo final das políticas, das filosofias e das religiões.

Estas porém, esgotado o seu primeiro impulso criador, tendem a tornar-se rígidas, conservadoras, estáticas e mal servidas por homens que, não podendo já criar mas apenas manter, transferem a sua primitiva missão solar para a esfera nocturna dos interesses egoístas. É a lei do criacionismo, fatal para a raça dos homens quando contrariada: nasceu o ser humano para fazer da sua vida uma contínua criação e só por isso se diz que foi feito «à imagem e semelhança de Deus». Programáticas, pretendendo quando a vontade é erguida à categoria de absoluto, que um corpo doutrinário perdure eternamente e utopicamente, isto é, em todos os tempos e todos os espaços, as políticas, as filosofias e as religiões deixam de satisfazer o ímpeto criador dos homens, petrificando-se em volta de conceitos rígidos que antagonizam a evolução, o progresso, o movimento espiritual e, esquecendo que o mito do Espírito, ou é vivo e sempre criador, ou não passa de uma mera fórmula de menorização e até de escravidão, propiciam então o aparecimento dos movimentos culturais. Estes são com efeito, um protesto contra o que é morto nas políticas, nas filosofias e nas religiões. Mais do que um protesto, representam a revalidação do mito espiritual, retomando por sua conta e risco, contra a pressão das grandes potências sociais, o movimento do culto ou do cultivo do espírito. Está certa a designação: movimentos culturais.

Aparentemente inócuos em expressões de arte, de crítica, de literatura, os movimentos culturais são sempre, todavia, algo de movente e espiritual que vem preencher lacunas do institucionalizado. Se ainda há pouco um lúcido pensador pôde escrever que a arte é um sucedâneo da religião porque a contemplação da imagem demiúrgica é sempre um acto de culto, o mesmo se pode dizer em relação ao diálogo entre crítica e política ou entre literatura e filosofia. Pode o movimento cultural ter fraca e má consciência da situação que assume, pode estar lúcido e desperto ao ponto de conhecer os fins que realmente visa. Em qualquer caso, está corrigindo as lacunas, os espaços mortos, o movimento interrompido da política, da filosofia, da religião. A história dos movimentos culturais de um povo ou de uma civilização é a história do esforço magnífico de uma minoria para equilibrar e resolver o peso do pecado contra o movimento. Neles e por eles, sempre se cumpre, mesmo quando socialmente diminuído, o mito do Espírito.

II

O anátema

Julgamos ter este jornal representado, ao longo dos seus sete números, não algo de isolado no tempo e no espaço, dependente da intencionalidade dos seus fundadores e colaboradores, mas porventura fase ou nítida instância de uma dialéctica espiritual bem mais vasta. Se todo o actuar humano é simultaneamente um ser-em-si e um ser-no-mundo, quer dizer, como microcosmos é o reflector de forças e correntes mais poderosas do que as que aparentemente se jogam, o «57» assumiu uma forma empenhada de cultura, um tipo de intervencionismo cujo alcance teleológico ultrapassa a cidade e atinge o próprio cerne da pátria, transcendendo esta e põe em causa o mesmo sentido de uma civilização, transfigura, o momento e implica uma dinâmica no tempo, para cuja evolução veio ou pretendeu vir a dizer a sua palavra motriz. Por limitado que haja sido o fôlego teórico e pragmático dos seus redactores, por minorizadas que possam ser consideradas as suas personalidades, por irrealizadas que tenham sido as virtualidades a princípio anunciadas, dificilmente se roubará ao que se chama o «movimento 57», o lugar que efectivamente ocupa — ainda que como diminuto microcosmos — no caminho de uma cultura situada (a portuguesa) que, entroncando-se por sua

sentia qualquer género de racionalidade, é o aviso solene e religioso que uma ortodoxia e uma dogmática enviam aos seus fiéis. As diversas ortodoxias e dogmáticas que se disputam o corpo social do nosso país e da nossa civilização pronunciam efectivamente o anátema contra o «57», no desejo voluntarioso de eliminarem uma forma de concorrência que se lhes afigurou perigosa. Em voz por vezes altissonante tais anátemas foram pronunciados. Não representando uma potência social, não dispendo das cortinas protectoras de uma ortodoxia religiosa, de uma corrente política ou de um *statu universitário*, o «57» foi um fácil e cómodo alvo. Apenas uma dúzia de jovens, porquê hesitar no gesto antigo e inebriante de anatemizar?

Sem um clero, sem um exército, sem um funcionalismo, sem uma policia, sem um partido, sem um alistamento de sectários, sem uma juventude arremetida, sem a defesa, sequer, dos lugares comuns consagrados pelos literatos franceses — que alvo ideal nós fazíamos! Porquê tanta obstinação se, em três anos, o «57» não passou de sete números com reduzida tiragem e sem o concurso de nenhum dos escritores em voga, se o «57» não tinha a apoiá-lo uma só força social? É efectivamente possível que tivésse-

Por
ANTÓNIO QUADROS

reduzir uma oposição às facilidades de um letrado. Quem são? Da A. C., da U. N., do P. C., do O. D., talvez da C. M., do P. S. ou da M. P., mas afinal não da S., da O., da M.?

Quem somos, realmente? Para o compreender, é talvez necessário passar em revista criticamente, aos principais movimentos culturais portugueses da época moderna — já que é impossível enumerar aqui toda a dialéctica de uma espiritualidade com fundíssimas raízes.

III

Românticos e Vencidos

Nos primeiros anos do século, Portugal jogava-se por inteiro numa nova fase da sua história e dispôs-se a adoptar a fórmula republicana, julgada indispensável para conjurar os erros a que chegou o constitucionalismo monárquico. É significativa a semelhança dos arquétipos históricos de oitocentos e novecentos. A revolução liberal, em sua magnífica inspiração romântica, em sua ideal aspiração de justiça e liberdade, nascera apoiada a um movimento cultural, consubstanciado na revista «Panorama», de Herculano, a uma elaboração de ideias

Breve história do movimento cultural português na época moderna

vez noutra cultura situada mais vasta e heteróclita (a ocidental), tem vindo a exprimir, embora precária e descontinuamente algumas das mais fecundas possibilidades formais de assunção humana.

Foi grande no entanto, bem maior do que a princípio supuseramos, os rapazes que na velha, desaparecida e já saudosa «Brasileira» do Rossio, há três anos pensámos publicar um órgão vivo de cultura portuguesa, foi mesmo de certo ponto de vista perturbante e inesperada, a repercussão que o «57» obteve no ambiente morno, fossilizado em posições demasiado gastas e infrutuosas, da nossa vida intelectual. Ao cabo dos primeiros números, o anátema generalizava-se: e era tal a concordância e até a identidade de atitudes dos mais diversos sectores que bem chegou a parecer ter-se enfim realizado a suprema aspiração, a unidade de uma elite desavinda. Analisado em profundidade, que conclusões poderíamos extrair do fenómeno? É demasiado cedo para afirmar seja o que for, mas a muitos espíritos atentos se afigurou que das não menores virtudes do «57» foi ter actuado como revelador de chapas antes nebulosas e imprecisas. Seria possível que, sob uma aparência social de luta, em realidade houvesse um secreto pacto? Que a mesma luta, o fosse apenas de ânimos e não de espíritos, como a dos pugilistas que, golpeando-se, aceitam no entanto a mesma regra? Com todas as suas implicações, deixamos a pergunta em suspenso, para que a aprofundem os nossos leitores a partir da sua experiência pessoal. Dissemos o anátema: certo está o uso da palavra. O anátema não repre-

mos por nosso lado, não a força, mas a razão?

Não obstante a violência e a quase unanimidade de um ataque em massa de tal envergadura, podemos dizer hoje que não foi sequer tocada nenhuma das posições assumidas pelo «57»: deslocadas e imprevistas foram todas estas formas de reacções (não apenas porque se reverteram de um carácter intrinsecamente anímico e sentimental, mas porque na luta das ideias, se furtaram quase todos os nossos opositores a um diálogo verdadeiro. Combateram-nos com preconceitos, não com conceitos. Apontaram as suas setas, menos à realidade do nosso pensamento, do que à imagem deslocada da projecção dos seus próprios fantasmas obsessivos, assim justificando ainda, a três séculos de distância, a alegoria de Cervantes. Fomos heréticos para uns, anarquistas para outros, xenólobos para terceiros, abstrusos e filosofantes, sebastianistas e existencialistas, ora fascistas quando acusados de nacionalismo, ora exageradamente liberais, quando defendendo uma justiça e uma liberdade sem compromissos, ao extremo um pouco utópico de termos preconizado a abolição das duas penas: a pena de prisão e a pena do exame. Quiseram rotular-nos, classificar-nos, arrumar-nos no seu ficheiro e em vão esperaram de nós uma declaração partidária, um alistamento sectário, uma decisão social. Na impossibilidade de obter tais verbetes a partir da nossa doutrina expressa, recorreram à biografia de alguns de nós, à sua filiação, aos seus familiares, às suas ocupações familiares, aos seus amigos. É incómodo, na verdade, não poder

de alto nível especulativo e literário, a que deram o melhor do seu espírito um Almeida Garrett, um Alexandre Herculano, um Silvestre Pinheiro Ferreira, um António Feliciano de Castilho, um D. Pedro V e tantas figuras de nobre vulto intelectual e humano, no rol das quais seria injusto esquecer embora a sua acção fosse mais marginal e individualista, um Camilo Castelo Branco e um Júlio Dinis. O que sucedera porém ao liberalismo romântico, para que no fim do século a nossa sociedade se apresentasse de novo rígida, intolerante e egoísta, conforme a descreveram os brilhantes escritores que a si mesmo se chamaram os Vencidos da Vida?

Sucedeu que o país foi pasto dos políticos e, não adaptadas as instituições e os homens a um liberalismo que não podia deixar de depositar pragmáticamente o nosso tipo de existência, depressa os antigos costumes retomaram os seus direitos; tínhamos um regime constitucional mas, do norte ao sul, dentro e fora dos corações, tudo eram pequenos despotismos, que no conjunto principaram pouco a pouco a pesar irremissivelmente sobre as jovens instituições, por vezes mal fundamentadas e servidas. Liberalismo e constitucionalismo passaram a máscaras de cera: Eça de Queiroz consubstanciou este estado de coisas na famosa alegoria do Conselheiro Acácio.

Como foi possível perderem-se tão abissalmente os impulsos generosos de Garrett e Herculano? Não faltou decerto a sua doutrinação à lei basilar da pragmática política: o adaptar-se, o moldar-se, o inspirar-se mesmo das características específicas do grupo humano a que

se dirige. Souberam estes homens o que temos vindo afirmando com insistência nos últimos tempos: que a antropologia precede a política (?). Garrett, Herculano, Castilho, sondaram profundamente o nosso povo e as suas coordenadas espirituais, renovando, criando até o nacionalismo cultural que se opunha ao nacionalismo histórico e formal do espírito miguelista: fazendo renascer as velhas lendas, coordenando o cancionero popular, restituindo a dimensão mítica aos heróis, tentando definir as bases de uma educação tipicamente portuguesa, propuseram um tipo de português cuja liberdade de pensar e de agir se definiu a partir da realidade antropológica do seu ser atávico, colectivo, situado, e não apenas a partir de uma abstracta legislação ou uma árida institucionalização. Só é livre — pensa o nacionalismo romântico e liberal — quem se conhece a si mesmo, no que lhe é adrito como indivíduo e no que lhe pertence como colectividade dinâmica e movente no tempo. Não se pedirá pois aos homens que *stravam* — mas que *sejam* profundamente, assim se unindo em plano superior para um ideal comum que espontaneamente realizarão.

O que lhes faltou, afinal? A sistemática de uma concepção filosófica que, partindo da antropologia cultural, ao homem chegasse de novo para o elevar a uma mais alta dimensão teleológica. Por outras palavras, pragmática da liberdade e conhecimento das mais simples e espontâneas virtudes históricas do carácter português, não foram coerentemente harmonizadas por uma filosofia da pátria — como precisamente na mesma época acontecia na Inglaterra, que então marcou definitivamente o caminho de uma pragmática ligada a uma concepção britânica da vida, a uma filosofia nacional.

A introdução do positivismo em Portugal não podia propiciar a solução do problema, pois já em Conte o positivismo foi antiliberal. Assim, a doutrinação dos escritores das *Conferências do Casino*, as *Farpas*, o historicismo moral e anímico de Oliveira Martins, a novelística ácida e fulgente de Eça de Queiroz, a poesia idealista de Antero de Quental, sendo acima de tudo atitudes críticas, ávidas de absoluto, mas credoras de um absoluto sonhado mais como negação do que como criação, pretendendo galhardamente denunciar erros, podridões, doenças sociais, esqueceram que uma sociedade não se destrói, deve sobretudo construir-se ou reconstruir-se e, em vez de pensar um sistema para Portugal, lançaram-se na propagação de sistemas feitos e acabados, importados de Paris, supostamente aplicáveis a um organismo que não tinham logrado penetrar em profundidade. Ao positivismo filosófico e literário, acrescentaram um socialismo utópico, que julgaram poder conciliar com o Rei, a Companhia de Jesus, o Banco e a Incultura das massas. Nada conseguiu de efectivo este movimento formalmente brilhante e no fim de contas superficial, que não soube extrair do liberalismo romântico o que este continha de mais válido, que o atacou mesmo por reacção geracional e anímica e que atrás de si deixou apenas instalado o tremendo complexo de inferioridade que ainda hoje nos verga, o derrotismo, o «não valemos nada», o «somos irremediavelmente provinciais» de um masoquismo intelectual sem qualquer espécie de frutos.

(1) V. ensaios nossos, nos números cinco e seis — «Do acto político» e «O movimento do homem».

A Renascença Portuguesa

A geração seguinte teve a luz de suficiente para compreender o erro doutrinário dos Vencidos. Duas figuras de extraordinário relevo marcaram desde logo, ainda ao lado dele, o protesto contra um positivismo utópico, literato, enleado a um humanismo abstracto: Teófilo Braga e Guerra Junqueiro. O historiador, atento às tradições nacionais da nossa história e da nossa literatura, o poeta, sensível ao protesto e ao clamor de um espírito nacional redivivo com o romantismo e ultrajado com o realismo, vêem ao seu lado uma terceira figura, cuja capacidade especulativa e polémica daria profundos horizontes à ideia nascente: Sampaio Bruno. Estes, e um Teixeira Rego, um Basílio Teles, um João Chagas, também exerceram com violência e mais coragem sem dúvida, o seu direito à crítica, mas dando-lhe uma dimensão construtiva que os Vencidos esqueceram ou tornaram. Afigurou-se-lhes que para repor o liberalismo, havia apenas, no período histórico que viviam, um só caminho: a República. A República propugnariam pois como escritores empenhados, invocando-a nos versos de «A Pátria» ou nas páginas polémicas de «Portugal e a guerra das nações» ou «A questão religiosa». No ideal destes espíritos, os mais altos que defenderam a ideia republicana, a nossa República seria uma república segundo a pátria desconhecida e virtual que os seus maiores haviam desprezado, continuadora das melhores tradições e arquetipos do nosso povo, uma República segundo a tese de Bruno no «Encoberto» — o que está encoberto não é um homem, não é um símbolo, não é sequer um messias, o que está encoberto é o Homem — e tarefa gigantesca e primacial da jovem instituição seria, no pensamento de Bruno, descobrir o Homem em todas as virtualidades latentes e adormecidas, o Homem Português, símbolo e concreto signo existencial do Homem em sua essência, a Índia Nova de Fernando Pessoa, discípulo de Bruno em tantos aspectos.

Também estes homens se enganaram, todavia, ao aguardar de uma solução puramente revolucionária e política a completa reforma que almejavam. Na revolução, que é o mais extremo modo de um actuar intrinsecamente político, sempre os homens de vontade se sobrepõem aos homens de pensamento. De novo o Estado é entregue aos políticos e às suas manobras, muito embora sejam outros políticos e outras manobras.

É então que surge o primeiro grande movimento cultural do nosso século. Nasce no Porto, considera seus mestres de pensamento Sampaio Bruno e Guerra Junqueiro e exprime-se em múltiplos planos, num esforço admirável para conferir substância espiritual à República já dominada pelas lutas partidárias, já retalhada pelos conquistadores de poder, de glória e de dinheiro, já iludida e meio inconsciente das forças que realmente a dominavam. Orientada por Teixeira de Pascoais e Leonardo Coimbra, a *Renascença Portuguesa* afirma uma profundidade e consistência de conceitos, um génio reformador e criador que nenhum dos movimentos culturais seus posteriores até aos nossos dias logrou de longe ou de perto igualar. A acção e a doutrinação da *Renascença* têm sido esquecidas e minoradas, a ponto de as novas gerações dela apenas conhecerem um Pascoais como poeta, um Jaime Cortesão como historiador ou um Fernando Pessoa como seu benjamim da fase já decadente.

A *Renascença*, que retoma e actualiza muitas das teses libero-

-tradicionalistas do *Panorama*, exprime-se no entanto como um vasto intento educativo servindo-se de múltiplos métodos de acção. Publica *A Águia*, escolhendo um emblema ou um símbolo que perfeitamente traduz o fundo desejo de superação dos seus fundadores, mas de superação em altura, de superação espiritual que não podia contentar-se com uma exigência de felicidade terrena, porque almejava encaminhar o homem para a transição das suas próprias limitações humanas, ou seja: dar-lhe asas e levá-lo, como as águias fazem, aos mais inacessíveis picos. Os títulos porque os movimentos culturais ou as revistas que os representam ficam sendo conhecidas na história são significativos e pode dizer-se que adequadamente traduzem o seu tipo dinâmico. Dos *Vencidos da Vida* para a *Renascença Portuguesa* concebida como ascensão de *Águia* medeia a distância de concepções de existência radicalmente distintas.

Pascoais orientava literariamente *A Águia* e Leonardo era seu director nas páginas dedicadas à filosofia e à ciência. A *Renascença* publicava ainda um jornal de informação e divulgação, a *Vida Portuguesa*, e dispunha de uma editorial com um ambicioso plano de publicações, que apenas veio a ser parcialmente realizado. Ao mesmo tempo, as ideias do grupo foram publicamente defendidas em ciclos de conferências e vieram a culminar pedagógicamente com um instituto superior *sui generis*, totalmente diverso na estrutura e na composição das restantes escolas universitárias, a *Faculdade de Letras do Porto*. Não avulta na tentativa destes homens, nacionalistas e republicanos, espiritualistas e pedagogos, poetas e filósofos, neo-liberais e neo-românticos, a faceta crítica e destructiva: são sobretudo arquitectos, os arquitectos do espírito novo e missionário da República Portuguesa.

Que material vão usar para erguer o templo da moderna Lusitânia? Seguindo o exemplo do *Panorama*, mas agora de ângulo diferente, o mesmo material do seu povo e da sua tradição, depurando, consciencializando, afinando elementos permanentes de uma razão histórica caprichosa nas suas formas temporais, mas resistente no conteúdo, aliás muitas vezes mal expresso, do inconsciente colectivo dos portugueses. Estes homens vão realizar um desesperado esforço para compreender o trigo sob o joio, para despertar o gigante adormecido, para remover as camadas anquilosantes e artificiais que o cobrem. Em vez de partir de fora para dentro com os *Vencidos*, entendem os intelectuais da *Renascença* pensar Portugal de dentro e sublimar as suas mais fundas e promotoras virtualidades, ampliando e aprofundando o historicismo tradicionalista de Teófilo Braga, a inspiração lírica e épica de Guerra Junqueiro, o livre pensamento teúrgico, messianista e polémico de Sampaio Bruno. Os seus poetas são mais do que jograis, mais ainda do que trovadores, são os iniciáticos sacerdotes do culto da pátria, rimando as palavras mágicas e rituais para o acordar de todo um povo e, através dele, do próprio Homem, que este povo poderá servir. Os seus poetas fixam o olhar, não já sobre as fantasmáticas *Ideias* de Antero de Quental, mas sobre a latente espiritualidade do homem português: fazendo poesia, trovando, descobrindo palavras, sentimentos e ritmos, um Teixeira de Pascoais, um Jaime Cortesão, um Villa-Moura, um Lopes Vieira, um Afonso Duarte, um Mário Beirão, um Fernando Pessoa, agem em realidade como missionários, procuram conferir dignidade e altura de Homem possuidor de espírito e não apenas de paixões anímicas, ao por-

tuais envilecido que estivera presentes a abdicar da sua virtualidade de criador e de pensador, de homem conscio, esclarecido e sábio. Nas bíblias do movimento, *A arte de ser português* ou *O criacionismo*, se propunham, explicitavam e delinham formas de teleologia espiritual que, pragmáticamente realizadas, dariam fins próprios, fins superiores e não apenas lugazes e momentâneos, à *República Portuguesa*. Tal era a condição do liberalismo redivivo: a liberdade do individuo só se concebia possível quando garantida pela liberdade da pátria frente ao imperialismo de algumas culturas estrangeiras ou estranhas.

Escrevendo o *Homem Universal*, Pascoais deu a lição infundavelmente repetida nos momentos criadores e infundavelmente esquecida nos períodos de comiso: só seremos universais sendo nós mesmos e não possíveis figurinos de modas momentâneas. Universal foi o Infante porque foi português, isto é, porque realizou fins específicos do seu grupo humano.

Em suma, porém, a que se opunham os *renascentes*? A República nascera democrática, mas resolvera-se numa luta de partidos em que a aspiração à liberdade imediatamente se perdia no pobre conteúdo ideológico destes partidos, de pequeno e positivo alcance e depressa convertidos à máxima *Politique d'abord*, política acima de tudo, que ia esvazando espiritualmente a nação e entronizando o duelo das vontades, o desejo do poder, a ambição da glória onde morre toda a possibilidade do autêntico progresso humano. Objectivos mais nobres inspiravam os *renascentes* e a história dos homens não podia ser menos para eles do que a história de Deus.

Que cada acto humano levasse consigo o peso da sua transcendência, que lei, instituição, governante obedecessem a plano superior ao do seu âmbito imediato e circunscrito, que *ser português* fosse *ser espiritual* na medida das intrínsecas qualidades do nosso povo, eis a sua exigência e o seu protesto, eis a legenda da sua obra mal compreendida e, vamos lá, não inteiramente expressa como fecunda relação filosófico-pragmática.

Leonardo Coimbra ainda passou luzazmente pela pasta da Instrução Pública, Pascoais, que sonhara ver *A arte de ser português* adoptada oficialmente nas escolas, retirou-se para S. João de Gato. Os poetas-sacerdotes da saudade (1) e dos sentimentos peculiares que seriam como a interpretação mais abstractas e éticas virtudes teológicas seguiram o seu destino individual, mais à direita ou mais à esquerda, mais exilados em extremo lirismo ou mais empenhados num pedagogismo historicista ou ensaístico onde é bem fundo ainda hoje, a marca de fogo da *Renascença*. *A Águia*, voando alto demais para os engenheiros positivistas e para os políticos engenhosos, cumpriu o seu ciclo e apenas Fernando Pessoa, fazendo nela a sua escandalosa aparição em público com os ensaios hoje reunidos sob o título de *A nova poesia portuguesa*, a lizera brilhar nos derradeiros dias, com o génio da sua juventude.

V

Orpheu: catarse e criação

Pode afirmar-se sem receio que todos os movimentos culturais portugueses do período subsequente à I Guerra Mundial, são de um ou de outro modo, filhos da *Águia*. Filhos que a continuaram, modificando-a; filhos que a antagonizaram; filhos que dela se alimentaram, tirando-a; filhos que a não compreenderam; filhos, até, que a ignoraram. *Orpheu* e seus sucedâneos, *Athena*, *Contemporânea*, *Portugal Futurista*, *Sudoeste*; *Seara Nova*; *Integralis-*

(1) O esquema trinitarista de Pascoais é com efeito, «Lembrança-Desejo-Saudade»

mo; *Renovação Democrática* — parecem-nos ligados com laços mais ou menos visíveis à *Renascença*.

Têm de comum estes movimentos, alguns antagónicos entre si, o reagirem contra o tipo de retórica demasiado anímica dos poetas *renascentes*. Era com efeito uma retórica neo-romântica, actualizando sem dúvida o tipo retórico do *Panorama*. Deste viria a dizer Teófilo Braga que «propagou tudo quanto hoje a maioria das classes instruídas conhece de Portugal; mas como não houve outro móvel que nos levasse para o regime científico, esses conhecimentos produziram um vago patriotismo banal que se afirmou por frases feitas e não por obras. A culpa foi da geração que, em vez de aceitar o alto encargo de educar este povo, quis aproveitar os seus talentos na arena das ambições políticas, onde se esterilizou (2). É, quase textualmente, a crítica que se viria a fazer à *Renascença* e ao seu tipo de mestrado, pois não se compreendeu nunca em que medida se avançara e como a história feita pelos homens da *Águia* obedecia já a uma teoria distinta, a uma concepção mais filosófica e mais poética. Os movimentos subsequentes serão pois anti-retóricos, que é o mesmo que dizer: têm outra retórica. Façamos primeiro do *Orpheu*.

A *Renascença* fora idealista e não tomara em linha de conta com suficiente acuidade as condições diminuídas da nossa vida social. Eis aqui a primeira dimensão a considerar por um grupo que pretendesse corrigir uma lacuna da *Águia*. Considerou-a o *Orpheu* e por isso este movimento desenvolve-se simultaneamente em duas direcções bem definidas: o crítico ou catárquico e o criador ou órfico. Mário de Sá-Carneiro e Fernando Pessoa colaboraram ainda na *Águia*, mas em ambos é particularmente sensível o polemismo anti-burguês e anti-convenção. Sá-Carneiro, dedicando-se quase unicamente a este aspecto, acabou por se perder na angústia do seu desgarramento e do seu exílio. Irmãos de Sá-Carneiro são sobretudo Ângelo de Lima, Amadeu de Sousa Cardoso, Santa Rita Pintor, certo Almada Negreiros e esse certo Fernando Pessoa que se chamou Álvaro de Campos. O modernismo expressional e conceptual, o futurismo, o cubismo, o dadaísmo que se anunciam já nestes poetas, representam o repúdio da imagem convencional da sociedade burguesa. O Manifesto Anti-Dantas, o Ultimatum, o assassinato da personalidade social traduzido plásticamente por Santa Rita Pintor ou Amadeu seriam as bombas destrutivas do organismo doente que, da Monarquia para a República, se mantivera igual a si mesmo e sem melhoras visíveis. Esta faceta do *Orpheu* teria pois função catárquica: colocada diante da verdadeira visão da sua pobreza mental e humana, a sociedade procederia à purgação dos seus sentimentos e libertaria o seu espírito — para que fim?

Precisamente na sua função criadora, o *Orpheu* propunha um desenvolvimento do pensamento da *Águia*. Os títulos das revistas e dos movimentos são significativos, repetimos, porque a sua escolha é o primeiro passo de uma iniciação espiritual. O lado criador de *Orpheu* confirmado pela *Athena* e pelo *Sudoeste*, pelo messianismo nacionalista de Fernando Pessoa, pela filosofia teológica de Raul Leal, pelo pitagorismo estético de Almada Negreiros, ensina-nos que *Orpheu* é em realidade um movimento solar, de signo órfico (3), procurando conferir ao homem português, ao herói da *Mensagem*, ao sedento de espaços

da *Ode Marítima*, ao marinheiro lisboeta e fadista das gáveas na *Nau Catrineta*, aquela investitura no fogo, investitura sumamente espiritual, que propicia uma permanente relação entre o imanente e o transcendente, o formal e o substancial, o aparente e o oculto. Era em parte esta, já o vimos, a tensão que dava dignidade para-teológica aos poetas *renascentes*. Mais ainda do que estes, porque o signo de *Orpheu* atinge o mítico enquanto o da *Águia*, que é totémico, permanece alegórico, os poetas que aceitaram o mestrado de Fernando Pessoa cantaram como se a poesia fosse a linguagem entendida dos deuses. Mário de Sá-Carneiro, impotente para sobrepujar o modernismo formal e polémico suicidou-se; Raul Leal estabeleceu a transição do culto órfico para o culto paracético ou do Espírito Santo — presente em toda a História de Portugal como o vêm demonstrando Jaime Cortesão e Agostinho da Silva, o primeiro, poeta *renascente* e o segundo, discípulo da Faculdade de Letras do Porto — embora Raul Leal lhe desse matiz heterodoxo e anti-social; quanto a Fernando Pessoa, resolveu a crise de Sá-Carneiro que ele próprio também terá sentido, dando apenas ao seu polemismo subversor uma parte do ser, consubstanciada ora no heterónimo Álvaro de Campos ora no heterónimo Alberto Caeiro: no limite, o orfismo de Pessoa adquire carácter messiânico sob a influência de Sampaio Bruno e sebastianista sob a de António Vieira, para ganhar a dimensão colectiva e nacional de *gesta*, na epopeia epigramática da *Mensagem*.

Eminentemente aristocrático, o mestrado do *Orpheu* não curou de se articular e sistematizar, seja numa filosofia, seja numa pragmática. Que foi mais um passo na dinâmica cujos momentos altos se afirmam no *romantismo liberal* e na *renascença portuguesa*, não oferece para nós dúvida. Bem diversa é, demais os sabemos, a imagem que do Movimento fixou a crítica presentista e, na sua esteira, o ambiente literário dos nossos dias. Adiante voltaremos a este ponto.

VI

Da Seara Nova ao Integralismo Lusitano

Tal como o *Orpheu*, também a *Seara Nova* foi fundada e concebida por homens ligados à *Renascença Portuguesa*. Facilmente se vê que a distância entre o emblema da *águia* e o emblema da *seara* reproduz a velha polémica entre a *nau* e o *restelo*: partir para o desconhecido, como os navegadores das caravelas, ou antes obedecer à injunção do velho do restelo, ficar, *restar*, para servir uma missão terrestre e agir social, industrial, agricolamente? Assim a *Seara* combate todos os ideais espiritualistas dos pensadores e poetas da *Renascença Portuguesa* e do *Orpheu*, desde o sautismo de Pascoais até ao criacionismo de Leonardo e ao messianismo de Fernando Pessoa, convicta de que todas estas formas de nacionalismo transcendente e cultural são anacrónicas no estado positivo que vivemos e de que há um único problema real, que é o da organização horizontal da sociedade. Sem o núcleo central para-religioso da *Renascença*, a *Seara* de António Sérgio, Raul Proença e Câmara Reis apresenta-se anímicamente forte devido à vincada personalidade e à inteligência e informação dos seus orientadores, mas intelectualmente dividida num manto de retalhos onde as soluções pragmáticas não logram conjugar-se de modo a formar uma doutrina coerente e válida.

Um pedagogismo idealista e abstracto, um democratismo inadaptado à circunstância portuguesa, um universalismo sem sumo religioso ou sequer político, um socialismo de

(1) Teófilo Braga, «Manual da História da Literatura Portuguesa» — Porto, 1976.

(2) Eis as primeiras palavras da «Introdução» que abre o N.º 1 de «Orpheu»: «O que é propriamente revista em sua essência de vida e quotidiano, deixa-o de ser Orpheu, para melhor se encaixar ao seu título e propor-se», (L. de Montalvor).

herança anterior, um historicismo materialista e predominantemente económico, um criticismo herdado dos *Vencidos da Vida* elaboraram frequentemente objecções sociais e políticas acertadas, soluções parciais e imediatas, porém nada disto pôde sistematizar-se em relação à totalidade de perspectivas que uma pátria comporta.

Os *seareiros* relegaram a segundo plano, gnoseologia, poesia, arte, conhecimento por qualquer das vias experimentadas pelos pensadores da *Renascença*, apenas cultivando um racionalismo que a si mesmo se nega quando despreza outras faculdades gnósticas, e quando reduz o pensamento à sua forma mais abstracta, racionalismo hoje irremissivelmente ultrapassado pela filosofia contemporânea.

A pergunta crucial é esta: pode uma concepção apenas pragmática, social e imanentista manter-se contra a sede de espiritualização do homem? O homem move-se, quando sabe dirigir-se do finito para o infinito, do sombrio para o luminoso, do histórico para o trans-histórico. É o segredo da vitória dos sistemas políticos de base religiosa, seja ela teúrgica ou a-teúrgica, como o liberalismo setecentista, o progressismo yankee, o tradicionalismo britânico ou o materialismo dialéctico combinado com o messianismo eslavo, em que um elemento vertical de crença e irracionalidade re-liga todas as divergências anímicas da sociologia horizontal. Cier para agir — eis a chave que, por estranho que pareça, nem sempre o racionalismo pode consciencializar, eis a chave que faltou ao tipo do pensamento da *Seara Nova*. Dissolvendo na sua doutrinação sentimentos motores tão poderosos como o patriotismo, o messianismo, o espiritualismo que haviam sido molas fundamentais em todos os períodos agudos e áureos da nossa história, os *seareiros* mais responsáveis, voluntariamente desconhecemos o essencial em toda a reforma política.

Ao contrário da *Seara*, os homens do *Integralismo Lusitano* firmaram as suas doutrinas no regresso à tradição, na sublimação das virtudes patrióticas, na fé católica. Pode dizer-se que exteriormente sofreram influência do nacionalismo místico da *Águia*: o seu nacionalismo é porém de outra ordem, mais formal do que filosófico, mais passadista do que messianista. Puseram a sua esperança numa restauração monárquica de tipo miguelista e sonharam reviver as instituições tradicionais da Idade Média, como os municípios e os concelhos. O leitor recordará que a *Renascença*, inversamente, era republicana e liberal. O *Integralismo Lusitano*, contando com escritores e polemistas de valor, como António Sardinha, Pequito Rebelo ou Hipólito Raposo, não logrou todavia fundamentalmente filosoficamente as suas teses; não propôs uma concepção do homem, não teorizou fins superiores para a pátria, não ideou um sistema de educação. Formalista, um tanto passadista e historicista, ao mesmo tempo preso a preconceitos jurídicos, atribuiu infinitamente mais importância à instituição do que ao homem, no que seguiu um aspecto evidente do positivismo. Rei, Hierarquia, Igreja, Concelho, Município — uma série de instituições antigas em que os portugueses se deviam novamente integrar — daí o *integralismo* — foram ardorosamente defendidos por escritores entusiastas reunidos em volta de um órgão cultural. A nação portuguesa, e por jovens que souberam desenvolver em si mesmos algumas das virtudes anímicas do nosso povo. A falta de um pensamento — que se julgou poder preencher pelo recurso à influência francesa da *Action Française* e de Charles Maurras — impediu ao *Integralismo* uma profunda e válida projecção nacional, uma firme consistência capaz de resistir lógica-

mente (que não anímicamente) aos ataques desferidos pelos mais inteligentes dos *seareiros* ou dos *renascentes* ainda em actividade à época.

VII

Política e literatura: a «Renovação Democrática» e a «Presença»

Anos volvidos, eis que duas tentativas de diferente significado e alcance, vêm agitar a vida cultural, portuguesa. A *Renovação Democrática* filia-se directamente na linha da *Renascença Portuguesa* e, orientada por três jovens escritores, Domingos Monteiro, Alvaro Ribeiro e Pedro Veiga (1), contando nas suas fileiras com elementos de tanto valor intelectual como Delfim Santos, Adolfo Casais Monteiro, António Alvim, Lobo Vilela, Mário de Castro e Eduardo Salgueiro, foi um movimento nascido, pode dizer-se, na Faculdade de Letras do Porto, onde estudaram quase todos estes escritores. Percorrendo o seu *Manifesto* e as suas edições, depressa se conclui que a *Renovação Democrática* teve um aspecto predominantemente de crítica social e de subseqüente teorização de uma reforma político-pedagógica que assegurasse a relação das instituições com um pensamento autónomo e livre, de base nacional, e tendo sempre em conta o primado da filosofia sobre a política. Era aqui que residia a sua principal originalidade: o que não ficara bem explícito ao longo da doutrinação da *Águia*, ia-se expandindo e adquirindo novas facetas, a que a diferente experiência destes jovens acrescentava perspectivas inéditas e vigorosas, se bem que o movimento tivesse tido curta duração.

Se a *Renovação Democrática*, de origem portuense, se inspirava na portuense *Renascença*, a acção da *Presença*, coimbrã, filiava-se em grande parte numa das ideias basilares dos *Vencidos da Vida*, por sua vez de origem coimbrã. Conseqüentes estavam pois, em ambos os casos, as tradições culturais, respectivamente do Porto e de Coimbra. A *Presença*, fundada por um grupo de estudantes universitários não tinha como os movimentos anteriores, intenções programáticas: tão só pretendia uma expressão literária cujo desenvolvimento dependeria da específica idiossincrasia dos seus colaboradores. A cisão que a certa altura se declarou, com a saída de três dos seus principais elementos, Miguel Torga, Branquinho da Fonseca e Edmundo de Bettencourt, apenas veio sublinhar a tensão interior que se verificava já e se consubstanciava, toda ela, na dicotomia interior, patente entre o crítico José Régio e o poeta José Régio. O movimento valorizou-se sobretudo como seminário literário, como oportunidade que foi para a revelação de alguns grandes escritores do nosso tempo, como manifestação viva da cultura extra-universitária, como prova da juventude e espírito criador. Teve, como dissemos, duas direcções distintas: um aspecto francamente criador, propiciado pelo desejo de realização de valores antropológicos e poéticos nacionais, distinguindo-se naturalmente Torga, Branquinho da Fonseca e a poesia e a dramaturgia de Régio; e um aspecto crítico, representado por João Gaspar Simões e Régio, a que mais tarde se juntaram outros elementos, como Casais Monteiro. Arvorando a literatura à categoria de absoluto, sobrestimando o valor da crítica literária, menosprezando a dimensão filosófica e a aproximação metafísica dos problemas, dando à categoria do moderno um conteúdo que não poderia comportar, esta última

(1) É conhecida a relação discipular entre estes três escritores, respectivamente, Teixeira de Pascoas, Leonardo Coimbra e Fernando Pessoa.

faceta da actividade presencista veio desviar o ambiente cultural, pela projecção que inegavelmente teve sobre as camadas mais jovens, da prospecção dos valores espirituais, da definição da originalidade nacional e da necessidade de, sempre e em toda a parte, conferir o primado ao pensamento. Aderindo a um vago universalismo mal concretizado, que logo se degrada em europeísmo e finalmente em francesismo ou em anglicismo, os críticos presencistas repetiram à saciedade, tal como os seus predecessores *vencidos*, que era indispensável e urgente para a cultura portuguesa a integrar-se em correntes europeias. Esta injunção, desacompanhada de fundamento teórico, teve como resultado, não só o silêncio feito durante anos sobre a originalidade das teses da *Renascença Portuguesa*, não só a redução do conteúdo cultural do *Orpheu* ao prisma modernista que não era nele único como vimos, mas sobretudo a grande diminuição da nossa autonomia cultural provocada pela idolatria dos escritores franceses e ingleses, pelos correntes literárias vigentes nestes países e pelo esquecimento da simples razão, já definida por Teófilo Braga: «*Todas as vezes que uma literatura, à maneira de uma planta, não alimenta as suas raízes neste humano forte chamado a tradição nacional, cresce, mas de uma maneira doentia; como o ramo estiolado que procura a luz, ela procura a corrente de gosto que lhe sirva de modelo para imitação*». Como a francesa, como a inglesa, como a espanhola, a cultura portuguesa é um ramo da cultura europeia: está certo o diálogo, mas só há diálogo, não quando se imita, mas quando se criam ideias e formas. Aceitando passivamente um professorado externo, imposto pela crítica presencista com a sua exigência de valores, estancou-se em certa medida a fonte de invenção e a linha dinâmica de acção de que a *Renascença* e o *Orpheu* havia dado provas. Felizmente que nem todos os escritores, mesmo iniciados na *Presença*, deram ouvidos aos apaniguados da crítica literária como sistema.

VIII

Neo-realismo e surrealismo

Coimbrão também, formulado pelo grupo que se juntou em torno da divisa *Novo Cancioneiro*, o movimento chamado neo-realista definiu polémicamente as suas teses no combate ao presencismo, cuja atitude por vezes literatizante foi considerada uma fuga aos autênticos problemas vitais. O grupo procurou o seu modo de expressão em formas essencialmente populares ou tradicionais, renovando no entanto o seu conteúdo e a sua temática segundo as directrices do pensamento social que, derivado da interpretação materialista do idealismo hegelino, visionou novas formas de integração do homem na sociedade. Pareceu efectivamente a estes jovens com vocação poética e novelesca, que considerar a literatura como um absoluto, seria abdicar de interferir frontalmente na resolução dos graves problemas sociais e humanos do seu tempo. Para eles, a literatura foi pois muito mais um meio do que um fim. Adquirindo valor de acto existencial, medir-se-ia pelo grau de penetração na própria vida, de cuja evolução seria um factor talvez decisivo.

Se podemos valorizar no neo-realismo dos homens que fizeram o *Novo Cancioneiro* — um Fernando Namora, um Mário Dionísio, um João José Cochofel, um Joaquim Namorado, um Alvaro Feijó, um Manuel da Fonseca ou um Carlos de Oliveira —, uma concepção da arte em que o pensamento, a ideia, o conteúdo recuperam os seus direitos, uma nítida consciência de que

estética e poética são ramos de filosofia, lamentamos ao mesmo tempo que não hajam partido de uma elaboração conceptual própria, criando ideias como souberam criar formas, em vez de adoptar um tipo de hegelismo, cuja universalidade viria mais tarde a ser posta em causa e de modo decisivo. Releve-se a estes escritores, que pecaram muitas vezes por se colocarem sob a excessiva influência do neo-realismo brasileiro e norte-americano, que descuidaram frequentemente o seu estilo e o tratamento psicológico das personagens, que nem sempre tiveram o cuidado de individualizar para melhor simbolizar, olvidando que o homem vivo nunca é a síntese de uma classe — releve-se a estes escritores uma atenção à terra portuguesa e à sua cultura tradicional, que se manifesta sob dois aspectos predominantes: por um lado exprimem com variedade e intensidade a existência por vezes heróica do nosso povo, enquadrando-o em cenários de natureza ruda e de arquitectura simples que souberam evocar em frequentes ocasiões com garra de mestre; e é esta uma das nossas mais espontâneas tradições literárias, desde Fernão Lopes e Gil Vicente até Camilo Castelo Branco e Raul Brandão. Por outro lado, já em poesia, já em novela, seguiram os arquétipos do nosso romance popular e da nossa novela de cavalaria, guardando a imagem do herói, a consciência da missão e a noção do destino, transferidas para a sociologia desindividualizada, politizada e historicizada.

Estes valores podem talvez impor ao futuro um movimento que vacila por não ter podido estabelecer, ele mesmo, a sua metafísica, a sua antropologia, a sua pedagogia e até a sua sociologia. Fortaleceu uma adequada integração literária tradicional, diminuí-o no entanto o exprimir uma adesão aos problemas unicamente no plano da vontade, do sentimento, da paixão. O desinteresse manifestado pela procura da verdade, isto é, por qualquer forma de interpretação transcendente à sociologia pura, pôe em perigo evidente a sua forte vivência do Bem, o seu agudo sentimento da justiça social.

Para outra corrente literária e artística, o surrealismo, o problema social apresenta-se de maneira inteiramente distinta. Enquanto para os neo-realistas a necessidade primária é a da reforma da orgânica social e a substituição de umas instituições por outras, partindo-se do princípio — filho de uma insuficiente concepção antropológica — de que o Homem se amoldará ao sistema quer queira quer não, ao contrário os surrealistas, anti-hegelinos por excelência, repudiam toda e qualquer modalidade sistemática. A entidade a reformar é o homem e dessa reforma só pode ser responsável cada indivíduo perante si. O surrealismo, precisamente ao invés do neo-realismo, pretende substituir o homem social pelo homem individual, senhor de todas as suas virtualidades latentes. Aniquilar a máscara que é o homem social, é libertar o homem profundo, verdadeiro, recalçado, que, escutando a voz do seu inconsciente — onde reside o núcleo central da especificidade humana — ganhará a sua mais alta dimensão cognitiva e pragmática.

O surrealismo exprime-se portanto em dois tempos — e ambos foram tentados entre nós com melhor ou pior fortuna —: no primeiro, crítica e violento ataque polémico ao sistema social, por todas as formas possíveis, até ao limite do escândalo e da linguagem de choque em que se ensaiaram as primeiras tentativas dadaístas; no segundo, sondagem, reconhecimento e expressão do mundo inconsciente, segundo o ensinamento de Freud. Adler ou Szondi, quer pela escrita automática, quer pelo simbolismo

onírico, quer pela imagética absurda que no mesmo absurdo se sonda.

Será preciso acrescentar que o surrealismo entre nós dificilmente conseguiu um plano de originalidade real?

No primeiro aspecto, crítico e polémico, ficou-se sempre aquém de um precursor chamado Alvaro de Campos e de outro quase precursor, Mário de Sá-Carneiro. No segundo aspecto algo se conseguiu, já na pintura de António Dacosta, Cândido da Costa Pinto, António Pedro ou António Areal, já na poesia de Mário Cesariny de Vasconcelos, Alexandre O'Neill, Natália Correia ou Ernesto Sampaio, já nas novelas de Manuel de Lima.

De um modo geral, todavia, o movimento não logrou entre nós penetração de realce e, mesmo em panorama mais vasto, apenas a pertinência de André Breton e o génio de Salvador Dalí, lhe conferiram projecção extra-cultural. Porquê?

Sabemos hoje que a psicologia não sobrevive quando desapojada de uma filosofia, que a filosofia não se expande quando não canalizada para uma pragmática, que o indivíduo não pode separar-se de uma colectividade e que uma colectividade, enfim, não subsiste quando não apresenta um conceito épico de movimento no espaço e no tempo. Freudiano (isto é, estreitamente antropológico), anti-filosófico, anti-político, anti-pragmático e anti-colectivista, o surrealismo português não se re-elaborou ainda segundo as doutrinas dos psicanalistas que venceram estas dificuldades — Jung e Jaspers — e, quer na teoria do inconsciente colectivo, quer na teoria das situações limites, oferecem uma fonte para a mais eficaz acção humana e social. Por outro lado, não curando de articular-se a um pensamento português mais vasto — excepção aberta para alguns surrealistas, em plano isolado aliás —, os escritores e artistas que entre nós vivem o espírito desta corrente, limitam voluntariamente a sua actividade aos círculos literatos e às revistas de assinatura, sem qualquer possibilidade de ultrapassarem um reduzidíssimo número de leitores. E estranho é que intelectuais que bem conhecem o valor da palavra — e portanto da língua que ela exprime — e do símbolo imagético — e portanto de uma específica idiossincrasia simbólica —, deixem de meditar o que tais virtualidades efectivamente significam. Neste aspecto, constituindo uma lição para todos meditarmos, a recente *Comunicação* de Natália Correia parece indicar um caminho sem dúvida fecundo.

IX

«57» e o movimento da cultura portuguesa

Em termos de história — que escolhemos para o presente ensaio —, compreender-se-á agora um pouco melhor a situação do «57» no movimento da cultura portuguesa, que procuramos surpreender a traços largos através dos principais «movimentos culturais» de oitocentos e novecentos. Por demais estamos conscientes das lacunas deste esboço histórico. Se porém lográmos focar o traço geral e sintético de uma dinâmica — muito embora estejam aqui injustamente esquecidas as personalidades que não se integraram em nenhum movimento cultural determinado, muito embora o leitor nos releve de uma interpretação com a sua intransponível quota parte de subjectivismo e experiência pessoal da cultura, muito embora o estudo longe esteja de exaustivo até para a nossa mais limitada ambição —, já o «57» parecerá menos perturbante em suas teses, porque o seu aparecimento terá sido uma lógica necessidade dialéctica de tal diná-

(Continua na pág. 9)

DO POSITIVISMO À IDOLATRIA

Muitos há que, por força das acedidas e certezas críticas que, entre nós, desde Sampaio Bruno e Cunha Seixas, sofre o positivismo, se recusam e negam a reconhecer-se como sequazes daquele escol cujo fundador foi Augusto Comte. Levados pelos sentimentos de repulsa ou de atracção, pela superficial antipatia ou simpatia, perdido o amor da verdade, procuram então argumentos para demonstrarem aos outros, e assim vencerem-se a si, que se encontram libertos da influência, que pressentem nociva, daquela doutrina agnoscificante; expõem consequentemente a sua atitude, afirmando ultrapassada a base fundamental do sistema comtense, isto é, a lei dos três estados.

Ignorantes do que é a força das ideias, confiantes na força de vontade, raros são os que, dentre eles, reconhecendo-se impotentes para realizar a liberdade, confessam abertamente a sua situação de dominados perante o espírito positivista, não se esquecendo estes, porém, de apressadamente afirmarem a originalidade e singularidade no modo como aceitam as teses do sistematizador francês.

Frases há que necessitam ser lembradas, repetidas e repisadas. Recordamos aqui, por elucidativa e luminosa aquela de Stuart Mill: «Um erro, que parecia finalmente refutado e desalojado do pensamento, muitas vezes não necessita mais do que ser incorporado numa nova série de frases, para ser bem acolhido nos seus antigos domínios e ali permanecer indiscutido durante outro ciclo de gerações».

De boas intenções está o inferno cheio, diz, em sua antiga, tradicional, sabedoria, um provérbio popular. Não há dúvida de que felizes seríamos todos nós os mortais quando a final alcançássemos a positiva sabedoria; sim, pois, daí por diante evidente nos seria o oculto motor que guia as nossas várias acções. Mas a disposição simplória e linear da concepção positivista visa somente a inversão do processo gnoseológico e, se tal idealismo agrada e satisfaz o homem medíocre, facilmente iludível nas suas boas intenções, não basta, porém, ao homem atento à multimoda e vária manifestação dos valores eternos, permanentes e perenes. Assim é que, ao estado positivo, presente, a que a humanidade reconheçara, segundo a teoria ou visão positivista, se indispensável lhe fora passar pelos anteriores estados, estes apenas serviram de trânsito, de ponte ou de passagem para o eden alcançável e visível então e, em consequência, a realização decorre como processo sociológico apenas dependente do homem, pelo que a história perde o seu carácter de indica-

tivo profético. Ao novo estado, deverá pois a humanidade reconhecer a subordinação, dócil e espontânea nos ânimos brandos, forçada e violenta nos mais recalcitrantes. Deste modo, os responsáveis, plenos de boas intenções, encaminharão, suave ou duramente, o humano rebanho transviado, para a via que, a seu ver, impar lhes aparece.

Se bem que o positivismo não passasse de uma escola que acentuou, enformou e deu corpo a tendência desde há muito existente, se bem que, na altura do seu aparecimento, houvesse quem denunciasse a falsidade e a falacidade da doutrina, ainda assim e apesar de tudo, entre nós, como lá fora, continuam dominando e paralisando a actividade mental do homem comum as teses dela derivadas. Efectivamente, está nos hábitos mentais da grande maioria dos nossos semelhantes, generalizar ao invisível a aplicação dos meios violentos que tem relativa eficácia no domínio natural. Assim, é de comum convicção que o combate, a luta, o choque entre duas forças, enfim, o processo que conduz à morte, possibilitará, com o desaparecimento do corpo rebelde, a anulação da ideia odiada. Esquecem estes, a poderosa vitalidade do mundo ideal que não obedece às leis que regulam o aparente ou o contingente, nem é atingível pelos meios que daquele são próprios.

Desocultar é impedir que determinadas acções ou operações sirvam de suporte à manifestação, pelo que, com novas roupagens se reveste o espírito positivista para, secretamente, poder resistir e persistir em sua permanente actividade. Com a inevitável degradação, domina ainda hoje a lei dos três estados, muito embora enunciada de diverso modo e se há cinquenta ou quarenta anos, o sacrifício do homem à orientação positivista da ciência ou ao que chamam conhecimento sensível, bastava para o erguer à categoria de herói, cabe agora ao operário, ao técnico ou ao engenheiro que morre no trabalho, a comovida homenagem, o prestimoso louvor, o exemplo de que se aconselha a imitação. A moral, a ciência e a técnica são hoje os termos correspondentes ao que, na época do aparecimento do positivismo se chamava estados, teológico, metafísico e positivo. O domínio da ciência positivista, nesta triade, como o da técnica naquela, outra, mostra bem, a quem queira ver, a inversão operada e a razão do elogio ao trabalho penoso e doloroso que sempre foi, é e há-de ser o trabalho do técnico ou do operário. Assim nos surpreende e alarma a persistência daquela utopia e ucrómia que consiste na crença da rea-

Por
FRANCISCO SOTTOMAYOR

lização, ou melhor, da fabricação do paraíso na terra por intermédio da técnica, ou da maquinação que degrada e envilece o conceito de ciência pondo esta ao serviço da descoberta e construção da máquina. A instrução positivista dos homens que se dedicam ao cultivo da ciência, reduzindo-lhes o poder de investigação ao processo mecânico de combinar, arranjar e permutar factos ou fenómenos diferentes mas conhecidos, de modo a que cheguem à fabricação do produto industrial com as qualidades requeridas, implica a demissão da actividade criadora do homem, do que dá maior testemunho a cibernetica. O cientista desiste da singular investigação, teme os perigos inerentes à sua condição de isolado e os trabalhos científicos assemelham-se aos comuns e forçados, semelhança esta tanto mais flagrante quanto é fortalecida pelo abrandamento dos costumes prisionais.

Se a máquina não fosse tomada como um corpo diferente do corpo do homem, se reflectíssemos que ela resulta de uma concepção analítica do composto humano, como são exemplos as imagens que dela formam os escritores da ficção chamada científica, se ao contrário do que sucede, não a tomássemos como um ser separado, bem depressa notaremos como os modos diversos das várias energias, derivadas dos quatro clássicos reinos, são desviadas para meios, que se exprimem somente em efeitos sensíveis, e desorientadas para fins cujas consequências previsíveis, embora exaltadas até aos limites do inacreditável, pode o leitor encontrar expressas no *Brave New World* de Aldous Huxley ou no *The Sleeper Awakes* de H. Wells.

Esquecemo-nos demasiado ou não o sabemos, como a introdução dos órgãos artificiais da indústria, determina uma espessa camada ou grossa crusta entre o que é conhecido e o que conhece, entre a natureza e o homem. Aquilo ao qual chamamos hoje especialização não passa de um dirigido e intensivo treino de adaptação à máquina com que mais tarde trabalharemos, e só por deplorável ignorância pôde a chamada profissão técnica adquirir entrada no que hoje se chama educação e que ontem ainda significava condução para a luz. Evidentemente, os cientistas conduzem assim, os seus esforços e estudos, mais sobre a natureza natural do que sobre a natureza natural e, em consequência, formulam as leis imutáveis dos produtos mortos que abusiva e indevidamente decretam e aplicam às fontes, de onde jorra pujante a vida. Enganam-se, porém, quando pretendem que o mundo das suas concepções mecanicistas é o único ou aquele que abranje toda a realidade possível. Não querem, não podem ou não sabem ver, para além do estreito círculo de imagens a que se acham reduzidos, ou em que se encontram condicionados a infinita possibilidade divina. Por isso, quando afirmam o vencer da dor, do sofrimento e da morte, quando tentam o rejuvenescimento do corpo humano, o bem-estar, não se interrogam sobre o mistério do mal e, ignorantes dos motivos que levaram a humanidade à dor, à doença e à morte, invertem a simples aspiração à imortalidade em mero desejo de perpetuidade.

Efectivamente, não é sem consequências que, em sua evolução, o homem apostou pela máquina e, deste modo, em reacção incrível para muitos, mas crível e visível para todo o que queira ver e crer, aquela ope-

rou profunda e degradante modificação na nossa mentalidade. Incapaz de outra directriz que não seja a mecânica, o homem, a exemplo da máquina, decreta necessário e imprescindível o trabalho de oito horas por dia, define a sua liberdade por graus, tenta compreender e submeter a actividade mental a esquemas da mecânica-física para que, assim iludido, possa defender a utopia que imediata mas aparentemente o consola.

Esta tendência a separar no quotidiano aquilo que é do domínio da arte e o que recai no domínio do profano, acusa profunda degenerescência da mentalidade humana. Já hoje aparece à maioria dos homens, como ridícula, a afirmação de que todos os pensamentos, palavras e obras representam o maior ou menor grau de religiosidade do homem que os cumpre ou pratica e, muito embora quase ninguém recuse a Revolução Francesa como ponto de partida da humanidade para a descoberta das vias que alcançassem o fim da escravatura, o reencontro da vocação de cada um, o início do império dos justos, certo é que, o ilustre brilho das palavras técnica, ciência e moral bastou para que essa mesma humanidade retrocedesse ou retrogradasse a ponto de cada vez mais confusa, mais imprecisa, mais covarde, aceitar sob aqueles nomes tudo o que auxilia que tivera, com toda a razão que pudera, repudiara. Não perturbaria, pois, se não revoltasse, esta dolente, dolorosa cantilena de elogio ao trabalho, tomado como fim da vida do homem à superfície da terra, como se tivéssemos nascido para suportar um apito na boca, ou servir de máquina de escrever em qualquer edifício destinado à actividade viciosa da burocracia.

Enquanto a religiosidade é garantida pela tradição, a moralidade ou o moralismo auferem sua pretenciosa dignidade na prestigante noção de dever e, na preferência desta aquela, vai toda a distância que separa existir de viver. Contra o positivismo se levantaram, em reacção, as consciências perturbadas e o existencialismo, em seu cerne, consiste na confissão implícita do absurdo em que nos encontramos ao tentar negar a realidade da vida para nos submettermos à falsa realidade do contingente existir, cuja significação relativamente ao amor é ex-estar ou estar fora da vida eterna.

Atendendo, pois, a tal diferença não podemos deixar aqui de nos referir à tendência positivista que, entre nós, manifesta a apologética católica. Ela denota ocupação estéril quando procura transformar em factos irrecusáveis e ao alcance de todos, os resultados dos vários processos que levaram certos homens à concepção das chamadas provas da existência de Deus. Não é por mero acaso que tais provas ou experiências são sempre designadas sob o nome de quem as concebeu, experimentando. Todo o erro das especulações que, sequentemente, outros homens fizeram sobre a prova que, para um fora a corporização do seu intuir, resulta da indevida generalização do secreto processo individual de atingir as personalidades divinas. O que para um é resultante de um trabalho permanente, da descoberta da sua via, de previsão da luminosa verdade, para outros reduz-se à estrada conhecida, ao método estabelecido, à prova sem perigos, que nada diz ou que diz pouco, se não é animada pelo oculto impulso que propicia o caminho, a verdade e a via de cada um de nós.

A função conservatriz da letra, função cuja actividade é operação característica do espírito feneil, não é contraditada pela função renovatriz do verbo da doutrina, como o pode fazer supor a deficitária des-

finção que o vulgo faz entre heterodoxia e ortodoxia. O exclusivismo laicizante que entende apenas na letra a doutrina católica, quando a entende, empece todo aquele que, para além do suporte ou sinal, procura a razão das suas sinceras convicções religiosas. Assim, se entre alguns, notamos uma declarada ou velada antipatia relativamente aos dogmas, verificamos contudo que não investigam ou aprofundam tal sentimento em procura das razões plausíveis que o possam, com alguma eficácia, garantir. Lamentamos até que, quase todos, senão todos, só conhecem do que diz respeito à doutrina católica a palavra dogma. Se o sentimento que experimentam algo diz, isso é o de que, instintivamente, pressentem o perigo da imoderada e inconsequente adoração à letra. Com efeito, poucos são os que alcançam conceitos religiosos e assim se libertam daquele sentimentalismo vago e erradio que provoca no que o sofre a antipatia estulta ou a estúpida simpatia.

Seja-nos lícito ilustrar o que afirmamos com o exemplo da crítica que, à diminuída, degradante e vulgarizada ideia de Deus, na «Velhice do Padre Eterno», faz o grande poeta católico que foi o autor da *Oração à Luz* e da *Oração ao Pão*. É até mesmo visível que pessoas, que deveriam estar devidamente qualificadas para a compreensão do poderoso verbo daquele livro, se deixem iludir a ponto de aceitarem, acatarem e defenderem a opinião abstrusa daqueles que acusam, de blasfemo ou de ateu, o poeta.

Efectivamente a afirmação ou a convicção de que a letra nada representa, para além do figurado ou do que cai no domínio visual, a adoração pelos textos, documentos e monumentos, advém da incompreensão da diferença que há entre ver e ouvir, a qual impossibilita o discernimento entre o que padece a ilusão e o que age por entendimento. Assim as formas poéticas, para as quais os sentidos visuais são apenas o suporte imprescindível, promovem pelo metro, pela rima e pelo ritmo, o desenvolvimento do processo auditivo que antecede todo o intelir. Mas para aquele a quem a imaginação se reduz às combinações múltiplas e possíveis dos dados sensoriais, para quem o senso coordenador e o sentido orientador são a visão e os seus órgãos, para esses, a alucinação visual toma foros de conhecimento espiritual. Bem depressa as imagens perdem sua característica, fluidica mobilidade e, petrificando-se, aparentam possuir em si toda a realidade. Deste momento ao seguinte e consequente em que o suporte, a letra ou a imagem são alterados, deturpados ou substituídos, a distância a percorrer é mínima e aquilo que não é de origem humana, mas, que aos homens foi dado, isto é, a instituição ou a doutrina, resulta em constituição ou superstitição, ou seja, resíduos do que outrora algo de sobre-humano sustentava ou alimentava.

No seu modo usual, arguto e penetrante, analisa Sampaio Bruno, em *A Ideia de Deus*, a página 145, certas pseudo-religiões cuja crença não ultrapassa o que é figurado, ou as imagens que se expressam segundo as leis relativas à categoria de espaço, e deduz a incoerência daqui resultante, para inferir em conclusão, a impotência das falsas doutrinas perante o sobrenatural destino humano. No mundo ocidental cada vez mais se afirma a tendência para um subtil, mas declarado antropomorfismo e, se aos nossos antepassados os horrores que contemporâneos seus praticassem a antropofagia, na nossa idade, a nós, não nos repugna o já forte reinado da antropolatria, que propende a dominar, encadear e aprisionar a humanidade sofredora.

A Sociedade de Expansão Cultural

acaba de publicar

MEIA HORA DE ESPERA

Contos de Afonso Botelho

Meia hora de espera — A procura de estilo — Trânsito impedido — A queda da árvore — Uma história de caça — O Jorge Pratas

A EXISTÊNCIA LITERÁRIA

Ensaio de António Quadros

Cap. I — A exigência do pensamento. Cap. II — Teoria e antropologia dos géneros literários. Cap. III — Alguns aspectos romanesco e poéticos do neo-realismo português. Cap. IV — Existencialismo português. Cap. V — Tendências contemporâneas da literatura portuguesa. Cap. VI — Condição do escritor.

e ainda

O DESEJO E A ANGÚSTIA — Romance de José Lello
EVA — Romance de Emília Freire Salema
OS FILHOS DE DEUS — Contos de Manuela de Azevedo
RAPSÓDIA INDECISA — Contos de Patrícia Joyce

Por
FERNANDO MORGADO

Verdades há tão luminosas, que cegam os homens afeitos ao erro. Imersos na sombra densa, têm da luz a pânica visão que põe em fuga os animais nocturnos, quando frente ao sol: os olhos da inteligência, habituam-se a ver agudamente na treva, mas, perdida a noção da perspectiva, do rigor dos volumes e da variação das grandezas, afastam-se da luminosidade da especulação filosófica e atêm-se ao cientismo positivo e relativo, que não pretende desfazer, mas, apenas dividir, as sombras que lhe são propícias. É o que nos explica o corrente ensino das noções de fácil e geral assimilação, em oposição e detrimento da sabedoria gradualmente apreensível, por desenvolvimento e não por educação: isso nos faz prever que, quando se efectuar a revisão filosófica da História, muitos vultos ainda em eminência, serão olhados menos admirativamente do que hoje e medidas as consequências das suas obras, com o rigor que o pensamento especulativo confere à crítica. Homens houve e homens há, cujas existências representariam atraso de séculos — se fosse possível medir o tempo — no processo conducente à Redenção da humanidade; a sombra que as suas doutrinas ou sistemas lançaram e lançam sobre gerações e gerações de seres humanos, causa a estagnação de muita inteligência e a morte de muita imaginação. Hoje, o comodismo intelectual, a inércia mental, são patentes nas multidões que se deixam mover e se impõem, por meio de sentimentos; o pensamento é estéril e a razão anquilosada. O raciocínio circular, próprio de todas as discussões tautológicas, ao mesmo tempo que conduz à teorização em amplitude ou extensão, nega a via de libertação e de liberdade, que o método especulativo apenas oferece, ele que é a forma e o segredo da arte de filosofar. Daí, a matematização progressiva das ciências e das artes, ou da própria lógica; daí, a negação da legitimidade do intuir e do inferir, em proveito da experientialização positiva, tendente a reduzir o saber, ao sabido e o acto, ao facto; daí, a inversão dos valores que a ciência moderna exprime, aceitando o qualitativo, como função da quantidade; daí, a aceitação da geometria euclidiana — ciência racionalista com princípios postulados... — e das teses, bem ou mal entendidas, desse filósofo estranho que se chamou Descartes.

O salacioso combate ao erro, justificado a partir dum pragmatismo moral que confessa, pelo método, a ignorância da condição humana, tende a eliminar a via de conhecimento da imanência, em nome dum caricato transcendente, enquadrado com muita comodidade nos sistemas filosóficos racionalistas e positivos; a liberdade de escolha, ou o livre arbítrio, que está na base da noção de consciência, não é aceite como princípio de comunicação e deste modo se nega o valor da aventura e da descoberta, o por fazer e o por saber, em nome do feito e do sabido e o ser em acto, ou em devir, em nome do ser que está, ou do estado.

A homogeneidade, é a abstracta noção que enfoga toda a física e química modernas, pois, só por ela ela se explica a admissão da constância das reacções, entre elementos que não existem inalterados na natureza e cuja indistinção é provada, pela presença, em qualquer deles, de moléculas de outros elementos. As leis que a ciência experimental vem acumulando, não raro se negam e mutuamente se opõem; mas,

os seus cultores, teimam na pretensão de alcançar a lei definitiva, parecendo, assim ignorar que ao homem não é dado o saber absoluto e que a experiência ou a análise, na medida em que se amplia, tende a fechar o círculo do conhecimento por extensão. O sincretismo, não liberta; mas, a síntese não atrai os cientistas.

Sampaio Bruno, escreveu, em «A Idéia de Deus», que a verdade é um erro sucessivamente menor. Nessa afirmação se implica o conceito da inatingibilidade do absoluto e, portanto, o seu conhecimento especulativo, como único possível ao homem, e também a noção individualista da gnosiológica, pois, não podemos admitir, à luz da filosofia da história e do senso comum, que a marcha da humanidade se identifique com o gradual desenvolvimento de cada indivíduo; em todas as épocas, houve, há e haverá homens, cujo saber difere abismalmente do dos seus contemporâneos. O humano errar, ou a peregrinação, ganha assim a expressão clara, que no aforismo popular existe ambigua.

Dissemos peregrinação, porque tendemos a ver nessa atitude religiosa, a concomitância com o modo especulativo do pensar. O peregrino, é o que busca no seu deambular, o lugar ou os lugares, onde a comunicação com o sobrenatural lhe é facultada, onde a oração ascende e onde melhor se efectiva o processo que torna o humano receptivo à acção providencial e onde, reciprocamente, a invocação desta é ajudada pelos gênios do lugar. Este, tanto pode ser revelado ao homem, pela manifestação de sobrenaturais poderes — e estão neste caso, as aparições das entidades celestiais, de que o culto mariano nos dá bastos exemplos — como pode ser auscultado, ou pelos sábios ou pelo povo, o qual tem desenvolvido, na constante apreensão duma sabedoria tradicional, os órgãos capazes da percepção dos mistérios. As peculiaridades topográficas, bem como a própria morfologia dos terrenos, insignificantes para os olhos profanos, têm papel preponderante na simbólica religiosa; antigos símbolos, mas, de perene poder, como a montanha sagrada e a árvore cósmica, encontram-se, com as variantes ligeiras que as várias etnias admitem, em todas as religiões. O mineral e o vegetal, cada um simbolizando diferentes estados de ser, além de dar forma particular à imagem dos dois paraísos — o terrestre e o celeste — desempenham nos cultos um papel preponderante. O vegetal, supõe a corrupção, como o mineral a purificação.

O lugar santo, é em todos os credos, sempre suposto em relação aos elementos vegetais e minerais e não há arbítrio na sua determinação. O peregrino que se desloca ao corno das oliveiras ou ao rio Jordão, à gruta de Lourdes ou à azinheira de Fátima, sabe, dum modo seguro, que não pode prestar tão vivo culto, nem murmurar prece tão profícua, como nos lugares mesmo dos prodígios; como também sabe que só aquele lugar poderia ter sido o escolhido, só aquele e nenhum outro, para teatro das manifestações do sobrenatural. É, embora tenha nos altures, em casa ou nas igrejas, a imagem da aparição ou do prodígio, sabe que é lá, junto da rocha ou da árvore, que a oração que profere melhor ascende.

O geometrismo que estipula a homogeneidade do espaço, e, portanto, a identidade dos lugares, é o enunciado claro do cientismo positivista e ateu. Não lida com a no-

ção do milagre, ou, então, entende-a como alteração à lei estabelecida, de modo providencial, que, portanto, escapa à humana interferência. Não admite saltos na natureza, como não aceita que a excepção seja, na regra, a sua razão de ser. Logo, o géometra não aceita o mistério, nem a relação existente entre o aparente ou fenómeno, e o oculto ou o nómeno. O géometra, não acredita no imanente.

É contudo, o credo religioso que despreza a manifestação das forças ocultas, pode transformar-se numa artificial construção teodiceica, como a que o positivismo de Comte nos deu, com actos de culto onde a transubstanciação é negada, como na missa positivista, que certos adeptos do filósofo francês celebraram ou celebram, em centros culturais franceses, brasileiros e quicá portugueses. Tudo o que não é da esfera do humano ou do natural — uma e outra entendidas positivamente — se menospreza ou desatenhe; daí, as estereis discussões de lapsos culturalistas, que, partindo de premissas postuladas, realizam com deleite os mais inúteis e espectaculares exercícios de raciocínio silogístico, como a demonstração de teses aceites de antemão, pela vontade ou pelos sentimentos.

O lugar do templo, é uma delas. Tornado agudo, pelo fogo que destruiu a igreja de S. Domingos, de Lisboa, o problema da localização dos templos, surge tristemente lançado à onda da opinião pública, como se a sua resolução dependesse do número das vontades, que por interesse ou por sentimento, discordam do lugar aonde se levantará a nova igreja. Argumentos de ordem histórica e de ordem espiritual — como afirmava o articulista de um vespertino de Lisboa, que, confundindo a alma com o espírito, adjectivou como sublinhámos o que é do domínio da psicologia — se levantam em favor da reconstrução do templo, no lugar onde o fogo o destruiu; outros, porém, de ordem prática e urbanística, aconselham a deslocação dele, para o local que o plano camarário estipulava.

A discussão é, como já dissemos, estéril, à luz do que vimos meditando. Mas, tão confusos andam os espíritos, que a razão não se entende com a clareza e o poder que todos lhe atribuímos. Logo, prossigamos.

Referem os compêndios de história, onde se enumeram, descrevem e arquivam as obras de arte, que, a quando da propagação da fé cristã no mundo então sujeito ao paganismo, a construção de templos votados ao novo credo, deu origem a factos curiosos. As autoridades religiosas, ordenaram, como deviam, a destruição dos templos pagãos, de modo a levar os crentes a orar nas igrejas cristãs; mas, cedo verificaram que o povo continuava fazendo preces no mesmo local do antigo templo, embora só ruínas restassem dele. Para isso evitar, dizem os compêndios, os templos cristãos passaram a construir-se no próprio lugar onde, antes, se erguiam os templos pagãos; essa é a razão, por exemplo, por que a Sé de Lisboa se levantou sobre as ruínas duma mesquita moura. Somente, não perguntam os compêndios acerca dos motivos que levaram os mouros, por exemplo, a construir a dita mesquita naquele lugar; do mesmo modo que se não interrogam os géometras, acerca das razões que atiraram tanto templo e convento, para locais de invios acessos, onde nenhum presuppósito técnico tal aconselharia. Mas o géometra é um ser positivo e como tal, não interroga.

Ainda, sigamos esta imagem: a construção do santuário de Fátima, na Cova da Iria, mercê da assiduidade dos peregrinos e da celebração constante do culto, deu origem à

(Continua na pág. 17)

Por
AGUSTINA BESSA LUIS

Agustina Bessa Luis foi a única representante da cultura portuguesa no recente «Encontro de Lourmarin» em que estiveram numerosos escritores europeus reunidos para debater o tema de Europa. Publicamos o texto que a romancista escreveu para o Encontro, dando a conhecer aos nossos leitores uma nova faceta, ensaística e filosófica, da obra de quem tanto contribuiu já para a renovação do romance português.

Pode parecer extraordinário que se dê começo a algo que se assemelha a uma histórica difamação, com o elogio do mundo que está em causa. Mas a verdade é que, se temos que falar do mal, o melhor é familiarizarmo-nos com ele, e a tal ponto que, se ele não nos aparecer como legítimo, ao menos se nos descubra como uma realidade importante. As realidades documentadas com o comum dos nossos sentidos, como esta da divisão da consciência pública e da consciência privada que se nota na Europa de hoje, têm muito que ver com uma legitimidade. Nada é recusável por completo, se prospera. Não consideremos cínico demais o pensamento que nos pode ferir, porque o teremos que substituir por outro que unicamente nos há-de humilhar.

A posição humanista da Europa dos nossos dias exige um estudo a que não podem ser estranhas as virtudes do pensador e a insusceptibilidade desse oposto-vivo, o *daimôn*, que, para equilíbrio do contrato entre homens e deuses, sempre interfire no meio de uns e de outros. É de boa sabedoria querer ver a justiça do que nos é contrário. É certo que o homem de espírito se encontra isolado, que a sua melindrosa e altiva alma é perseguida, que a sua originalidade cai na frustração, e que o silêncio é para ele uma espécie de bálsamo cujos abusos lhe são fatais. Por toda a parte o retumbante apelo da inteligência imediata o faz retrair-se e mergulhar num profundo estado de verificação, e numa doce paciência pelos seus compromissos. Nunca a subtileza dos homens de pensamento foi tão amada por eles próprios; é como uma religião de catacumbas, um culto à luz das velas subterrâneas. Entretanto, na terra, há uma corrida, decerto sentimental e grosseira, para obter um tipo de comunicação. Derrubam-se os ídolos, instituições, e mesmo alguma coisa preciosa como o rigor para com Deus. Os homens, entre a desordem e a ternura por uma verdade que positivamente lhes não interessa mais, tornaram-se vulgares à força de se analisarem como homens apenas. Mesmo para a mais mesquinha das criaturas, conhecer nela própria só o homem, não basta. A sensualidade, até da mentira, o entusiasmo, até do que é impuro, abandonaram a nossa civilização. Se há alguém que profetize, é a sua vez agora de profetizar, de surgir com chifres de luz e a linguagem dos trovões. Eu diria isto, se profetizar fosse de facto uma coisa conforme a realidade. Mas não. As altas profecias marcam talvez a explosão duma consciência, mas não adiantam muito mais do que qualquer outra propensão sentimental. No entanto, todo e qualquer élan profético está, rigorosamente, como indicio de renascimento. Qual é o papel do escritor dos nossos dias? Como sempre, o de abrir o seio onde se guardam as decisões fundamentais dos povos, nem que isso pareça contra-

dição com a sua própria época. Como excessivo, o homem serve as causas que revertem ao equilíbrio; e o ardor tem, no mundo, a sua oportunidade quando os caminhos se apresentam evanescentes e maltratados pela servidão de esperar.

É de notar quanto as multidões são permeáveis à razão quando completamente acordadas, isto é, viventes e cativas da necessidade. A inteligência, como ética suprema, deixa, depois duma experiência mais ou menos aguda, um sabor de coisa irreal, de passado; não é possível ouvir duas vezes sem que uma delas se oponha à nossa sensibilidade, depois de pouco tempo. Assim é com o uso simultâneo de duas realidades. Uma repele a outra, ao culto do progresso material sucede o favor pela inteligência, depois a preferência pelo telúrico ou pelas verdades mais ingénuas e mais espirituais. A inteligência não é um valor espiritual. Porém, há hoje o prestígio demasiado dos atributos olímpicos e um autêntico complexo de Minerva, a par duma estética monstruosa do mundo como criação exclusiva dos homens e como sua responsabilidade. Muitas leis estão na iminência de ser refeitas e alteradas, e para isso é posto à margem o consentimento da própria terra. O orgulho das ideias costuma ser o que impede o conhecimento, e tal orgulho das ideias é quase sempre o que se relaciona com a prática delas. Se há um diálogo entre as ideias e a massa, esse é o do inevitável orgulho. O autêntico intelectual não parece convir nesse colóquio; ele não é progressista nem intensificador, nem activo, no sentido de ter comércio directo com o tempo. E abstém-se quase sempre de quaisquer soluções, porque a base da verdadeira actividade e da moral é, afinal, provocar o insolúvel. Terá ele que colocar-se a par das multidões — o que até hoje não fez senão por meio de circunstâncias superficiais, pelo exotismo ou pela docilidade —, terá ele que o fazer agora com uma nova espécie de renúncia? Não haverá um ponto em que seja possível fixar o desespero do homem civilizado e a fragilidade do pensador? Será verdade que a solidão se torna estéril quando se verifica, ou que ela deve ser sobretudo uma ocasião acima do sentimento humano? Nada é fecundo se não é, ao mesmo tempo, mortal. E não estarão empenhados, todos aqueles que fazem da sua própria experiência uma epopeia de subtilezas, a velarem o rosto para consumirem a sós a sua mortalidade? O sentido épico da vida está em transe de se ignorar, graças a uma série de fenómenos dos quais os mais presentes são a vulgarização das causas e a difamação do ser humano.

A excitação do mundo moderno parte duma estranha melancolia, não duma fé ou oposição interior. Ao mesmo tempo que ele se deseja socorrer pela abdicação do indivíduo, é como indivíduo mesmo que ele reage e que se propõe, diante dos seus próprios problemas, verificar. Não há para ele momentos culminantes, nem êxtase, nem profanação. Tudo é uma linha de argúcia e de precisão; a inteligência reivindicadora tomou, no mundo, o lugar da sensualidade e da inspiração.

(Continua na pág. 17)

Por
ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA

1—Do Homem e da Saudade

Ao princípio era o Amor. Por Amor foi criado o Homem. Criado como espírito radicado num corpo animado. E a esse espírito, «razão animada», foi dada a liberdade para a realização dum Destino. O Destino verdadeiro atinge-se no responder integralmente ao chamamento mais fundo do ser, a uma «vocaçã»: a liberdade autêntica exercida com uma finalidade transcendente e dentro duma ordem, a da unidade do próprio Amor. Fora dessa finalidade e contra essa ordem é arbitrio e já não liberdade.

Enquanto respeitou tal ordem, o Homem viveu feliz na contemplação de Deus e das suas obras. Ao praticar o mal, negando a liberdade por arbitrio e violando a ordem amorosa estabelecida pelo seu Criador, o Homem degradou-se e diminuiu-se — caiu.

Após a queda, o Homem foi lançado no mundo.

A queda do Homem e o seu passar a ser no mundo arrastou consigo uma degradação na Eternidade celeste em tempo mundanal e humano. Ao eterno presente sucedeu-se um tempo cindido em passado — tempo sido — presente — tempo que agora é — e futuro — tempo que há-de ser.

Diminuído, dividido, separado, o Homem teve saudade. A recordação do Paraíso começou a fermentar nele e a avivar o desejo do retorno, de reintegração, de completamento, de restauração da unidade quebrada pelo pecado.

O humano agir no mundo, o seu construir-se um destino como pes-

soa, gerou a História, movimento no tempo. É ela incessante tentativa de encontro da unidade perdida e de restauração da ordem violentada — seu motor é o desejo de regresso ao Paraíso, a saudade.

A saudade radica no sentimento de uma unidade desfeita. É este sentir-se e lembrar-se o Homem expulso dum Paraíso, o sentimento do incompleto, do separado, do limitado e do imperfeito do seu ser decaído. O amor humano, nos momentos fugazes da sua plena realização, é a forma menos imperfeita de regresso a esse paraíso, de reconquista dessa unidade.

Mas a humana saudade é activa, não se fecha no beco sem saída do desespero ou da angústia. Para ela, visão futurista da vida e do Homem, anseio de Redenção e desejo de reintegração na unidade primeira, o passado existe ainda como lembrança no presente e como projecção, em esperança de realização, no futuro.

Esforço de reintegração do tempo, tentativa de unificação no aqui e no agora de todos os momentos e lugares, o sentimento saudoso exprime o sentido mais fundo da situação do Homem no mundo e explica a realidade mais autêntica do Amor.

2—Do Direito e da Justiça

A queda e o mal que lhe está na base, ao implicarem um afastamento e uma degradação do Homem, diminuíram as suas possibilidades de conhecimento e de realização. Ao traír o Amor e ao trans-

formar-se, por isso, num ser separado, o Homem afastou-se do reino total da Justiça. Não podendo já viver dentro da ordem integral do Amor e estando sujeito ao mal, o Homem teve de procurar reconstituir, melhor ou pior, essa ordem, para lutar contra o mal e o sofrimento.

Surgiu, então, o Direito. É ele tentativa sempre constante e nunca plenamente realizada, cujo escopo final, cuja meta sempre longínqua e fugitiva é a Justiça. Mas tentativa permanentemente comprometida pela impossibilidade radical de conter o infinito no finito, o ilimitado dentro de limites, o eterno no temporal.

Limitado até no Amor, o Homem teve de prender a justiça nas malhas demasiado apertadas do pensar lógico em extensão, do geometrismo frio das regras gerais e impessoais, matematizou o Amor.

A Justiça, forma do Amor é, como ele, algo de eterno e imutável em si; o Direito, porém, tentativa permanente e desejo angustioso da sua visualização e realização, que dela tira o seu ser e a sua validade, é sempre percepção condicionada e limitada pela situação de ser no espaço e no tempo que é específica do Homem. A visão que ele, em cada momento e em cada lugar, dela tem é sempre perspectivista, isto é, parcelar e limitada. O horizonte existencial de cada homem, a sua circunstância natural e humana, a sua situação concreta pessoal e espaço-temporal, a cosmovisão do seu aqui e agora — complexo de ideias, crenças, preconceitos, aspirações e mitos — condicionam e limitam fortemente o seu conhecimento da Verdade, do Amor e da Justiça. Mas este relativismo gnoseológico de que hoje o ser humano enferma não legitima a transposição para o plano ontológico, a identificação do ser-para o Homem da Justiça com o seu autêntico ser-em-si.

(Continuação da pág. 6)

teza superiores ao nosso circunscrito âmbito de escritores.

Em suma e para não nos alargarmos mais ainda, o «57» e o seu precursor, o «Acto» (?), mais não fizeram do que retomar uma tradição cultural e actualizar certas teses implícitas em movimentos como o do Romantismo, da Renascença Portuguesa, do Orpheu, reajustando-as às diferentes coordenadas do condicionalismo cultural, fazendo-as dialogar, redivivas, com o existencialismo, o materialismo dialéctico ou o neo-tomismo, e sobretudo tentando completar e desenvolver especulativamente o que nos movimentos antecedentes, ficando apenas virtual, causara a própria degenerescência intrínseca. Eis porque o que foi em tais correntes literárias, artística, religiosa ou política, surge no «57» e na obra dos seus colaboradores mais representativos, como um sistema de filosofia, a que todas essas manifestações se coordenem, o sistema da filosofia portuguesa. O que fora anímico, individual ou subordinado a focos exteriores de pensamento e acção, tende a ganhar a categoria colectiva de uma concepção épica. Pensamento é movimento e movimento é pensamento. Por conseguinte, só insuflando em todas as actividades sociais e humanas, o

elemento movente e teleológico de um conceito do ser nascido espontaneamente dos arcanos de um povo e da sua civilização, reconhecido, consciencializado e teorizado pela filosofia, será possível encaminhar esse mesmo povo para a expressão dos valores de que é naturalmente portador e através dos quais contribuirá para a causa mais vasta do Homem e do seu destino. Grande parte da acção do «57» tem sido pois polemizante e pragmática. Sem escolher ideologias, partidos ou instituições, tenta estabelecer os termos das reformas possíveis, de acordo com tais coordenadas. Principalmente, «57» procura reconduzir o homem português à consciência da sua mais fecunda virtualidade realizadora, já pelo conhecimento da sua intrinsecidade, já pela proposição de teses sociais, educativas, culturais, apresentadas em termos concretos e sempre religadas a uma teleologia espiritual, que propiciem a libertação da sua energia criadora.

Se mais não expusemos e defendemos, foi porventura porque não nos permitiram os factos e as circunstâncias e, se nos faltou o génio de um Bruno, de um Pascoais ou de um Fernando Pessoa, não nos faltou pelo menos a boa vontade e a coragem de, assumindo-os, tentar ir mais além. Se no «57» se tem procurado cumprir o mito do Espírito e afirmar uma exigência de espiritualidade em toda a manifestação pragmática da vida portuguesa, ficamos largamente compensados da incompreensão que porventura a nossa atitude polémica, animicamente terá provocado.

A. Q.

TEORIA DA CRENÇA

«Para uma solução positiva do problema da crença, não se trata de saber se Deus existe e a imortalidade e a liberdade humana são realidades, mas sim se é ou não legítimo e necessário crer em Deus, na imortalidade e na liberdade». Tais são as palavras com que Joaquim Braga inicia o segundo capítulo da primeira parte do seu ensaio denominado «Teoria da Crença».

Assentando sobre dois pilares estruturais. 1—Da crença pura e 2—Da crença prática (que bem se podiam resumir num só), trata este ensaio, se não de analisar a essência da fé, pelo menos da sua teorização programática.

Joaquim Braga, considerando a fé (crença pura) para além da instituição, como uma necessidade explicativa do conceito de vida, embora indeterminada, qualifica-a de real e presente: «A crença deve, pois, possuir um carácter funcional e não estático, fixo ou dogmático. Não nos deve ser dada por qualquer dogma, mas sim pelo seu sentido lógico em função da nossa existência».

Porém, a sua «crença pura» que parecia indicar um sentimento abstracto e indefinível por insituável neste ou naquele

credo ou princípio estético, não é afinal, como adiante verificaremos, mais do que o grande sentimento duma força superior — chamemos-lhe Deus ou não — em que é necessário acreditar, se a tal não chegarmos por reconhecimento espontâneo. A sua «crença pura» não é, pois, abstracta visto que se define em acreditar em Deus e nas possibilidades de redenção e explicação da nossa existência que daí nos advém.

E ainda mais contraditório se nos afigura esse seu conceito quando nos diz que a «crença pura» é um resultado de experiência. Reduzindo a fé ao nível do conhecimento pragmático, situa a intuição num plano secundário de consequência experimental: «é a «experiência humana» que garante o sentido lógico da «crença pura» e esta, por sua vez, dá significado à existência. Porém essa «experiência humana» não é de ordem metafísica ou espiritual ou de qualquer forma de conhecimento transcendente, mas sim uma experiência prática, chamemos-lhe física, já que o autor não nos dá melhor indicação».

Quando pensamos que, para além do que podemos analisar, verificar e experimentar, há tudo e o muito mais que é inez-

primível e imponderável, estremecemos perante esta afirmação. Propor que a fé — o acreditar em qualquer coisa que nos transcende — só pode ser compreendida e atingida através do seu resultado prático, é ter passado ao largo de todo o mistério, ao lado das possibilidades intuídas do mais alto e por cima das limitações humanas. Se tudo o que pudessemos apreender tivesse como único veículo a experiência, bem pouco teríamos certamente atingido do inatingível.

Além do mais, definir a crença pela sua necessidade não nos explica a sua existência, a sua dimensão nem a sua legitimidade.

Parece-nos que Joaquim Braga, na sua ânsia de compreensão duma força misteriosa ou dum sentimento que lhe aparece indubitável e indispensável ao equilíbrio do homem, desejou, com a sua interpretação, torná-la acessível ao considerá-la prática e praticável.

Oremos bem que a sua inquietação espiritual e quiçá algumas dúvidas, que aliás patenteia, são o motivo deste interessante trabalho que, se verdadeiramente não nos traz uma nova luz para a solução do problema da fé, pelo menos a tal aspira.

O seu estilo um pouco hesitante e as suas muitas contradicções, indicam-nos o seu estado de incerteza interior, bem compreensível no terreno escorregadio em que se defrontam a intuição e a experiência.

M. ROCHA PEREIRA

Do novo conceito filosófico ao problema da filosofia portuguesa

«Um pequeno grupo de jovens intelectuais portugueses de apreciáveis méritos literários, movido por um nobre patriotismo, anda, com efeito, há algum tempo, empenhado em demonstrar a existência de uma forte e original filosofia portuguesa desde os começos da nacionalidade».

No receio de a minha posição a este respeito poder parecer hoje, volvidos vinte anos, ultrapassada, se não escandalosa por menos patriótica, devo dizer que, tendo revisto as minhas próprias ideias sobre tal assunto antes de publicar novamente esta conferência, nada me repugna dar razão a essa opinião e afirmar também a existência de uma filosofia portuguesa forte e original. Porém, sob uma condição. E a condição é esta: sem negar de modo algum que tivemos filósofos desde o começo da nacionalidade, passarmos a entender por filosofia coisa muito diferente daquilo que no mundo ocidental, desde os gregos, ultrapassada a fase do mito, sempre se entendeu. Se por filosofia deixarmos de entender uma actividade exclusivamente racional, especulativa, só desinteressadamente preocupada com a verdade e o mais possível independente de toda a sujeição a quaisquer pontos de vista ou de partida prévios, religiosos, ideológicos, estéticos ou políticos, e se, pelo contrário, entendermos por esta palavra, como queria LEONARDO COIMBRA, uma actividade implícita em todas as formas de comportamento humano, então é evidente que o problema em causa

passará a assentar em termos muito diferentes e a sua solução a poder ser também muito diferente daquela que sempre lhe demos. Por outros termos: se por filosofia entendermos toda a forma, não necessariamente racional-especulativa, de reagir espiritualmente perante e sobre o universo e a vida, própria dos indivíduos e dos povos, das épocas e das culturas históricas, em que joga tudo o que neles pode haver de mais íntimo, profundo e total na raiz da personalidade, então julgo também que podemos e devemos tranquilamente afirmar existir de facto uma forte e original filosofia portuguesa. Mais: julgo mesmo que não há, nem pode haver, povos sem filosofia, como os não pode haver sem religião, sem arte e sem mil outras coisas. Neste caso será mais difícil dizer o que não será neles filosofia do que o que é filosofia. Será tão difícil encontrar um povo sem filosofia original como um povo sem alma, sem etnos, sem vida espiritual. Mas repito: só neste caso poderei admitir que — para além dos nossos filósofos escolásticos, como um SANTO ANTÓNIO, um PEDRO HISPANO, um ÁLVARO PAIS, um FR. JOÃO DE S. TOMAS e outros — tenha existido algum dia uma forte e original filosofia portuguesa.»

CABRAL DE MONCADA

«Estudos filosóficos e históricos» Vol. I — Coimbra, 1958

DUAS CARTAS

De FERNANDO PESSOA

a SAMPAIO BRUNO

Ao caracterizar uma corrente tradicional do pensamento português, com antigas raízes, mas ininterruptamente evoluindo até aos nossos dias, através dos meios precários impostos pelo desfavor com que muitas vezes foi considerado, por várias vezes apontámos a linha de continuidade de que Sampaio Bruno foi, na alvorada deste século, o melhor elemento transmissor, pese embora às dificuldades da sua obra e do seu estilo, dificuldades estas que levam frequentemente a fáceis, apressadas — e erradas interpretações. Assim, ao acentuar-se a relação profunda existente entre Bruno e Fernando Pessoa, patente na Mensagem e de um modo geral no messianismo do poeta, parece não ter sido devidamente considerada esta óbvia sugestão. Eis porque arquivamos nas nossas páginas, extraindo-as com a devida vénia, do livro recentemente escrito sobre Bruno pelo seu sobrinho José Pereira de Sampaio, duas cartas de Fernando Pessoa para o autor de «A Ideia de Deus». Parecem-nos documentos do maior interesse e tanto mais significativos, quanto é aparentemente respeitoso e admirativo — contra o seu costume — o tom usado pelo poeta. Pessoa, discípulo de Bruno? Em muitos aspectos, sem dúvida. Eis as cartas:

Rua Pascoal de Melo, n.º 119
Lisboa, 8 de Setembro de 1914.

Ex.^{ma} Senhor:

Sem conhecer pessoalmente V. Ex.^{ma}, nem ser, por certo, para V. Ex.^{ma} conhecido, mesmo de nome, decido, porém, valendo-me do direito rudimentar, que todo o homem civilizado tem, de tomar tempo e paciência aos outros, pedir e informação que em seguida explico.

Por uma natural aptidão para os requintes das cousas simples, como, no caso presente, o patriotismo, e também por uma indefinida veia messiânica — já expressa em artigos em «A Águia», onde o menos que se vaticina é o, agora muito próximo, aparecimento de um super-Camões, sinto que me atraí o misterioso, e porventura importantíssimo, fenómeno nacional chamado o Sebastianismo.

Os livros de V. Ex.^{ma} — que conheço, são bússola que me manda fazer de V. Ex.^{ma} o meu norte nisto em perguntar em que livros poderei estudar esse fenómeno. Refiro-me não só à história do seu aparecimento e vida, como à sua íntima feição religiosa. Finalmente gostaria de saber se esse

fenómeno tem análogos na história de outras nações.

Não quero tomar a V. Ex.^{ma} mais tempo, que sei que é valioso. Basta-me um sucinto apontamento dos livros que deverei compulsar.

Desde já agradeço e, pedindo disponha de mim para aquilo — infelizmente pouco — em que lhe possa servir, assino-me

Do V. Ex.^{ma}

admirador sincero e obrigado

FERNANDO PESSOA

Lisboa, 31 de Março de 1915

Ex.^{ma} Senhor José Pereira de Sampaio

Por este correio receberá V. Ex.^{ma}, homenagem nosse, o primeiro número da revista «Orfeu».

Esta publicação enfeixa os esforços daqueles universais escritores que, por obra e graça da obscura lei serial que rege estes aparecimentos, se encontraram, sem saber porque, constituídos em corrente literária. Da feição cosmopolita desta corrente não será preciso falar a V. Ex.^{ma}, pois que, melhor do que nós, o seu espírito, quando ler, disso falará. Queremos apenas — indesculpavelmente talvez — chamar a sua atenção sobre o modo como englobamos quantos convites artísticos. Hoje contém e como, através das nossas congruentes individualidades, as sintetizamos para uma corrente original, que em todas as dimensões transcende essas, citadas, correntes anteriores. Claro está que há em nós um fundo de originalidade, de primitividade metafísica de emoção, que permitiu, não só inevitabilizar em nós a tendência para essa síntese, como, conexamente, no valizar dessa síntese, ir deixando escrito em cada frase psíquica — como, por fim, no conjunto organizado — o nome da nossa Individualidade.

Nós desejamos ter — não diremos pela imprensa, mas directamente pelo menos — a opinião de V. Ex.^{ma} sobre a nossa revista e a nossa arte. Essa opinião, seja ela qual for, é um favor que nos é feito. Aguardamo-la com curioso interesse.

Creia V. Ex.^{ma} no respeito e na admiração de

Por «Orfeu»

FERNANDO PESSOA

Do livro «Sampaio (Bruno). Sua vida e sua obra», de José Pereira de Sampaio. Ed. Inquérito, Lisboa, 1959, págs. 156, 157 e 158

RITMOS EXISTENCIAIS O RISO

Por
ANA HATHERLY

Ritmica é a natureza do homem. A sua existência espaço-temporal é condicionada e mensurável em ritmo. Todos os seus atributos são de natureza expressiva através duma dinâmica: se o ritmo caracteriza o homem, este por seu turno, praticando-o, realiza-o.

Poder-se-ia assim falar de ritmo do homem, mas como a criação sugere uma desintegração, um desdobração do ritmo que ao seu acto preside e como no homem a ideia de universo se interpreta tão certamente, logo ocorre a multiplicidade de ritmos que compõem a sua existência cósmica físico-psíquica.

Dos muitos ritmos que traduzem as actividades anímicas e pensantes do homem, falaremos aqui de um deles que lhe é peculiar e, juntamente com a palavra e o pensamento, factor de diferenciação: o riso.

Mas sempre ri o homem?

E como perguntar se sempre chorou.

Não. Numa situação de felicidade perfeita como seria a existência do homem no paraíso, não se podem conceber riso nem lágrimas. A traduzir o seu estado de perene serenidade haveria, quando muito, o sorriso, nunca o riso, que a tristeza, implica uma condição de queda, de quebra rítmica.

Ao ser expulso do paraíso onde era participante duma harmoniosa unidade, o homem trouxe consigo o castigo da desarmonia na multiplicidade inconciliável.

Se através do espírito, que produz pensamento, razão, conhecimento, o homem poderá talvez reencontrar a sua perdida cadência, também é certo que dele lhe vem a sua maior fonte de sofrimento: a consciência da sua desarmonia cósmica.

Assim é que o homem chora e ri.

Dois aspectos principais do riso se nos põem: como consequência do cómico e como disfarce.

Chamaremos ao riso um ritmo secundário na medida em que depende de outros ritmos superiores. Porém, se o riso é tanto uma expressão anímica como de pensamento, por outro lado, é essencialmente consequência de pensamento, pois só os seres pensantes riem. Mas logo se torna a questão mais

complexa ao verificarmos que se o cómico — aquilo que provoca o riso — se dirige tanto ao pensamento como ao sentir, o pensamento por si opõe-se ao riso tanto como a sensibilidade.

Em que medida então provém o riso do pensamento se este a ele se opõe, e da sensibilidade, se esta o contraria?

Porque uma situação de comicidade necessita, em primeiro lugar de ser compreendida, é sempre acompanhada de raciocínio. As situações cómicas nascem dum desencontro entre o que deveria ser e o que contrariamente resultou. E por comparação, por insistência ou por omissão de um determinado factor que o cómico se produz. No momento em que essa situação é compreendida, nasce o riso.

O riso é, pois, um acto consciente e fundamentalmente voluntário, porque o homem só ri se quiser, se se colocar na disposição rítmica favorável ao riso.

E porque o cómico nasce ou pode nascer duma situação de caricatura do homem, da sua qualidade, da sua dignidade, digamos, estética, o pensamento como espírito opor-se-á naturalmente na medida em que funcionar como regenerador e tendente à harmonia cósmica.

Mas o pensamento, na sua função harmonizante, não pode nunca dispensar a presença da emoção, que o condiciona e lhe dá a sua característica humana, e assim é que a sensibilidade como factor de percepção anímica e coadjuvante da acção de cómico e o riso.

Desta maneira vemos que o cómico se dirige com igual intensidade ao pensamento e à emoção. Apenas, que grau de pensamento e que grau de sensibilidade são necessários para a apreensão do cómico?

As situações cósmicas, nas suas graduações que vão do humor à obscenidade, sendo perfeitamente convencionais, estabelecidas e de todos conhecidas como tal, necessitam apenas de um mínimo de esforço para serem compreendidas. A sensibilidade por si, não funcionando neste caso independentemente, estará presente no acto de rir na medida-relação em que está para a inteligência o esforço de pensar requerido, o que prova

que o riso não é uma manifestação de riqueza rítmica ou um meio de elevação.

Portanto, quanto mais pobre for o ritmo interior dum indivíduo, quanto mais ele for destituído de poder ou de vontade de pensar e sentir mais procurará o cómico e mais rirá, porque o riso funciona como o poder de alterar um ritmo criando outro.

Ora o ritmo que o riso altera e substitui é, essencialmente, o do tédio, porque embora à primeira vista pareça contraditório, a verdade é que o riso é muito pouco uma expressão de alegria que se traduz mais por uma euforia de todos os ritmos interiores numa tendência à harmonia e à criação do que pelo riso propriamente dito (excepção feita às crianças, mas aí aparecendo como reacção primária de imitação dos adultos). Em si a alegria é mais inconsciente na medida em que é involuntária. É desejada, sim, mas não conseguida através do pensamento ou da sensibilidade.

Se o riso, acto consciente e voluntário, tem o poder de substituir um ritmo criando outro, numa diminuição das actividades de pensar e de sentir provocada ou provocando esse inoperante estado de abulia chamado tédio, compreende-se o grau de culto a que ascende.

O homem dos nossos dias procura a todo o custo esquecer-se a si, aos seus problemas e aos seus deveres mais prementes, por incapacidade ou por desinteresse pela sua compreensão. Sofre, como consequência, os terríveis vazios da monotonia e da apatia e assim, consciente ou inconscientemente procura, através de leituras ou de espectáculos cómicos, alterar o seu ritmo existencial interior por substituição. Ao tédio, à abdicação das suas forças mais nobres e actuais, opõe o riso.

Mas surge agora outro prisma sob o qual o riso pode ainda ser considerado: o do disfarce.

Ao significar uma ausência de pensamento e de sentir em alto grau, o riso serve admiravelmente para dissimular os mais variados estados de alma: atrás duma gargalhada tão bem se pode esconder o tédio como a timidez, o despeito com o rancor, a comoção como a incoerência pura, porque todos os estados perdem a sua intensidade primeira ao serem traduzidos pelo riso, máscara da irresponsabilidade.

E se a máscara representa por uma forma mecânica e convencional os estados da alma, ela é assim o símbolo perfeito da aparência atrás da qual se oculta o verdadeiro homem.

Dir-se-á que também a dor tem a sua máscara, e acaso tam-

(Continua na pág. 18.)

Aprez-me estender hoje e aqui uma linha subtil entre a posição de Fernando Pessoa e Manuel Bocarro Francês. Linha que se estriba em afirmações idênticas, conduzindo à legitimação dos passos de um povo. O que aqui parece poder ser um vocabulário divorciado do real, é, tanto em Bocarro Francês y Rosales, hebreu e doutor, como em Fernando Pessoa, a necessidade de legitimar a acção de um povo perante condições políticas verdadeiras particulares. Se a obra de Bocarro Francês é publicada durante a ocupação espanhola, a de Pessoa parece corresponder a um outro e grave momento de ocupação, aliás algumas vezes lúcidamente denunciado nas páginas do pregador do super-Camões. Diz-nos Manuel Bocarro Francês (médico, filósofo e matemático lusitano, nesta edição de 1624, em casa de António

Alvarez): «Mas entre as que explicamos, singulares / Causas dos Senhores, considero / efeitos, que direi, particulares, / Por donde o Lusitano tanto impera: / Por seu dominador ao Lusitano / Que restaure em seu reino o de Janos». A Anacephaleoses da Monarchia Lusitana inscreve-se numa longa série de textos destinados a examinar as razões que podem legitimar a presença dos castelhanos, e, sobretudo, eliminá-los. Se é verdade que esta linguagem pode assemelhar-se a uma forma de impotência, não deixa também de poder reconhecer-se que se procura aqui fundamentar uma política de acção, demonstrando, para isso, a exemplaridade do caso português. É uma posição extremamente factual, mas que procura para os casos do imediato quotidiano a legitimação do mediato divino, reconhecendo, con-

O SEBASTIANISMO - afirmação duma filosofia da Pátria

tudo, que só do imediato poderá vir a restauração do «reino de Janos», tal como Bocarro Francês, como elemento da colónia judaico-portuguesa quereria ver. (E valerá a pena lembrar esses outros nomes do Padre António da Visitação Freire, Padre Vale de Moura, Pedro de Frias, Frey Juan de Rocacelsa, Padre João de Vasconcelos, Luís Marinho de Azevedo, Pedro de Sousa Pereira, Fernando Homem de Figueiredo, Nicolau Monteiro, Sebastião de Paiva, para mostrar como este surto «sebastianista» corresponde a uma necessidade íntima de consubstanciação da Pátria? E que a acção destes homens, é sobretudo determinante

de um estado de espírito, firmando um conhecimento apaixonado e apaixonante da Pátria, com os seus valores e as suas determinantes mais íntimas?). «Vejo entre a corração teu vulto baço / Que torna. // Não sei a hora, mas sei que há hora», diz-nos Fernando Pessoa.

Ora bem: poderemos afastar de momentos dados da evolução humana do país estas atitudes (de parentesco tão flagrante com as de Guerra Junqueiro ou Sampaio Bruno ou Pascoais?) tão afirmativas na sua aparente (e só aparente?) nebulosidade? Para além do momento de afirmação se estende um outro mais florescente campo: a ele se dirigem

Bocarro Francês e Fernando Pessoa e dirigem-se na linguagem que o seu tempo, deles, lhes deixa utilizar, firmando-se requeridamente em valores de um pensamento heterodoxo que, vencendo-se dentro de uma acção excessivamente pragmática, nunca esquece uma fundamentação prática. É, de resto, essa mancha heterodoxa, transplantável na sua estrutura dita nebulosa pelos que não querem ver, que possibilita a afirmação do português nas suas andarilhações pelo mundo. Daí, que o sebastianismo tenha sido sempre uma das mais agudas formas de afirmar uma filosofia da pátria.

ALFREDO MARGARIDO

DA OBEDIÊNCIA

Que a existência não é contingente e não têm, portanto, os seres em si mesmos, a causa da própria manifestação, ou, doutro modo, que apenas o supremo Ser exista por si e para si, dele recebendo os outros a razão da sua necessidade, é noção apreendida e aceita por todos os sistemas filosóficos, mesmo quando reduzam o mistério da existência a simples operação de causa a efeito. O conceito universal duma ordenação segundo os fins, explica como os seres emanados se manifestam em multiplicidade de estados, numa gradual perfeição, até à plenitude, que nas várias religiões reveste várias formas, como a reintegração no ser universal ou aniquilamento, e a iluminação ou beatitude angélica. Aceitando, os que aceitam, a doutrina da queda original, simbolizada na tradição bíblica, pela expulsão do paraíso, entende-se como o estado imperfeito que transita na Terra, é no homem, uma degradação efêmera, uma condenação passível de resgate, o qual coube cumprir à posteridade imperfeita de Adão; aí reside a esperança que anima os homens e os impõe na procura das vias de redenção, esperando os enviados, senhores do poder de abreviar o estado terreno de privação. Mas, a todos os homens foram dados os órgãos e facultados os meios capazes de encontrar o seu caminho para a plenitude perdida; é partindo dessa ciência, por certo, que na «Monarquia», Dante escreveu: «Deus não criou seres ociosos», ou seja: que toda a criatura, ao nascer, tem consigo uma particular finalidade ou missão, todavia tendendo para a geral integração na ordem universal, alterada pela queda de Adão. O saber da razão original do nascimento das criaturas, as leis particulares do seu trânsito terreno e a forma das existências ainda por cumprir, é o natural e poderoso desejo que move todo o ser humano para a especulação filosófica e a causa das suas interrogações primordiais. Todo o sistema, negando a liberdade da humana cogitação, é um instrumento ao serviço das forças que desejam a permanência do cativo — desse cativo da humanidade, pelo povo de Moisés simbolizado na Bíblia, e cuja salvação reside no milagre da água. Os seres destituídos da ciência e consciência da queda original, esses são os que têm na sua espécie a via única de salvação, pois por ela

estão submetidos ao humano poder, na sua plenitude, sem a possibilidade da particular comunicação com o mundo sobrenatural, apenas ao homem dada. Assim, este terá de responder por si e por toda criação a si sujeita, pelo emprego e fruição da vida, a qual é única em cada plano de manifestação do seu ser — como bem se expõe na doutrina católica — e a passagem pelo plano ou estado seguinte da sua existência, será breve e fácil, segundo tiver aprendido e cumprido na sua forma terrena. Neste sentido cabe a significação da viagem que o nosso povo sabe ter de sofrer na morte, se a não fizer em vida, pela estrada de Santiago ou João. Eis aí, pois, o Saber, como o primeiro dos valores a atender e alcançar pelo homem.

Mas, do conhecimento inicial, recebido pelos seres maiores no próprio seio da manifestação e de que a imagem e semelhança de Deus, sob a forma gloriosa de Adão, tinha posse plena, tudo se perdeu; o homem de hoje, tem de aprender no perpétuo e magnânimo segredar da tradição, o saber que em sua plenitude lhe fora propiciado. Os sinais perduram, para serem lidos, nas formas várias de símbolos constantes, tradicionais entre povos remotos e separados pelo tempo e pelo espaço, fazendo pensar na grande Tradição Primordial, conhecida de alguns iniciados. A grande aventura ou descoberta, a busca das origens, a marcha para trás, para o princípio que é fim, eis como se vislumbra o processo sinuoso da Redenção, ou seja, da conquista do saber perdido. Eis porque o poeta florentino faz, ainda na «Monarquia», a apologia do Monarca, isto é: do mais nobre, do possuidor do máximo conhecimento, afirmando por diversos modos, serem necessários os Príncipes, ou princípios, para a realização do fim supremo da humanidade. Saiba-se, porém, entender que, na ordem humana transitória, os reis e os filhos destes, assumem o símbolo, quando não constituem a caricatura, correspondente a essa ordem transhumana. O que alguns pensadores portugueses viram e expressaram sábia e mente.

Legítima, inalienável e improrrogável, nasce em cada homem a

pergunta acerca da particular missão a si confiada, no seu estado terreno; daí, as perplexidades. No já citado livro de Dante, de leitura propícia e própria para os portugueses, procura o poeta fazer a destrição dos fins de cada indivíduo, quer isoladamente, quer integrado no conjunto da criação; por analogia esclarecedora, analisa na mão quais os fins particulares de cada dedo, fins diversos entre si (como o povo bem entende no axioma) e para os quais eles foram diversamente formados; depois, aponta o fim que cabe à mão no todo e ainda ao braço e ao corpo — e por fim à humanidade. Logo se depreende a conclusão lógica: ao homem é dada uma individual missão ou finalidade, causa da sua existência, diversas das atribuídas a seu irmão e que apenas a força dos próprios olhos pode fazê-lo enxergar, através dos caminhos a si traçados providencialmente. Para tal recebeu o livre-arbítrio e lhe foi dada a liberdade de pensamentos, palavras e obras, que são o por que responderá; por isso foi dotado da razão, para comunicar e interrogar os mundos superiores. «Pede e ser-te-á dados», é a promessa única capaz de mover e que efectivamente move o homem.

Mas, porque tende a esquecer ou porque ignora o supremo Monarca, cai o homem, quando julga transferir para procuradores, a missão e a responsabilidade — e essa é ainda, de entre tantas, a sua ilusão maior. Também, dada a contingente acção humana, onde a liberdade pode parecer coarctada, aos espíritos distraídos, é compreensível como muitos caíam a duvidar da própria autonomia e do individual poder, conferindo-o todavia a outrem. Assim entendemos o constante retardar da Redenção, pois, na medida em que um homem aliene as suas responsabilidades, obriga ao nascimento de outro, dotado com a missão ainda não cumprida. Eis porque, pelo aperfeiçoamento do meio ou do modo, com a multiplicação dos órgãos ou organismos de acção, os fins visados permanecem inatingidos.

O império do medo sobre as pessoas, que as inibe de preserutar mais profundamente os mistérios envolventes, e leva as grandes mas-

sas a fugirem das interrogações acerca da própria existência (quem somos? donde vimos? para onde vamos?); o medo inspirador do desejo da ignorância; o medo de pensar Deus como o ser incognoscível; o medo do absoluto; — eis o princípio e a essência do gregarismo, a origem do mito transformador do homem no animal social, a causa dos sistemas políticos económicos, capazes de converter a humanidade a uma medida de produção e o indivíduo a uma unidade. A preocupação pelo que está, ou estado, pelo concretismo mensurável do espaço e do tempo, bem como as doutrinas materialistas, nas suas várias formas, desde o mecanicismo, ao existencialismo, são formas, equívocas e subitas do mesmo medo.

Dados são os sinais do valor simbólico de todo o sucesso terreno ou infernal, que é como o espelho reflectindo as realidades ou verdades dos mundos supernos. O princípio da correspondência, esclarecendo como todo o fenómeno é a aparência visível dum nómemo invisível, leva forçosamente toda a razão animada, à cogitação. Cada homem, em sua condição terrena, possui no diálogo que consigo mesmo estabelece, a via de conhecimento, pela qual ascenderá à iluminação. «Da discussão, nasce a luz», não é ríflão de dois, mas, de um só homem.

Aí daquele que interfere, insinua ou influencia, na verdade, no caminho e na vida de outrem, pois a sua responsabilidade se amplia. Os que, de qualquer modo e em qualquer grau, imperam sobre os semelhantes, pelo saber, pelo poder ou pelo querer, se lhes não assiste a razão iluminada, devem tremar; pois a nenhum homem, a não ser que possua ou alcance o grau de conhecimento que lhe permita penetrar nos misteriosos e secretos desígnios da Providência — e homens tais, de tão raros, logo se identificam pelos poderes e facultades extraordinárias, em prodígios revelados — a nenhum homem, é dado saber o que a seu irmão convém, nem pode agir em nome do bem do próximo e apenas a sua estultícia o levará a apontar caminhos, verdades e vidas a cumprir.

A ciência e a consciência da autonomia da vida humana, razão

suficiente para anular a identidade social, espanta-nos que se não erga frente a todos os olhos, como aviso do que há a aceitar e a respeitar em cada um. Que homem tanto sabe e de tal modo se perfez, que lhe escuse a perseguição do próprio fim e da própria ascensão, para talhar e atalhar o caminho dos outros? Quem poderá julgar da utilidade ou inutilidade dum dado ser humano, se ignora o porquê do seu nascimento? Quanto mais ter a estulta pretensão de lhe negar a liberdade de agir e por si encontrar a própria via!

Eis porque a existência do legislador, implica a sua ignorância do poder da má vontade na restrição da liberdade redentora, e o esquecimento da humilde constatação do limitado saber do homem. Senão, teria presente a verdade luminosa de que, no mundo terreno, as leis não se fazem: descobrem-se; e tudo quanto de artificial e artificioso castelo de cartas se reveste o estado social, desprezando, na forma e na substância, a autonomia individual, pesará na responsabilidade do legislador, se não pesar na sua consciência. Que ser monstruoso, pelo extraordinário saber, seria o fabricante de leis!

Dende, impor ao homem a obediência à ordem mediocre, a obediência à lei social, é contrariar o cumprimento das ordenações supremas; bem como reduzi-lo à contingência degradante da unidade de produção, arvorada em princípio de certos estados socialistas, é impedir que realize os fins superiores para que existe e se encontram na causa do seu nascimento.

A imagem e semelhança de Deus, o demiurgo, na plenitude do ser, não está condenado perpétuamente à privação. Pois, nascerá um homem, um ser autónomo na sua finitude, dotado de facultades de intelecto e de especulação, apenas para o triunfo dum sistema ou dum regime político? para o aumento das riquezas? para a propagação duma doutrina religiosa? Triste, diminuído ser, com tais verdades! A possibilidade de infinita ascensão, que existe em cada homem e o move e impelle, como aos rios o mar, para o absoluto bem, o perfeito belo e a total verdade, é razão bastante para negar o império do precário saber, do transitório poder, do prevertido querer. Ao homem foi dada a vida, para encontrar o seu senhor; a ele, só a ele, obedecerá.

ESQUEMA RADICAL DO MESSIANISMO

Deve afastar-se, logo de início, o que favoreça confundir-se num só tecido a ideia de Messianismo e a intervenção localmente divinizada dum messias, porque num entendimento do messianismo não há semente o caminho do que, no caso, habitualmente é ortodoxo. Percebe-se: já estou a desmentir que o messianismo apenas se concerte, quase dúvida e torpemente, com as vitórias canónicas. Percebe-se mais: se um Messias propugna uma igreja, o messianismo que vou definir mais facilmente a impugna. Não vejo por que boa razão há-de desistir-se dum vocábulo que não é ambíguo (aliás como todos os vocábulos) mas a proposta duma intenção que num contexto se ilustra em gradações de significado optativo: «prospectivismo», como recentemente vimos sugerir-se em substituição de

«messianismo», tem a inegável qualidade de em grande parte restituir os factos de relação da acção messiânica a uma utilidade operatória menos comprometida num tipo de tradicionalidade — tanto que, se não pode dizer-se que laiciza o facto do messianismo o isenta numa generalização superficial de evidente imparcialidade. Contudo, é mais importante revelar o conteúdo atributivo da palavra *messianismo* do que desautorizá-la como impossibilidade de sentido explícito. — Que nova validade concebo? A que *messianismo* tem tido vai ainda hoje alimentando-se na fé dos submissos, uma dolorosa história natural como é sempre o abandono da justificação; esta é deixada ao acaso escatológico da melancolia, que isto é a esperança no messias. A brandura dessa esperança não

Por
A. SANTIAGO AREAL

é, creio, parte do outro messianismo: a validade que eu suponho não se dissolve nem no congregador dos humildes inventores da desposseção da responsabilidade autónoma — o messias —, nem no socialismo como império terrestre de Deus.

A noção de Messias é uma expressão do mito chamado de Prometeu: as linhas desta coerência principiam no próprio significado original da palavra hebraica de que provém *messias*: o *ungido* é o eleito da redenção. Consagrado como destino actual, porque a sua essência simbólica é a espera, é ele o autor escolhido de um futuro de que não tem ou

terá o mando: não o senhor mas algo da vítima. A existência do *messias* começa na eleição, prossegue na inovação ou no renovação, e termina decisivamente na morte ou na condenação. Um estado e uma hora o eliminam, mas que estado? Toda a promessa política é proposta messiânica ou da vinda dum messias; se Prometeu aparentemente a si próprio escolhe o futuro, no entanto a necessidade da escolha é-lhe imposta pela comunidade que o fundamenta porque espera dele precisamente tudo quanto lhe entrega: as implicações de poderes reivindicativos. Durante a demora, Prometeu está em plena missão. Porém ela finda quando é condenado, o que é a redenção própria — autotética — de todos os messias: uma libertação revertida em culpa. No mito os deuses castigam,

e na história as leis. Há sempre muito de alheio quer à consciência voluntária quer à autoridade do *messias* — é, divina ou não mas inimputável, a despersonalização da ética jurídica. Portanto, e a partir destes pontos, o messianismo há-de compreender-se como reversão, a reversão com fim determinado numa refundição do imediato. É um encontro pré-fixado, contrário quase perfeito dos desvios e da inacessibilidade que a transcendência ucrónica contém como vícios. Qualquer homem é profeta do próprio futuro; mas não é messiânico senão desde que ponha um termo, um alvo, a meta, o intuito preferido, numa ocasião pré-estabelecida do futuro; para a autenticidade de ambas as condições, bastar-lhe-á viver desobedientemente o que lhe é dado. Será? Assinalemo-lo.

O CARÁCTER DE CADA SEXO

DA «ANTROPOLOGIA EM SENTIDO PRAGMÁTICO», DE KANT

Em todas as máquinas que têm por fim obter com pouca força o mesmo que outras obtêm com muita, há-de necessariamente haver ARTE. Estabelecida, por evidente, esta relação entre a força e a arte, parece de inferir que a solicitude da natureza haja posto mais arte na organização da parte feminina do que na parte masculina da humanidade. A natureza outorgou ao varão mais força do que à fêmea, para adequar a atitude de ambos na mais íntima união *corporal*, isto é, para satisfação do fim que mais lhe interessa, a conservação da espécie; mas também ao considerar os seres humanos como seres racionais, dotou-os de inclinações sociais, de modo que a comunidade sexual possa transformar-se em duradoura união doméstica.

Para firmeza e conservação da unidade doméstica não basta a coexistência arbitrária de duas pessoas: — é indispensável que uma parte esteja *submetida* à outra, e, reciprocamente, que uma seja superior à outra, para que possa regê-la ou dominá-la. O pressuposto da *igualdade* dos sexos, não se compatibiliza com as pretensões de dois seres que não podem prescindir um do outro, e admiti-lo será causar discórdias em vez de amor recíproco. Acompanhando o progresso da cultura, cada uma das fracções da humanidade chega a ser superior à outra, em certos aspectos de distinção: o homem será superior à mulher por suas faculdades corporais e por sua valentia, mas a mulher será superior ao homem pelo dom natural de apropriar-se do afecto que o varão lhe dedica. A civilização é, portanto, oposta ao estado meramente selvagem em que a superioridade está apenas do lado da força varonil.

Tal é a razão pela qual na *Antropologia* seja o carácter do sexo feminino mais próprio para o estudo do filósofo do que o carácter do sexo masculino. No estado de rude natureza é tão difícil reconhecer o carácter feminino, como descobrir as diferenças dos frutos silvestres, mediante enxertos e outros processos agrícolas; a cultura actua apenas como estímulo para que se actualizem e desenvolvam as qualidades femininas, para que lhe sejam dadas oportunidades e circunstâncias favoráveis, mas não tem poder para brindar a mulher com atributos que não lhe são essenciais.

As coisas próprias da mulher chamam-se fraquezas ou debilidades. São coisas que dão motivos a gracejos, e os néscios as aproveitam em ditos mais ou menos jocosos; mas os homens de razão sabem muito bem ver que as mulheres aproveitam essas fraquezas para atingirem os seus secretos desígnios, utilizando-as como alavancas sobre as forças do mundo varonil. O homem facilmente se confessa, porque é muito confiante, mas a mulher não desnuda um segredo que seja seu, porque o segredo alheio está sempre mal quando sujeito à loquacidade feminina. O varão ama a *paz-de-alma*, principalmente a *paz do lar*, pelo que se submete à mulher em assuntos de governo doméstico, contanto que não seja estorvado no tratamento dos assuntos que lhe são próprios; a mulher não teme a *guerra doméstica*, que pratica com palavras e ditos, já que a natureza a dotou com fácil loquacidade e com emotiva eloquência, em modos que desarmam o arão. Este apoia-se no direito do mais forte quando pretende manter a ordem dentro de casa, porque está incumbido de defender o lar contra os

inimigos externos; aquela invoca o direito do mais fraco, o direito de ser defendida contra a ofensa e a agressão dos outros varões, e com suas lágrimas de amargura deixa o homem inerte, no momento em que o acusa de falta de magnanimidade.

No rude estado de natureza as coisas passam-se, sem dúvida, de outro modo. A mulher é, nesse estado, apenas um animal doméstico. O varão vai à frente, de armas na mão, enquanto a mulher lhe segue os passos, carregada com o fardo familiar. Mas até nos países em que uma constituição civil ainda bárbara legaliza a poligamia, sabe a mulher favorita alcançar no recinto reservado para todas, e chamado *hárem*, astucioso domínio sobre o varão. O pobre senhor há-de sofrer muitos trabalhos para conseguir tranquilidade bastante naquele ambiente de discórdia em que muitas pretendem sobrepor-se a *uma*, isto é, àquela que há-de realmente dominá-lo.

No estado civil, ou civilizado, a mulher não se entrega ao desejo do varão antes do matrimónio, garantido segundo os preceitos da monogamia. Assim, enquanto a civilização não permitir a liberdade feminina do *galanteio*, que é o facto de admitir em público mais do que um pretendente, ou o varão castiga a própria mulher, ou esta o ameaça com um rival. Quando, porém, o galanteio se converte numa espécie de moda, e os ciúmes decaem em sentimentos ridículos, como não deixa de acontecer nas épocas de luxo, descobre-se então o carácter feminino: aspirar à liberdade de conceder os seus favores ao varão eleito, e ao mesmo tempo alcançar vitória total sobre o sexo oposto.

Pope, nos seus *Ensaio mo-*

rais, crê ser possível caracterizar o sexo feminino (bem entendido, entre pessoas educadas) por duas tendências: a inclinação para o domínio e a inclinação para o prazer. — Não se deve, porém, interpretar esta expressão no sentido de gozo íntimo ou de prazer doméstico, antes se deve entender como algo de afecto público, isto é, que tende a exhibir-se e a distinguir-se com poderosas vantagens; ora, deste modo, a segunda inclinação converte-se na primeira, isto é, em dominar todas as rivais pela arte de agradar, em obter vitória sobre todas pela manifestação do gosto e pela exibição dos encantos. Reduzidas, porém, as duas inclinações a uma só, que assume um aspecto geral, deixará esta de ser suficiente para caracterizar metade do género humano no seu comportamento com a outra metade. Porque é comum a todos os seres humanos a inclinação para o que lhes for vantajoso, e, por conseguinte, a de dominar até onde lhes for permitido; tal é a razão por que dizemos ser essa inclinação *incarcacterística*. — Melhor seria considerar característica do sexo feminino a situação de constante guerra interior, interna ou intestina, o que lhe garante a excelente fama de estar sempre de boas relações com o sexo oposto. Esta regra tem as suas excepções que resultam naturalmente da rivalidade em que se encontram as mulheres, umas perante as outras, quando pretendem a glória de obter o favor ou a rendição do homem que lhes ficará sujeito. Deste modo se vê que a tendência para dominar visa o verdadeiro fim, e que o prazer público, com que encham o espaço onde actuem os seus incentivos, não passa de simples meio para conseguir o efeito daquela inclinação.

Feita esta crítica à doutrina de Pope, diremos que só será possível caracterizar o sexo feminino pela consideração dos fins que a natureza teve em vista ao constituir a feminilidade, e não adoptando por princípio aquilo que cada um de nós possa julgar como fins individuais ou humanos. Ora aquele fim há-de ser realizado por meios necessariamente humanos mas com tendência para cumprir o desígnio da natureza, que é a sabedoria. Os falsos fins, que são apenas os interesses humanos, podem todavia servir para indicar-nos o princípio, que não depende de uma eleição, mas de um desígnio superior em que está integrada a evolução do género humano. Tais fins são: primeiro, a conservação da espécie, segundo a cultura social e o refinamento da sociedade pela feminilidade.

I — Quando a natureza confiou ao seio feminino a sua prenda mais cara, a saber, a espécie, no fruto do seu ventre, pelo qual deveria propagar-se e eternizar-se o género humano, temeu como que pela sua conservação e implantou este temor, quer dizer, as lesões corporais, e a medrosidade ante semelhantes perigos, na sua natureza; debilidade esta pela

qual este sexo requer justamente a protecção do outro.

II — Quando a natureza quis infundir também na humanidade os delicados sentimentos que a cultura implica, quer dizer, os da socialidade e da decência, elevou este sexo a dominador do outro, pela finura e eloquência na linguagem e nos gestos, oportunamente sagaz e com aspirações a um trato suave e cortês por parte do masculino, de modo que este último se viu graças à sua própria magnanimidade invisivelmente aprisionado como uma criança, e deste modo encaminhado, se não para a autêntica moralidade, pelo menos para a sua aparência, o decoro culto, que ao menos vale de exortação a preparação para uma vida superior.

Observações soltas

• A mulher quer dominar, o varão quer ser dominado (principalmente antes do matrimónio). De aqui a galanteria dos antigos cavaleiros.

• A mulher assume com facilidade e rapidez a segurança na arte de agradar. O manco teme sempre desagradar, e com esse receio vê cortadas as suas iniciativas junto das mulheres.

• Este orgulho da mulher, que crê impedir toda a impertinência do varão pelo respeito que lhe infunde, e pelo direito de exigir tal respeito ainda que sem merecimentos próprios, é reivindicado apenas a título sexual.

• A mulher recusa, o varão pretende; a submissão da primeira será um favor.

• A natureza quer que a mulher seja desejada; disto resulta ter ela de ser menos delicada na eleição do que o varão, ao qual a natureza construiu mais toscanço e que agrada à mulher simplesmente com mostrar no seu aspecto, energia e aptidão para defendê-la; porque se a mulher fosse quanto à beleza do seu físico mais repugnante e por outro lado refinada na eleição para poder enamorar-se, teria de ser ela quem pretendesse e ele quem recusasse; o que rebaixaria totalmente o valor do seu sexo, inclusivé aos olhos do varão.

• No amor, a mulher tem que parecer fria, o varão, pelo contrário, emotivo. Será vergonhoso para o varão não atender a um requerimento apaixonado; vergonhoso será para a mulher prestar-lhe demasiado fáceis ouvidos.

• O desejo que a mulher sente de fazer jogar os seus incentivos sobre todo o varão educado é coquetaria; a affectação do parecer enamorado de todas as mulheres é ser galanteador; ambas coisas podem ser mela affectação que corre por moda, sem nenhuma consequência séria; assim como o *cicisbeít*, uma affectada liberdade da mulher casada, ou o *mundo das cortesãs* existente na Itália de outros tempos (na *História Concílio Tridentino* diz-se entre outras coisas: *erant ibi etiam 300 honestae meretrices, quas cortegianas vocant*), do que se infere que encerrava mais refinamento e pulcritude na sua pública sociedade do que as reuniões organizadas nas casas particulares.

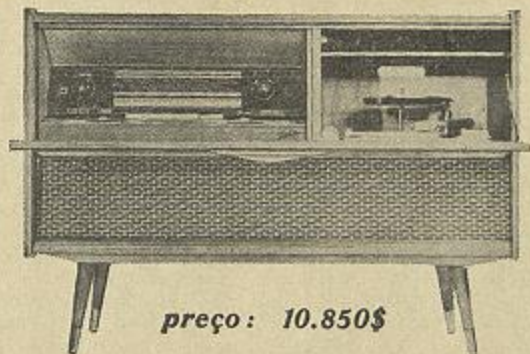
• No matrimónio, o varão aspira a conquistar a inclinação da sua mulher; casada, esta aspira a conquistar a de todos os varões. A mulher só se cobre de galas para os olhos do seu próprio sexo, na intenção de superar as outras mulheres em encantos ou em distinções; o varão, pelo contrário, cobre-se de galas para impressionar o sexo feminino, se é que pode dizer-se usar de galas ao que vai só até ao ponto suficiente para não causar pelo vestuário qualquer afronta à sua mulher.

• O varão julga as faltas femininas com indulgência, mas a mulher julga-as com muito rigor em público. As mulheres novas, se tivessem de escolher entre um tribunal masculino e um tribunal feminino que julgasse as suas faltas, optariam certamente pelo primeiro.

RADIO-GRAMOFONE
ESTEREOFÓNICO



modelo MAINAU 100



preço: 10.850\$

SABA

Chegou a 1.^a
Remessa deste
sensacional
conjunto!

* Amplificador de 2 canais
* Gira-discos Dual automático



À VENDA NOS AGENTES DA

GENERAL ELECTRIC PORTUGUESA



Por
JORGE PRETO

• Quando o requinte no luxo atinge alto grau, a mulher só por forte coacção se manterá na decência, e chegará ao ponto de não ocultar a verdade de que desejaria ser varão para poder dar mais livre e mais amplo voo às suas inclinações; ao passo que nenhum varão desejaria ser mulher.

• A mulher não inquirir da castidade do varão antes do matrimónio; mas ao varão interessa infinitamente conhecer o passado da mulher.

• Dentro do matrimónio queixam-se as mulheres da intolerância dos maridos, geralmente por causa dos ciúmes; mas isso é só a fingir. A jovem solteira aprecia este ponto com muito maior discernimento e com mais rigor.

• Quanto às mulheres cultas, doutas ou sábias, direi que elas precisam tanto de livros como de relógios de pulso; quer dizer, tudo é ostentação, para que os outros possam ver; tal acontece ainda quando o relógio esteja parado, ou não funcione bem.

• A virtude, ou falta de virtude, feminina, é muito diferente da masculina, não tanto pela índole como pelo motivo.

• A mulher deve ser paciente, o varão tem de ser tolerante. Aquela é sensível, este é sensitivo.

• A economia do varão consiste em ganhar, a da mulher em guardar.

• O varão é ciumento quando ama; a mulher também é ciumenta ainda que não ame. Quantos mais amantes sejam atraídos pelas outras mulheres, tantos mais desaparecem do seu círculo de admiradores.

• O varão afina o gosto para si, a mulher faz de si própria objecto de gosto para todos.

• «O que toda a gente diz é verdade, o que toda a gente faz está bem». Eis um princípio feminino, que dificilmente se concilia com um carácter, na estrita acepção da palavra. Tem havido, porém, mulheres heróicas que afirmaram com glória possuir nos seus assuntos domésticos um carácter ajustado a este seu destino.

• A Milton aconselhava a mulher que devia aceitar o posto de secretário latino que lhe ofereceram depois da morte de Cromwell, ainda que fosse contrário aos princípios do poeta reconhecer como legítimo um regime que antes havia declarado ilegítimo. «Ah, minha amiga, — a respondendo o poeta. — Tu, e todas as pessoas do teu sexo, preferis andar de

carruagem; eu... necessito de ser um homem honrado».

• A mulher de Sócrates, e talvez a de Job, foram igualmente condenadas à modéstia por seus honrados maridos; mas a virtude masculina afirmou-se no carácter daqueles homens superiores, sem diminuir o mérito das virtudes femininas, nas circunstâncias próprias da vida das mulheres.

Consequências pragmáticas

O sexo feminino tem que educar-se e disciplinar-se a si próprio na ordem prática; o masculino não sabe fazê-lo.

O marido jovem domina a sua mulher mais velha. Isto funda-se na lei dos ciúmes, segundo a qual a parte inferior quanto à faculdade sexual se mantém no temor de que a outra parte usurpe os seus direitos, e por esta razão se vê obrigado a tratá-la com toda a deferência e atenção. Por isso toda a mulher com experiência de casada desaconselhará o enlace com um homem jovem, ainda que ele tenha a mesma idade que a mulher; porque no decurso dos anos mais depressa envelhece a parte feminina do que a masculina, e ainda que se prescinda desta desigualdade, não se pode contar de um modo seguro com o acordo fundado na igualdade, e uma mulher jovem e inteligente fará melhor a felicidade do matrimónio casando-se com um homem são, mas francamente mais idoso do que ela. Um libertino que haja gasto a sua faculdade erótica antes do matrimónio, nunca será senhor da sua casa; porque o varão só poderá manter o governo doméstico enquanto não estiver devedor de alguma pretensão justa.

Hume, observa que às mulheres, tanto casadas como solteiras, desagradam mais as sátiras contra o matrimónio do que as ironias contra o sexo feminino. Porque estas nunca podem ser tomadas a sério, enquanto aquelas ameaçam ser perigosas, na medida em que façam luz sobre os encargos do casamento, dos quais o solteiro ainda está livre. É certo que a excessiva licença nas críticas ao casamento poderá ser de péssimas consequências para todo o sexo feminino, porque assim este ficaria rebaldado a um simples meio de satisfazer as inclinações do outro sexo, que facilmente pode converter-se em fastio e versatilidade. A mulher liberta-se por meio do matrimónio; o varão perde por meio dele a sua liberdade.

Indagar antes de casar-se as qualidades de um varão, principalmente se é jovem, não é assunto que muito preocupe à mulher. Ela crê poder corrigi-lo; uma mulher razoável, diz, pode disciplinar um homem corrompido; mas neste juízo está ela muito enganada, e por vezes da maneira

mais lamentável. A esta classe de opiniões pertence também a de aquelas mulheres confiantes que crêem poder permitir os extravios desta classe de homens antes do matrimónio, porque, dizem, se eles não ficarem completamente esgotados, poderão satisfazer os instintos com a mulher legítima. As pobres meninas não reflectem em que a libertinagem neste assunto consiste justamente na variedade do gozo, e a monotonia do matrimónio depressa obrigará os libertinos a regressarem à sua vida anterior.

Quem deve manter a suprema autoridade doméstica? Um só, porque só uma pessoa pode ordenar os assuntos em concordância para um mesmo fim. Eu diria em linguagem galante que não seria destituida de verdade; a mulher deve dominar e o homem reger; porque a inclinação domina e o intelecto rege. O comportamento do marido deve ser tal que demonstre ser o bem da sua mulher antes de todos os outros bens, aquele que afecta o seu coração. Mas como o varão tem que saber melhor do que ninguém como anda e até onde pode chegar, deve começar declarando, como um ministro ao seu monarca, que procede em conformidade com as ordens recebidas; simplesmente ao ver que o seu superior só pensa nos seus prazeres, ou projecta uma festa, ou deseja a construção de um palácio, cumpre-lhe observar que de momento não há dinheiro no tesouro, ou que certas necessidades mais urgentes merecem prioridade para serem satisfeitas, etc., de modo que o senhor e soberano possa fazer tudo quanto queira, mas com a condição de que esta vontade seja dirigida pelo ministro presidente.

Já que a mulher não compete a iniciativa de escolher o seu marido, pois só lhe é lícito responder às propostas que lhe forem feitas, porque tal exige a reserva necessária ao seu sexo, uma vez casada procurará agradar de um modo geral, na previdência de que, se enviuar cedo, possa encontrar alguns pretendentes. O varão abandona todas estas pretensões ao contrair matrimónio. De aqui que sejam injustos os ciúmes fundados neste afã de agradar que é próprio da mulher.

O amor conjugal é, todavia, por sua natureza intolerante. As mulheres queixam-se muitas vezes dos ciúmes, como já se disse, mas a fingir; porque o ser tolerante e indulgente com a usurpação dos direitos conjugais por pessoas estranhas teria como reacção o inevitável desprezo do sexo feminino, e por consequência o ódio contra um marido que permitisse tal usurpação.

(Excerto elaborado segundo a tradução espanhola da Revista de Occidente, Madrid, 1935).

Somos sementeados em corpo de morte e corrupção, ressuscitaremos em incorruptível corpo de imortalidade.

LEONARDO COIMBRA

in «A Rússia de hoje e o Homem de sempre»

I. ABSTRACÇÃO GEOMÉTRICA

Informados e enfermos pela fixidez ou positividade de uma didática que os mantém alheios às leis de geração, corrupção e evolução, alguns juristas, economistas e sociólogos, antes de darem por concluídas as suas teses sobre as questões humanas e por definitivos os consequentes postulados, nem sempre souberam mostrar-se atentos ao conhecimento do homem. A permanência em abstractos esquemas racionais e em apriorísticos conceitos mecanistas, contrariando a doutrina aristotélica da passagem da potência ao acto, do estático ao dinâmico, substituiu-se à viação antropológica, cosmológica e teológica, deixando de ser meditado o trânsito dos problemas humanos para os segredos naturais, e destes para os mistérios divinos. Esquecida a relação entre o espaço e o tempo, e entre o tempo e a eternidade, pela minoração da ética filosófica e da escatologia religiosa, a crítica às acções sociais e aos procedimentos individuais, passou a ser elaborada com o primado de abstractas normas de moral, não raro transformadas em instrumentos de um pragmatismo condenável, embora consentido pela linguagem difusa do senso-comum.

Menos legitimadas por lógicos argumentos do que fundadas em severos reparos moralizantes, as contradições, oposições ou antíteses à tese malthusiana da população, não lograram, até agora, abrir caminho para uma síntese doutrinária coerente, tornando ou procurando tornar solúvel, um problema que alarma contemporâneos e ameaça vindouros. Nólável antevisão de uma tragédia que se agravaria com o decorrer dos séculos, podemos considerar a conhecida obra Songe du Verger, ora atribuída a Raul Praelles, ora referida a Filipe Mazières, e bem assim o ensaio publicado muito posteriormente com o título de Reflexões sobre a população (1790), da autoria de Giomaria Ords, que por coincidência sendo um teórico de tendências socialistas, foi, igualmente, um dos mais representativos precusores de Ricardo Malthus, em cuja doutrina se alicerçou o liberalismo económico de Stuart Mill. Perante a ininência da catástrofe social, que, num profético aviso, Aldous Huxley tão magistralmente soube descrever, parece chegada a altura de pensadores e cientistas reunirem os seus esforços na investigação das causas profundas, e de se comprometerem da inadivél necessidade de interrogar os antecedentes, para melhor evitarem ou reprimirem os perigos consequentes.

Construídas sobre o mesmo modelo geométrico ou logaritmico em que se relaciona a multiplicação com a adição, a fórmula económica de Malthus e a communmente chamada lei psicofísica de Fechner, merecem ser cotejadas entre si. Ambas, todavia, pela extrínseca passagem de uma apreensão quantitativa para uma categoria volumétrica, deixam sem resposta uma incógnita para a qual a mediação do pen-

samento abstracto, se tem mostrado inoperante. A ideia errada de uma total passividade sensitiva humana à influência dos excitantes, eliminando a activa e interior indagação das causas exteriores, podemos nós comparar com a falsa noção económica, que, alheando-se aos motivos, vê na oferta, mera relação quietiva com os estímulos da procura.

Com excessiva confiança no condicionalismo do meio, e com limitado desprezo pelo factor hereditário, tem-se julgado, por vezes, ser possível o estabelecimento de uma norma de equilíbrio apoiada em conclusões empíricas, que, por levarem ao absoluto e reversível o que no tempo é relativo e irreversível, não pode deixar de reputar-se de enganosas. Ao psico-estatismo que caracteriza a lei a que Weber chamou do diferencial, e que serviu de fundamento à fórmula de Fechner, opõe-se o psicodinamismo aristotélico, mais atento ao domínio do nascimento, da vida e da morte, e, portanto, mais ciente da projecção temporal do evolucionismo humano. De igual modo, só poderia dizer-se, validamente, que se exprimiria numa constante fracção da capacidade demográfica anterior, o crescimento populacional preciso para que se fizesse sentir uma diferença na satisfação das necessidades, isto é, para que se atingisse um limiar diferencial de subsistência, se alguma vez fosse viável conter-se o ritmo da oferta no ritmo da procura, de sorte que, pelo nivelamento, estivesse afastada uma eventual crise de sobreprodução ou de produção deficiente.

Procurou ditar-se as bases de uma doutrina, que, definindo um conceito optimal de equilíbrio, conseguisse na aplicação prática, não só desviar os perigos de um excessivo povoamento, como reprimir a crise inversa. O certo é que se concluiu pela insusceptibilidade de atingir esse nível, o que explica que ao conceito de população optimal, se houvesse substituído o de ritmo optimal de crescimento. Além disso, sendo possível elevar a sua cifra muito para além do óptimo económico, o que aconteceria sempre que o objectivo de bem estar comum, não se compadecesse com o nível de vida de cada indivíduo, a noção de povoamento optimal tornava-se teórica e praticamente inútil (!).

Partindo do errado pressuposto de que o ciclo biológico do homem está concluído, como da falsa ideia de que ele vive só para comer e reproduzir-se, o que equivale a negar a redenção espiritual, tem-se afirmado que apenas lhe cumpre criar os meios de subsistência de que necessita, pela transformação dos elementos da Natureza, com os inesgotáveis benefícios da sua técnica. Nem sequer repararam os que assim pensam, que a ilimitada confiança no progresso técnico, apoiado na secundidade do conhecimento científico, leva o exagero a uma previsão que contradiz o carácter inovador ou revolucionário que lhe atribuem. Sem contar com um longo processo evolutivo, no qual se vai libertando o espirito, de nada servirá sobrestinar o domínio violento da razão sobre as forças naturais, pois nem por isso ela deixará de submeter-se às paixões da alma, e a alma de escravizar-se aos apetites do corpo. A menos que, segundo um critério mecanista, se considere

(1) Alfred Sauvy — La Population — Paris, 1937.

Os males da homonímia

Em Portugal, aqui, entre nós, a homonímia começa a tomar proporções tão assustadoras que chamam já à intervenção dos poderes públicos, pelo menos no que diz respeito aos domínios da propriedade literária e particularmente, nas leis da nossa imprensa periódica.

É certo que, sob a mesma palavra se podem executar acções de intenção diversa e não é intuito desta nota a destrinça possível dos três termos, visíveis sob o duplo, vulgarizado e moralizante aspecto de bem e de mal. Apenas desejamos que os exemplos que enunciámos sirvam de prova para o perigo de equívocos prejudiciais a quem se dedica à já indigente arte de escrever. Bem sabemos que se propôs a confusão entre o historiador João de Barros, que viveu no século XVI e o Dr. João de Barros, poeta do nosso tempo, do que resultou, a anedota de que Luís de Camões pôs a obra de João de Barros em verso e João de Barros a verteu depois, em prosa, para uso das crianças.

O mal, evidente, resulta, porém, patente ao verificarmos que na mesma época escritores e artistas

com nomes idênticos ou semelhantes, manifestam doutrinas contrárias em política, em arte e em religião, sendo o público levado a atribuir ao mesmo, a origem de tais contradições. Os exemplos deste pernicioso mal, que facilmente poderia ser controlado, são inúmeros na nossa época. Assim, há relativamente pouco tempo, quando da investidura do Dr. Manuel Gonçalves Cerejeira no alto cargo de prelado e de Cardeal Patriarca, logo após alguns meses, publicou o jornal «O Povo» um soneto de intenção erótica, lubrica e até pornográfica, assinado por nome idêntico ao do ilustre sacerdote. Foi assim aproveitado, um caso de homonímia para difamação anticlerical.

Há cerca de trinta anos, num semanário republicano português, publicaram-se artigos onde eram desenvolvidas doutrinas nitidamente materialistas e ateias, sob o nome de António Sardinha. O facto provocou escândalo entre os fiéis partidários do Integralismo Lusitano, acusando-se até aquela publicação de fraude digna de ser

levada aos tribunais. A verdade, porém, é que tais artigos tinham efectivamente por autor António Sardinha, escritor menos ilustre do que o autor de «A Príncipe era o Verbo...», mas felizmente vivo, que hoje se dedica a investigações de história regional e é proprietário da revista «O tripeiro».

Mais perto de nós, registamos a lamentável confusão entre o escritor António Quadros e o pintor do mesmo nome que, como já o presenciámos, leva o público a supor sob o mesmo nome a personalidade do escritor distinto e a actividade do pintor plástico.

Encerrando esta curta nota sobre os malefícios que podem advir do deficiente uso da homonímia, observamos que quando o nome de Álvaro Ribeiro se difundiu, imediatamente outras pessoas surgiram na imprensa da província, que usando idêntico nome estabelecem involuntária, mas intencionalmente a confusão, tentando a rivalidade nos méritos literários.

F. S. M.

2. Inquérito aos estudantes

No nosso último número, propusemos aos estudantes portugueses um Inquérito, não com intuito de crítica como então salientámos, mas para que através do depoimento livre e espontâneo de elementos da classe discente, a classe docente, responsável pelas reformas do ensino, métodos usados e programação ideal, possa compreender melhor certos motivos de insatisfação da juventude, que nem sempre são bem aceites. Em números anteriores, expusemos já as coordenadas a que, quanto a nós, deve obedecer uma reforma global do ensino segundo a linha mestra do pensamento português e para o melhor desenvolvimento do nosso tipo de civilização e espiritualidade. No presente publicaremos dois depoimentos com grande valor testemunhal e com observações cuja agudeza, por si só, abonaria o interesse do inquérito, as respostas dos estudantes Carlos Manuel Lapa Ribeiro da Silva e Joaquim da Silva Loureiro, ambos de Coimbra, que escolhemos entre outros. Eis, em primeiro lugar, o questionário proposto:

1. Acredita na vocação de cada homem, ou no seu específico génio para determinada missão humana? Em caso afirmativo, entende que os estudos a que se dedica, beneficiam e estimulam a sua vocação? Porquê?
2. Está de acordo com o ensino rigorosamente idêntico para os dois sexos? Como homem ou como mulher, julga que a educação recebida preenche inteiramente os requisitos ou as aspirações criadoras e viventes do seu sexo?
3. Sente que o ensino por si recebido respondeu aos principais problemas do seu espírito, inquirido perante os enigmas e as lacunas que experimentou na relação com a existência?
4. Tem lido o que no «57» se tem escrito sobre os problemas educativos? Há algum ponto especial que lhe mereça concordância ou discordância?

ções de beneficência, que a uma verdadeira reintegração universal do humano no divino, opõem o ideal individualista e interesseiro de uma vaga salvação da alma, é aquela doutrina que ensine o caminho redentor e libertador da Caridade. Não uma indefinida Filantropia, acanhado véu com que se esconde a malícia, a maldade ou a malevolência, mas aquela Caridade intelectual de que nos falava Leonardo Coimbra, que procurando conhecer, ensina a amar. Ao contrário do que, aliás, escreveu o brilhante filósofo, é pela meditação da tese protagórica que o eu se transcende numa mais ampla comunhão com o Homem e com o Cosmos. A divisa vive pour autrui, preconizando a transformação do egoísmo em altruísmo, mostra-se profundamente incompatível com a lei dos três estados, negação da perene verdade do Amor. Contrária à crença ou à ideia de que o óbolo pode atenuar o negrume ou as trevas da miséria e da infelicidade é a certeza de que só interrogando as remotas como as próximas causas da dor, se conseguirá vislumbrar os primeiros raios de luz.

Por inadaptada ao nosso tempo, a Caridade contemplativa e ascética que se realiza em castidade, virtude heróica que apenas pessoas superiores praticariam sem risco, impõe-se aquela outra Caridade activa e criadora, operante no meio social. Quando consciente de que não é só um corpo, mas uma alma e um espírito, poderá o homem, enfim, pelo caminho do Amor, da Graça ou da Dádiva, compreender um problema até agora praticamente insoluto pela viação económica de um liberalismo ou de um socialismo de razão pura, porque só o Amor, libertando, em liberdade encontra a justiça. A imagem desse Homem, descobrimo-la nós no simbolismo cristão de Jesus ressuscitado, promessa da paracética revelação, jamais na alegoria pagã de Prometeu agrilhado.

5. Pessoalmente, o que lhe parece «faltar» no nosso ensino? Procedendo à sua autogénese, isto é ao seu próprio auto-retrato psicológico, o que julga haver «a mais» e «a menos» no ensino recebido?

1.º — CARLOS MANUEL LAPA RIBEIRO DA SILVA — Aluno de Filosofia Germânica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

«1.º — O homem como ser tem uma missão a cumprir. Essa missão deve ser superior à dos outros seres vivos, ao simples fim da reprodução da espécie humana, quando não, a sua função ver-se-ia terrivelmente deprimida, porquanto o homem tem conhecimento do fim para que tende, da aspiração que pretende atingir. Sendo assim, qual será esse fim, essa aspiração? O objectivo, essa meta indefinida que é a felicidade é o que o homem instintivamente pretende alcançar, não olhando muitas vezes aos meios de que se serve. Mas não é por qualquer meio que o homem atinge a felicidade, sente que está no verdadeiro caminho para cumprir a sua missão, tanto é certo que ele tem uma maior propensão para determinados assuntos, um génio específico que o individualiza. São, portanto, esses assuntos que ele melhor aprofunda, não devendo, no entanto, desligar-se de todos os outros, quando não, isolar-se totalmente do ambiente. Portanto, possuindo ele esse génio específico, tem vocação para determinado assunto, em suma, escolhe a profissão por que irá enveredar. Logicamente, esse assunto deve beneficiar e estimular a sua vocação. Mas beneficiar e estimular os estudos a que me dedico a minha vocação? — é esta a conclusão a que chegamos, se a mim a aplicar, e que vem formulada no teste.

Não, respondo eu, não estimulam. a) As matérias são de uma aridez extrema, cingem-se pouco à compreensão e quase sempre à memória. O estudante, animado a princípio com certos conhecimentos, por vezes exaltados pelos floreios do mestre, acaba por reconhecer dentro em pouco que, nos estudos a que se dedica, não vê senão dificuldades impostas pelos estatutos, regras e normas, que lhe restringem a liberdade de pensamento, o que estupidificam e de resultados pouco conclusivos, pois o que se adquire é um pouco mais de tacto, de experiência, de sensibilidade, de cepticismo ao passo que os conhecimentos fixados, desaparecem em pouco tempo, pela acomodação de novas fórmulas. Mesmo com essa experiência, esse tacto, sinto-me inferiorizado perante a fina preparação de estudantes de Universidades estrangeiras com que me correspondo. Os mestres passam a vida a pregar que devemos estudar compreendendo e não gravando na memória; mas as matérias, ou por rotina dos mesmos, ou porque se têm de cingir aos regulamentos, aparecem nos exames muito mais que dirigidas à compreensão, à memória.

b) Sou aluno do 1.º ano de Filologia Germânica da Faculdade de Letras (Universidade de Coimbra). Tenho um curso de Fonética Geral e a cadeira de Inglês I, na qual passamos quase todo o ano a repetir a matéria que aprendemos naquele. Não aproveitáramos mais, praticando outros assuntos mais objectivos de que vamos necessitar mais tarde, tais como uma formação mais completa da língua e literatura inglesas, estudos geográficos, estudos com respeito à tradição e costumes tipicamente britânicos? Acho que sim e estes contratempos só nos prejudicam.

c) Todos notamos com desgosto que em quase todos os cursos existe uma cadeira de História. De que serve a História da Cultura Clássica no meu curso de Filologia Germânica? Porque é que não nos dão cadeiras de que gostamos mais, mais compatíveis e úteis ao nosso curso? Para nós o ideal seria, além de termos como cadeiras nucleares a história das línguas e literatura inglesas e alemãs, podermos escolher por opção as cadeiras que mais nos interessam e em que nos pretendemos especializar. A superfluidez e a impossibilidade de uma especialização segundo as nossas tendências e a nossa vocação parecem ser os princípios que regem o nosso ensino.

2.º — A vida psíquica do sexo masculino é profundamente diversa da do sexo feminino. Logo, o ensino não pode ser de maneira nenhuma rigorosamente idêntico, pelo contrário, deve ser muito diferente. A formação intelectual idêntica para os dois

a sociedade como massa e o homem como matéria, o que justifica que Turmeau de La Morandière, intransigente antimalthusianista, houvesse proclamado ser tão necessário multiplicar as pessoas como os rebANHOS, palavras assaz elucidativas se nos lembrarmos do zelo com que os discípulos de Marx, obstam ao emprego dos processos de limitação.

Será certo, porém, que a humanidade aumenta em progressão geométrica, enquanto as subsistências crescem aritmeticamente, apenas?

2. CONCRETIZAÇÃO BIOLÓGICA

Só na passagem da relação extrínseca para a relação intrínseca, que é o trânsito ou a transição do abstracto para o concreto, do quietivo para o emotivo, poderá intuir-se a verdade da fórmula de Malthus. Ao modelo geométrico substituir-se-á, pois, o paradigma biológico, que, pela convergência de operações ligadas à ordem do nascer e do morrer, como a multiplicação e a divisão, expõe ou propõe o enunciado do problema, a matriz do segredo e o arcano do mistério.

Esquecem-se aqueles que mais vêm no progresso da medicina, a cura da doença do que a anestesia da dor, que o género humano, caído com a Natureza, após o primeiro pecado, fez depender a sua subsistência do sacrifício de animais e vegetais, sujeitando-se a uma lei de desequilíbrio, de morte ou de divisão, e a gerar dolorosamente, seres doloridos. Sendo indubitável que o processo biológico não termina com a natividade, prolongando-se durante todo o período em que a mãe amamenta o filho, tempo normalmente compreendido entre o parto e o romper da dentição, pode afirmar-se que é a mulher quem primeiro sustenta o homem. A necessidade de nova alimentação, que, com o sono e o fenómeno respiratório, se integra no ciclo de limitado crescimento corpóreo, é marcada pelo acordar da palavra, e vem colocar o seu corpo numa mais directa dependência dos elementos naturais enquanto se desenvolvem as faculdades sobrenaturais da alma e do espírito.

O progressivo povoamento reverte, assim, numa progressiva divisão da Natureza, problema que a técnica não resolve, porque não prescinde de transformar matéria morta. Mais do que a utilidade, a raridade passa, então a determinar o valor dos bens, que o homem, com o esforço do seu trabalho, é obrigado a extrair da terra, ela própria exposta à escassez. Atento à lição de Aristóteles, de que a filosofia tomista nem sempre soube tirar excelente proveito, já o autor de Songe du Verger, reflectia: posset et esse tanta multitudo, quod si ulterius exerceret, terra non esset sufficiens ministrare cibum hominibus (?).

Por se elaborar as ideias, os juízos e os raciocínios em relação à uniformidade, usando uniformemente os termos, proposições ou silogismo que os exprimem no discurso escrito ou falado, quase sempre se esqueceu as diferenças do complexo corpóreo, anímico e espiritual, consoante masculino ou feminino. Flagrante é esta inadvertência, nas críticas da maioria se não de todos os que têm refutado o princípio malthusianista da população. Efectivamente, raras vezes se reflectiu que a reprodução sexual pressupõe a existência de dois factores, um activo ou positivo, e outro passivo ou negativo, o que significa que no homem, portador do semen, o sexo funciona como multiplicador, enquanto na mulher, delentora do óvulo, ele actua como multiplicando.

Igual, em ambos, o limite de crescimento, embora diferente o seu ritmo até ao estado adulto, a capacidade reprodutora não é a mesma nos dois factores. Enquanto a aptidão conceptual feminina está biologicamente demarcada, não há limite para a potência procriadora masculina, ou melhor, apenas se encontra dependente da idade. Daqui resulta, que a população aumenta incomparavelmente mais, nas sociedades de base poligâmica, do que naquelas, em que, pela tradição religiosa, pelo costume ou por imperativo legal, vigora a monogamia. O economista inglês não podia deixar de referir na sua fórmula, por conseguinte, a procriação masculina, o que melhor se explica se nos recordarmos ter ele sido prelado de uma comunidade cristã.

Quem não prescinde da prova positiva do facto ou feito, por duvidar da simples indagação lógica e fenomenológica, encontrá-la-á nos dados e cálculos de conta, peso e medida, fornecidos pelas estatísticas. Em países como a China, Japão, União Indiana, Turquia e Marrocos o supercrescimento intensificou-se a um ritmo que levou, nalguns deles, no que respeita ao número de indivíduos de menoridade, a uma percentagem que excedeu 50% do total dos habitantes (?). Sabido que metade da população mundial pertence à Ásia, onde o costume poligâmico perdura em grande escala, e conhecendo-se que, nalguns Estados desse continente, a concentração demográfica ganhou um aspecto assustador, como a progressiva falta de subsistências, compreender-se-á ser infundada a tese defendida por Josué de Castro, na obra Geopolítica da Fome. Para demonstrar que o aumento da natalidade seria reflexo da insuficiência alimentar, ponto de vista oposto ao de Malthus, o autor brasileiro apoiou-se num cientismo estático e mecanista, pelo que houve de desprezar o segredo biológico e o mistério religioso.

3. CONCLUSÃO ÉTICA

Movido por um imperativo natural que se legitima numa tradição religiosa ou numa ética filosófica, todo o homem tende a reproduzir-se. Negar-lhe esse direito, se não esse dever, seria inibi-lo de contribuir para a ansiada reintegração cósmica. Estimulá-lo a procriar-se sem limites, com a justificação de sofismados argumentos morais, que, relacionando deliberadamente, meios com fins, apenas procuram a imediata satisfação de interesses egoístas, impõe-se considerar pecaminoso.

De certo que nos choca como ao malthusianista convicto que foi J. Garnier, a célebre afirmação do professor de Haileybury: «Quem nasce num mundo já ocupado, se a sua família não pode mantê-lo, ou se a sociedade não pode utilizar o seu trabalho, não tem o mínimo direito de reclamar qualquer sustento, e está, realmente, a mais sobre a terra; a natureza ordena que se vá, e ela própria não tarda a executar esta ordem». Convém, não obstante — e já assim o advertia o discípulo de Malthus — que melhor entendamos as supracitadas palavras, como um aviso ao Estado e aos chefes de família.

Em volume recentemente vertido do espanhol para português, com o título de Ensaio sobre a vida sexual, o médico e escritor católico Gregório Maraion pondera estar a mortalidade infantil em íntima dependência da fecundidade materna, o que atesta não só com números que ele próprio colheu, mas também com dados fornecidos pelo alemão Hamburger. Assevera o ilustre clínico, que a rigorosa ablução das

práticas anti-concepcionais, aumentando a miséria, a doença e a mortandade, têm, por outro lado, favorecido o adultério, pelo prematuro envelhecimento da mulher, e pela perda inevitável do encanto feminino e da alegria da maternidade. Referindo que as estatísticas gerais e abstractas atenuam a agrava das situações particulares e concretas, por englobarem os lares abastados e, portanto, melhor precavidos da doença, o mesmo escritor observa que «o mais exagerado malthusianismo, não conseguiu, no país que possa ser considerado mais imoral, nem sequer aproximar-se de longe aos estrogos produzidos pela miséria e pela ignorância» (?). Ninguém avisado deixará, mesmo, de considerar paradoxal que os moralistas condenem tão rigidamente o birth control, quando têm consentido ou criticado com particular brandura, males bem mais graves como a prostituição do homem e da mulher, ou o desvirtuamento do matrimónio pela uniformização anímica dos sexos, na escola, no escritório e na fábrica.

São justas, sem dúvida, certas observações contra o exagero de alguns neo-malthusianistas, responsáveis, em grande parte, pelo encorajamento ao emprego sistemático de processos criminosos; não assim porém, os argumentos usados contra o mestre. Inadvertidos de que na sua fórmula ou lei está implícita a indispensável distinção entre o masculino e o feminino, não souberam os que a ele se opõem, encontrar na monogamia o pressuposto fundamental da ética que combatem. Cresci e multipliquei-vos, mas cresci em Amor, multiplicando-vos do e para o Amor. Assim nos cumpre interpretar a vontade Divina, depois da revelação evangélica do Verbo, em tudo mensageira de Graça, não de sofrimento.

Opondo-se à tese naturalista, de que Schopenhauer foi adepto convicto, Vladimir Soloviev mostrou esclarecidamente, que a individualização característica do amor humano, pela fidelidade ao ente eleito, e insubstituível, não permite considerá-lo simples meio de que a reprodução seria fim último. Com peculiar lucidez, o filósofo referiu que o desenvolvimento orgânico, se encontram em relação inversa com a multiplicação da espécie, com a fecundidade, facto observável na escala natural que separa o homem do insecto (?).

A razão prática, não deverá o legislador sacrificar a razão teórica e a razão estética, mas antes procurar integrá-las. O critério qualitativo, ou dos valores de Verdade, Beleza e Bondade, é superior, sem dúvida, ao critério quantitativo da utilidade numérica. Satisfazer as condições eugénicas e entróficas, para melhor assegurar as condições eucrísticas, eis o papel do Estado e da Família no desenvolvimento do vigor rático, e no aperfeiçoamento da humanidade. Para tal objectivo, será bastante uma legislação que promova, cristãmente, o fortalecimento dos sagrados vínculos familiares, evitando uma gravidez entristecida, uma maternidade desfeada e uma convalescença dolorida, como uma apropriada regulamentação jurídica do divórcio, do ensino, do recrutamento militar, da habitação, do trabalho e da propriedade.

Se o sentimento se escandaliza com os reparos feitos pelo autor do Ensaio sobre o princípio da população, às leis de assistência aos pobres, não hesitará o pensamento em esclarecer-nos que anuir em remédio um mal presente, significa não o termos podido ou sabido prevenir no passado, e não queremos abul-lo para o futuro. Adversa aos meios e aos fins de certas institui-

(?) Alfred Sauvy — *ob. cit.*

(?) Gregório Maraion — *Ensaio sobre a vida sexual* — Trad. de Fernando de Castro Pires de Lima — Porto, 1958.

(?) Cit. por René Gonnard — *Histoire des Doctrines Économiques* — Paris, 1930.

(?) Vladimir Soloviev — *A verdade do Amor* — Trad. de Álvaro Ribeiro — Lisboa, 1959.

192008 é absolutamente incompatível com os tipos mentais dos dois sexos. Se a profundidade do pensamento do homem contrasta com a superficialidade da mulher, porque é que em vez de os conciliarem, não individualizam o espírito prático do sexo fraco em contraste com o teórico do nosso sexo? Porque não desenvolvem o espírito viril e independente do sexo masculino com debates científicos e filosóficos já no liceu e cuja falta hoje tanto sentimos? E as qualidades femininas, mediante a criação de actividades onde encontrem os molhos e preceitos que lhes serão úteis na vida prática? Se a mulher é caracteristicamente dócil e tímida, porque se encontram elas em cursos de Direito? Será por vocação? Devido a factos bastante objectivos, posso afirmar que não; vejo-as frequentemente repetir anos e acabar por desistir ou mudar de Faculdade.

Portanto, como representante do sexo masculino, pelo que deixei escrito, não concordo com o ensino indifferenciado para os dois sexos, tanto mais que no último caso que apresentei, penso que a conclusão mais lógica é a de que, se algumas mulheres se encontram em cursos sem pontos de contacto com as suas características, é porque as alimentam outros objectivos mais práticos e utilitaristas que não são os de obterem a glória de uma licenciatura.

3.º — O ensino por mim recebido está muito longe de poder ter resolução as enigmas, as dúvidas, os problemas que experimentei em frente da religião, das leis da sociedade e da moral. Sabendo que da resolução de tais assuntos depende a formação do carácter, portanto, um fenómeno decisivo na nossa existência, seria mais uma razão para a criação de cursos de iniciação filosófica.

Os estatutos deveriam dar aos mestres a liberdade de escolha de um método de ensino que lhe parecesse mais adequado e útil conforme a especialidade e não procurar que o mestre siga e obrigue os alunos a seguir determinadas doutrinas. Esta obrigação acarreta muitas vezes a incredulidade do aluno perante a autoridade do mestre, obrigado a defender certos princípios e, mais do que isso, sente-se oprimido e chega a menosprezar ou até desprezar a matéria.

Senti muito a falta de tal curso de iniciação. A Filosofia, hoje tão mal ensinada no liceu, quase me levou a pôr de parte a cadeira, se bem que sentisse cá dentro de mim um impulso irresistível para estudar o que cai no domínio filosófico; mas, mais tarde, liberto já dos estatutos que regulavam a minha aprendizagem, consegui voltar atrás e entrever, explicar até, certos problemas e dúvidas que a cortina de trevas da obrigação me não tinha deixado vislumbrar.

Se o aluno pudesse pensar livremente, defender a sua tese, reconhecer conscientemente o seu erro, então sim, então teríamos a acção educativa ao serviço do elevado designio de encaminhar o estudante para uma completa maturidade espiritual.

4.º — Os assuntos educativos do «57» interessam-me de sobremaneira, pois encontrei nele um complemento inteiramente satisfatório do que sentia necessário e oxalá que os princípios que defende, cheguem a vias de facto. E preciso que assim aconteça, porque senão, continuaremos a navegar na esteira que outros nos vão deixando delimitada sem conseguirmos atingi-los.

Ao ler os problemas educativos do «57», evadi-me do tédio do didactismo fastidioso a que somos submetidos. E por isso que os apoio e os leio religiosamente. Quanto a um ponto especial que me mereça concordância não o encontro; acho-os todos tão naturais e necessários que não posso individualizar qualquer um deles.

5.º — Já anteriormente declarei a necessidade imperiosa de uma especialização mais profunda e, consequentemente, de matérias que mais directamente digam respeito à vocação de cada um, de uma bipartição do ensino referente aos dois sexos, de uma preparação filosófica segura e de uma liberdade de método de ensino. A isto acrescentarei alguns pontos que me parecem essenciais.

a) Em quase todas as cadeiras há uma aglomeração de alunos que chega a atingir a escala dos duzentos. Como pode o professor tomar contacto com os alunos, a não ser pela contingência duvidosa dos exames? Se tais cursos estivessem mais divididos, isso importaria que o professor melhor se informaria dos conhecimentos do aluno e este consolidaria

muito mais facilmente as matérias.

b) Há uma absoluta necessidade de o aluno poder optar pelas cadeiras que mais directamente lhe interessam. Seria óptimo que pudéssemos estudar, além das nucleares, as que mais estimulam a nossa vocação.

No meu curso de Filologia Germânica, só no 2.º ano é que tenho uma (!) cadeira de opção e, facto lastimoso, nem posso escolher algumas, pois não há professores aptos a regê-las! Se houvesse outras lições secundárias que me interessassem, eu frequentaria de livre vontade essas mesmas e estudaria por mim próprio.

Se sentimos a falta de bastantes coisas no nosso ensino, logicamente se concluirá que temos outras «a mais»:

a) Somos obrigados a estudar matérias absolutamente supérfluas. No liceu recebemos uma espécie de cultura geral, mas tão rudimentar e quase sempre tão dispensável que esses fracos conhecimentos que adquirimos ficam «colados a cuspo» na memória e quase nunca compreendidos.

O mesmo se dá na Universidade, em que aparece a tal cadeira de História a fazer número e que serve indistintamente para cinco cursos da Faculdade de Letras!

Alguns professores obrigam-nos a bastantes conhecimentos bibliográficos. Mas que conhecimentos! Na cadeira de Linguística, mandam-nos ler obras sobre problemas educativos (!) estipulados na constituição heiga! Que intenção tão notória para nos dificultar e avolumar o trabalho!

b) Parece incrível, mas é verdade que na minha Faculdade e em outras haja marcação de ausências e presenças dos alunos! Como se nós fôssemos ainda iniciados colegas e não tivéssemos consciência das responsabilidades de que tomamos a compromisso aguentar! Mais ainda, em certas cadeiras em que não há faltas, o professor por cada 10 ausências do aluno, desconta-lhe um valor na classificação final! É impressionante o primitivismo absoluto, neste caso, das nossas Universidades!

c) Outra coisa que não suportamos são os exames. Sei que é um problema delicado este, mas também sei que não toleramos a incerteza de um exame! Cada vez são mais difíceis pela acumulação de matérias prescindíveis em prejuízo de outras indispensáveis. Um exame é sempre contingente, pois apenas põe à prova uma parte minúscula da sabedoria do aluno. Torna-se impossível ao aluno dominar todos os assuntos e logo «por azar» lhe saem esses nos exames! Julgo por isso mesmo que se os cursos fossem mais pequenos pela sua fraccionação e se o mestre contactasse com o aluno, concluindo do seu bom ou mau aproveitamento, chegaria a resultados mais positivos.

Sei que verberamos sempre assuntos que nos são contrários, mas julgo que o que deixei escrito não estará muito longe das afirmações dos mestres. Muitas vezes eles não nos compreendem, mas é necessário que eles nos compreendam e que sejamos nós, como homens responsáveis, a ver o que nos interessa, o que nos é útil, o que nós podemos dispensar e o que nos é supérfluo. Sim, só depois é que se deveriam formular os estatutos.

O estudante português então poderia atingir o nível de cultura e aperfeiçoamento e até ultrapassar o de outras Universidades estrangeiras.

2.º — JOAQUIM DA SILVA LOUREIRO, de Coimbra.

Na verdade acredito na vocação de determinados homens para certas missões humanas. O que penso é que, muitas vezes, o nosso ensino não faculte aos jovens o dedicarem-se a determinada missão. Os jovens, durante o curso liceal, têm, fundamentalmente, dois gostos distintos: letras e ciências. Se é certo que se deve dar ao jovem uma cultura geral razoável, isto é, obrigá-lo a estudar determinados assuntos de reconhecida importância capital, também é certo que se lhe devia dar a possibilidade de ele optar por determinados assuntos. E assim, ao lado de certas cadeiras obrigatórias, deveria haver cadeiras optativas ou de escolha. Facultar-se-ia assim à juventude a possibilidade de ela se dedicar a certos assuntos que mais lhe agradassem. Pela minha parte sempre senti grande antipatia por certas matérias como, por exemplo, ciências naturais, química, desenho. Por outro lado sempre gostei, imenso de línguas e de filosofia. Dessejava ainda seguir o curso de Direito, que afinal segui; ora nunca me foi dada a mais pequena possibilidade de

(Continua na pág. 16)

O Pensamento Filosófico Português

A existência de uma tradição filosófica portuguesa, culturalmente negada por muitos, é no entanto confirmada pela irrecusável prova da filosofia que os nossos escritores e pensadores conceberam e propuseram. Ainda no recente Encontro de Lourmarin, na presença de representantes de vários países europeus — segundo nos conta Agustina Bessa Luís que nele tomou parte — os representantes da Espanha, entre os quais se contavam Julian Marias, mais uma vez estruturaram as suas teses em volta de uma sua tradição moderna, cujas marcas continuam a ser Unamuno e Ortega y Gasset. Tem os espanhóis a virtude de serem nos seus próprios valores — enquanto nós os negamos e diminuímos sistemáticamente; correspondente a Unamuno temos nós Sampaio Bruno que, sem possuir a sedução estilística do espanhol, teve no entanto um sólogo especulativo incontestavelmente maior, mais sólido, mais informando e mais audaz. Antes, porém, de Bruno, já hoje suficientemente consagrado, devem reconhecer, mórmente depois do estudo exaustivo que lhe dedicou Alvaro Ribeiro no nosso último número, a figura de Cunha Seixas, filósofo, pode dizer-se, completamente esquecido ou desconhecido até aos nossos dias. Para preencher, em parte, esta lacuna, publicamos uma pequena antologia do autor desse curioso e original sistema filosófico intitulado o pantiteísmo. A figura de Ortega, corresponde entre nós a de Leonardo Coimbra que, em

muitos aspectos, se superioriza ao autor de «La rebelion de las masas», não só pela sua formação mais científica, mas também pela qualidade das suas teses e até porque, tendo sido um precursor do existencialismo, antecipou ao seu estilo intencionalmente imagístico, poético e barroco, a interpretação cristã ou transcendentalista de Gabriel Marcel, Karl Jaspers ou Zubiri. Escrevendo sobre a doutrina do criacionismo de Leonardo (vergonhosamente ignorado pelos historiadores do pensamento, não só portugueses e brasileiros, mas também dos outros países), disse o Prof. Delfim Santos no prefácio do II volume das Obras Completas de Leonardo: «Se no universo pode imperar a necessidade que as leis lógicas da física traduzem, o homem pelo seu espírito, com consciência da liberdade, contraria e opõe-se a essa necessidade recusando-se a nele se integrar completamente. Só há criação pela liberdade, pela liberdade o homem se afirma pensando, amando, agindo em sacrifício de si quando isso moralmente o obriga. Mas obrigação não se confunde com necessidade. Esta liberdade não é algo que o homem não possui e pretende conquistar, mas algo que é o próprio ser do homem e que portanto, não pode compreender-se com a lógica da natureza. A filosofia criacionista antecipa, deste modo, em Portugal a temática que se estabelece criticamente no trânsito da fenomenologia para o existencialismo».

Publicámos já em «57» uma anto-

logia de textos filosóficos de Bruno. Publicando agora textos de Cunha Seixas e Leonardo, queremos chamar a atenção dos nossos leitores, estudantes ou não, para a obra de dois grandes filósofos portugueses, que não são estudadas na Universidade nem geralmente consideradas nos meios literatos mas cujo lugar real assegura em muitas facetas à filosofia portuguesa um primado que será difícil refutar.

Para registo, eis os títulos dos próximos volumes — e, por eles apenas, poderíamos medir a envergadura da obra de Leonardo Coimbra: III — Morte. A luta pela imortalidade. IV — Pensamento criacionista. Fundamento da indução. V — Razão experimental. Notas sobre a abstracção científica e o silogismo. VI — Camões. Antero. Junqueiro. Pascoais. VII — O criacionismo (análise científica). VIII — Prometeu. Mistério. Saudade. Adoração. IX — Jesus. S. Francisco de Assis. O homem às mãos com o destino. X — A filosofia de Henri Bergson. XI — A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre, e ainda volumes de Discursos, Dispersos e Pensamentos.

Sobre Leonardo Coimbra, leiam-se os estudos de Alvaro Ribeiro e Sant'Anna Dionísio, a obra «Leonardo Coimbra» — Testemunho dos seus contemporâneos e principalmente o livro de José Marinho, «O pensamento filosófico de Leonardo Coimbra». Pena é que não se pense também em publicar as obras completas de Cunha Seixas e de Sampaio Bruno.

ANTOLOGIA CUNHA SEIXAS

A MINHA OBRA POÉTICA

Tenho lutado em campo aberto contra este ignóbil materialismo contemporâneo, que está avassalando em Portugal tantas inteligências, submetendo-as a um dogmatismo, que é fatal para os progressos da humanidade.

Estudando durante muitos anos as ciências e a filosofia, usei não me sujeitar aos moldes dos sistemas actuais e tive por força de estudo e de meditações, o arrojo de exhibir um sistema novo, que noutro país seria motivo de orgulho para o seu autor, e entre nós não tem merecido atenções.

Tendo já apresentado as principais bases de tal sistema, entendi poder cantar directamente a ideia.

O empreendimento era, por assombrosamente difícil, próprio para me fazer succumbir. O trabalho era rude, não porque não me saíssem espontâneos os cânticos, mas porque neles a ideia se me perdia sob os arabescos, com que a queria rodear ou porque, ao cantar a ideia, se me perdia a forma. Essas dificuldades estéticas previi eu no prólogo. Por outra parte eu sabia, que os estudos filosóficos são raros em Portugal e que a nossa cultura neste ramo é de pequeno alcance. Atirar a lume ao meio social, tão mal preparado, uma explosão destas, a alta metafísica e alta ciência em cânticos, era quase um crime.

Venceu a força de vontade, e concluída a obra, disse: *ibe, liber. Fiquei depois alerta contra a impopularidade, dizendo para mim: alea, jacta est. O crime estava praticado: o livro estava impresso. Podia ainda*

dizer-se, que o autor não tinha a coragem de dizer os seus motivos. Fiz então o prólogo, um prólogo que alguns amigos meus diziam que seria um feroz leão à porta do edifício para não deixar passar os leitores para os cânticos. Não hesitei e saí à luz o tal prólogo assustador e repelente, a respeito do qual amigos meus agora dizem, que, por sua importância, matou todo o livro.

Com esta junção de prólogo e cânticos é caso de se dizer, que fico mal com o povo por causa do rei e com este por causa daquele.

Ensaio de Crítica Filosófica, págs. 276-277

ESTÉTICA

A teoria, que explica o belo somente pela evolução, pelo variável, pelo meio, em que se vive, é uma teoria acanhada, que não seria capaz de explicar o mínimo facto da história da arte. Assim como para a explicação do mundo físico é essencial um princípio de força unitária, alheia ao terreno meramente experimental, assim e com mais razão no mundo moral sobressai a necessidade de uma força insita, unicamente do espírito, propriedade dele, universal e absoluta, que, conquanto dependente das circunstâncias na sua realização, é independente delas na sua essência.

O belo agrada em todos os tempos e lugares, por isso que o belo é irmão do bom, do justo e do verdadeiro, conquanto seja muito diferente de todos esses mundos espiri-

tuais, tão vastos e grandiosos como atraentes.

E que essas manifestações do espírito na esfera do bem e da justiça, da verdade e da beleza, acusam um princípio, que lhe é fonte, o princípio do absoluto, formulado na nossa filosofia, no pantiteísmo, por estas simples palavras: *Deus em tudo.*

A estética terá de atender a dois elementos: o supra-experimental, que dá a unidade, e o experimental, que dá a variedade, fundindo-se ambos numa unidade conjunta, o que constitui o plano primordial da obra (1.º lei), que se desenvolve segundo as diversas direcções, umas conservadoras e outras evolutivas, (2.º lei), com subordinação e congruência de todas as partes ao fim do artista para se realizar a harmonia (3.º lei).

São estas as três leis mais gerais da estética pantiteísta. Ela toma o seu ponto de partida nos elementos conjuntos, reais, sensível e supra-sensível (1.º lei), descendo à história, às circunstâncias sociais, ao meio, aos elementos de evolução para o desenvolvimento da obra (2.º lei), e alteando-se a uma unidade harmónica, ao alvo, na ideia geral da obra (3.º lei). Uma tal estética é muito diversa da de Veron, de Dumont, de Taine e de todos os espíritos superficiais da actualidade, que se lhes opõe, forte nos princípios, intemerata ante a discussão, esperançada num futuro, que derroque esse frágil barco, tão quebrado, construído por pensadores, que se contentam com muito pouco para explicação deste enorme

e complicado mundo humano, aliás tão prodigioso e que não podemos amesquitar.

Estudos de Literatura e de Filosofia, págs. XXIII e 118

O CURSO SUPERIOR DE LETRAS

O quadro actual do Curso está abaixo da crítica; quem no estrangeiro baixasse os olhos sobre ele imaginaria, que se tratava de um país de ignorantes e faria de nós um triste conceito.

As nações hoje não se sustentam pela força, mas sim pelo pensamento que as anima, pela civilização que ostentam. Destruir uma nação, que se mostra vivaz no pensamento é uma profanação: não há braço, que ouse ferir a cabeça majestosa, onde resplende a ciência. Portugal é uma nação de pequena força material; mas pode ser respeitado não só pela prosperidade interna, que tiver, mas ainda pelo contingente, que preste à civilização.

Quando o estrangeiro nos acuser de não ensinarmos antropologia, estética e outros estudos, o que diremos? Se o estrangeiro insiste em que estamos na obscuridade e na ignorância do que em todos os países hoje se ensina e se discute, como combateremos a investida?

Se se patenteia o quadro actual do curso, qual é o diplomata, que poderá com a vergonha, na conferência anfictionica da Europa?

Galeria de Ciências Contemporânea, pág. 4

O POSITIVISMO

Esta filosofia deprime o espírito: depois dos trabalhos da escola escocesa e de Kant sobre a experiência do mundo experimental parecia que nunca mais a experiência seria o único critério científico. O positivismo, porém, em vez de marchar avante, volve sobre os séculos, que passaram, e, negando todos os nobres labores da filosofia, construiu uma nova pirâmide, sobre os mesmos materiais, que, proscritos da arquitectura filosófica, estavam julgados, postos de parte e não achavam passaporte no mundo da filosofia.

Comte veio pois renovar ideias velhas: o positivismo, de que se faz tanto arruído, não é mais do que a repetição das ideias de Bacon e Locke com o nome de positivismo. Mas Bacon e Locke foram fiéis a suas ideias enquanto que Comte em tudo o que escreveu sobre o pensamento, sobre sociologia e sobre religião e história, exibiu uma série de contradições, envolvidas em ideias tão repelentes, que o mais simples

sensu comum as rejeita como atenuatórias da verdade e contrárias à razão

Galeria de Ciências Contemporânea, págs. 62-63

O PANTITEISMO

A nossa filosofia, o pantiteismo, também sustenta a existência de uma triade universal, que começa nas altas regiões da ontologia com as leis do ser, da manifestação e da harmonia, tomando estas leis outros nomes e características especiais nas suas aplicações. Um tal sistema nasceu de um profundo estudo e das mais aturadas meditações.

A nossa filosofia tem diversas paternidades: toma em Platão o seu espiritualismo, aperfeiçoando a sua teoria das ideias; em Aristóteles indicações para as realidades sensíveis; na filosofia de Descartes estuda as quatro tendências — panteista-sensualista-racionalista e espiritualista, combinando-se estes sistemas na nossa filosofia; em Malebranche a teoria dos infinitos relativos; em Leibnitz o dinamismo; na filosofia alemã contempla a triade da tese antítese e síntese e o problema do conhecimento; na filosofia contem-

porânea a evolução; nas ciências matemáticas a teoria do cálculo infinitesimal; nas ciências naturais a explicação da natureza; na psicogenia italiana, alemã, inglesa, novas indicações; em Bordas-Demoulin e sua escola algumas das faces das três leis universais e a teoria da redução dos sistemas a quatro únicos.

Há alguma paternidade, que se possa gloriar de a termos seguido servilmente?

Nenhuma.

Em todos os ramos das ciências de que temos tratado em nossos livros exibimos teorias, umas modificativas das dos nossos mestres, outras inteiramente novas, tais como a teoria da classificação dos princípios ontológicos, os nossos estudos de estética, a nossa noção de matéria, as nossas teorias acerca de corpos, moléculas, os estados da matéria, átomos, subátomos, e éter.

Lucubrações Históricas, págs. 39-40

O positivismo é pois falso nas bases, contraditório com os seus próprios princípios, dogmático na forma e contraditório na essência.

Galeria das Ciências Contemporânea, pág. 52

LEONARDO COIMBRA

SOBRE O MOVIMENTO

A Realidade é portanto um Irracional criando a razão e a ordem; Irracional porque nenhuma quantidade a pode medir, nenhuma qualidade a pode esgotar. Não quer dizer que a Realidade seja estranha à Razão, mas sim que a Razão cósmica é infinita e activa, isto é, uma sociedade, um conjunto unificado, um sistema de eficazes actividades.

Desde a força mais abstracta, a simples força sem qualificativos, até à vida moral, é sempre em cada um a presença dos outros a solicitar a acção.

A primeira, a última, a constante realidade é a acção.

É, por isso, que o movimento é a expressão do Universo, a sua única linguagem.

É o movimento que cria os novos meios da acção, e, sobre este ponto de vista, o espaço e o tempo são criações do movimento.

Se o Espaço é a coexistência, só o movimento dá a completa existência, e para coexistir é preciso, antes de mais nada, existir.

É pelo movimento que se revelam as existências. O primeiro sobresalto da maternidade coincide com o início da nova existência.

Pelo movimento recebe cada corpo notícias do Universo em que está, e, só na sua resposta, lhe é revelada a sua própria existência.

Os primeiros conhecimentos infantis são de ordem dinâmica, e, apesar da profunda abstracção que parece haver na relatividade do movimento, a criança conhece-a, quando ainda se não elevou às mais simples abstracções da aritmética.

Uma criança de vinte meses conhecemos, que apenas sabe distinguir pelo volume uma colecção de quatro duma colecção de três objectos. Essa mesma criança querendo, há dias, que segurássemos um objecto com que brincava, tentou levar-nos a mão direita até ao objecto, e, como não cedéssemos, depois de hesitar levemente, trouxe-nos o objecto até à mão.

Como abstracção lógica, é bem mais difícil, todavia, esta, de transformações compreensíveis, que a do número, simples denominação de transformações.

Mas a lógica é uma repetição indirecta, e a imediata e profunda

realidade é social e comunicativa, de movimento.

É curioso observar que Aristóteles, apesar da alta consideração em que tinha o movimento, houvesse de recorrer à distinção da potência e do acto para fugir aos argumentos eleáticos, quando lhe bastava simplesmente dizer que, sendo o Espaço e o Tempo pelo movimento, não poderiam aqueles inutilizar este.

É que já tinha pecado contra a grande Unidade, deixando o Espaço degradar-se em coisa em si e só por si. Dai um recurso à primitiva unidade, na potência capaz do acto.

A ALEGRIA, A DOR E A GRAÇA

O CRIACIONISMO

A vida consciente na sua plena manifestação, isto é, a pessoa é a realidade mais verdadeira e completa.

As pessoas desaparecem como as vidas, mas a Vida e a Consciência não desaparecem.

Eis, portanto, a última realidade, a síntese filosófica a que chegamos — a sociedade de seres activos e livres, livremente criando e exaltando os domínios da Consciência. Como a vida, e mais ainda, não é a consciência um acidente; mas a máxima realidade que atingimos.

Sim. A vida dirige a matéria e, sendo uma realidade essencial, é eterna. É eterna, ou em si, ou numa permanente fonte criadora que, por isso mesmo que a contém, a realiza.

A consciência dirige a vida e é superiormente a pessoa. A pessoa é uma irreductível realidade essencial; é, pois, eterna, em si, ou numa fonte de eternas águas, que a realiza. Se assim não for, estas realidades, que jamais saíram das realidades inferiores, jamais serão. O pensamento hesita e sente-se impotente perante um tempo coisista com virtudes genéticas e aniquiladoras; mas se consegue firmar-se, verá a face da Vida.

A nossa filosofia é uma filosofia da liberdade, porque o seu Universo é uma sociedade de consciências e a consciência feita pessoa é a actividade livre e criadora. O grandioso Cosmo material é, pela mais legítima das analogias, acção de consciências.

Se já é um quimismo e um energismo, o seu activismo intrínseco dá-lhe direitos a um direccionismo, que será um modo como que de vida. Porque não a vida? Se ela não é um acidente, porque seria isolada na Terra?

Bem precária seria a existência desses mundos, se resumida fosse aos números da mecânica celeste! Afastado o vício coisista, restaria a presença duma oposição indeterminada, pois que o número em si é abstracta e insignificante relação.

É uma filosofia da liberdade, e, por isso, merece o nome de criacionismo.

O Criacionismo

2.º inquirito aos estudantes

(Continuação da pág. 15)

avaliar, ao menos «de longe», das suas facilidades, das suas dificuldades, dos seus problemas mais importantes. Por isso é que a transição do curso liceal para o curso universitário custa tanto. Por isso é que muita gente chega a uma das nossas faculdades e chega à conclusão de que errou o curso. Conclusão tardia, ou, pelo menos, de consequências bastante prejudiciais para a vida de cada um. No que diz respeito ao ensino que deve ser ministrado aos dois sexos penso que ele deve ser, quase totalmente, idêntico. Se, na verdade, há certos assuntos que devem ser explicados em particular, também é verdade que outros há, a quase totalidade, para os quais se não justifica nem se compreende uma separação. É a propósito de separação está-me a vir ao espírito a existência de escolas masculinas e de escolas femininas. Quanto a mim a existência desta situação é absolutamente inconcebível. O facto de se criarem barreiras entre os dois sexos só traz prejuízos pois há sempre a tentação de «saltar a barreira», de violar o proibido. E então os excessos são bem maiores como nos demonstra a experiência do dia a dia.

Como homem penso que a educação recebida oficialmente nunca preencheu inteiramente todas as minhas aspirações. Tive de aprender muito à custa do meu próprio esforço, da minha própria iniciativa. E, por isso, andei, e ainda ando, muitas vezes a tatear a minha volta à procura do que será a verdade, sujeitando-me a apanhar, como apanhei e apanharei, bastantes «trambolhões», caindo em muitas «armadilhas» feitas pela minha inexperiência. Se é verdade que não aceitei nunca a verdade apresentada em formas, também é verdade que, muitas vezes, «deteriorava a massa» destinada ao meu objectivo sem nada conseguir. Felizmente que agora já não sigo tão em «linha simosa». No nosso ensino há, creio eu, mais «coisas a mais» do que «faltas», embora estas sejam também de assinalar. É certo que os nossos professores já saem razoavelmente bem preparados para as suas missões. Já não acontece, como acontecia antigamente, saírem professores «feitos a martelo» (perdi-se a expressão e isto sem desmerecimento para com muitos professores antigos, competentíssimos). Ora, partindo disso, acho que se deveria dar mais liberdade de acção aos professores. Deveria ser-lhes fornecida, tão só uma orientação, um programa um pouco «elástico». Os actuais são demasiado rígidos em virtude dos chamados livros únicos. Após ter feito uma retrospectiva penso que teria ficado muito melhor preparado, se os meus professores não estivessem tão «manietados», como estão, a programas, a circulares, etc.

Por outro lado penso que se deveriam dar possibilidades aos alunos de eles se tornarem mais conscientes, mais cientes dos seus deveres e direitos. O aluno é tratado, pela lei e pelos mestres, como um boneco de feira, como um ser sem vontade, que deve unicamente obedecer. Deveria acabar-se com a vigilância nos pontos escritos e nos exames.

Isto, é certo, seria bastante difícil de realizar dum momento para o outro. Mas penso que uma educação adequada, dirigida nesse sentido, seria altamente benéfica.

A lei e o professor partem do princípio de que o aluno normalmente copia e, por isso, tem de ser vigiado como se estivessemos num campo de concentração. Por isso o aluno não copia só se não puder. Porque se não há-de partir do princípio de que o aluno não copia, é incapaz de o fazer? Com o que verificamos, penso, que será a mesmo que retroceder, caminhar em círculo.



Companhia Nacional de Navegação

SEDE — R. do Comércio, 85 - LISBOA

SUCURSAL — R. Infante D. Henrique, 63 - PORTO

Assegura a ligação entre Portugal e as Províncias Ultramarinas de África, e Oriente com escala prévia pelos portos do Norte da Europa.

COMODIDADE E CONFORTO

FROTA DA C. N. N.

Navios de passageiros	Tons. D. W.	Tons. desloc.
MOÇAMBIQUE	9.423	18.220
ANGOLA	9.550	18.250
NIASSA	9.705	16.330
QUANZA	6.230	11.550
ÍNDIA	6.655	11.677
TIMOR	6.655	11.677
ZAMBÉZIA	1.857	3.538
LURIO	1.857	3.538
SAVE	1.330	2.680
Em construção:		
PRINCIPE PERFEITO	—	20.000

Navios de carga	Tons. D. W.	Tons. desloc.
SOFALA	12.145	18.520
MOÇAMEDES	9.120	12.990
ROYUNA	9.120	12.990
S. THOME	9.050	12.550
NACALA	3.370	5.130
TAGUS	1.630	2.320
CHINDE	1.543	2.592
ANGOCHE	1.532	2.581

DA COMUNICAÇÃO

(Continuação da pág. 8)

O intelectual traduz, em geral, o nervo da sua época. Quando ele fala tão hábilmente do absurdo e se entrega a uma digressão quase automática pelo que é belo, adivinha-se uma intolerável atmosfera dramática, porque é íntima sem ser completamente consciente. Que há no pensador que nos parece, em vez de calafrio e dúvida, antes uma função não espiritual? É essa a principal característica do escritor dos nossos dias — essa espécie de falsa inviolabilidade que pela excessiva verificação se conseguiu. Não há culpa de que dispor, nem de que sermos vítimas; e alta expressão da tragédia desapareceu. E que fazer numa situação tremenda em que a cumplicidade para a segurança mortal, para a deposição dos conflitos do homem-Deus, circula plácida no nosso próprio sangue?

Ao verdadeiro pensador as massas nunca pareceram uma coisa importuna senão quando o impediram de ter ideias, o que nunca, em ereto, sucedeu. Não é quando estamos em vez da nossa própria personalidade, que é possível viver? A personalidade é muitas vezes uma prevaricação da natureza, ela não é de facto nada de suficiente para nos conduzir a nós próprios. Quando o pensador tem como leit-motiv a sua solidão, isso significa sempre um encontro superior. Quando as massas se movem por um estímulo de comunicação, podem estar a ser levadas pelo orgulho simplesmente. É um estado de guerra como qualquer outro — o da comunicação. E não é decerto para negar, como todos os casos de provocação moral não são para recusar ou iludir. As relações do escritor sério com o mundo só poderão ser válidas se esse ideal ponto de encontro for denunciado.

Que é o renascimento da culpa? Antes de tudo, ele é a aceitação do medo. Querer separar o homem da sua angústia, fazendo, como o escritor de hoje em geral faz, uma minimização da sua espiritualidade, é praticar uma terrível extorsão. Alguma coisa fica morta quando se quer converter o ser a uma existência desprovida de culpabilidade. O absurdo não tem mais interesse para a criatura humana, se ele não for acompanhado pelo que Kierkegaard chama a vertigem da liberdade, ou seja, o medo. O escritor, o homem que compromete as suas ideias porque age vulgarmente sob a influência da personalidade, está a cair no que acima disse já, na celebração das catacumbas e no sacerdotismo; quer dizer, no fim de contas, numa

posição que é o contrário da criação. Ele não conhece o medo nem a culpa, conhece sim a beneficência, a estima da sua qualidade, o sentimento das suas verdades hereditárias. Mas o entusiasmo, o profetismo autêntico ou o excesso, ele os sepultou sob camadas de ritos, de recriações de beleza, de variações melancólicas sobre a exactidão. A liberdade do homem que ausculta e verifica, não é senão um compromisso devorador de todas as suas energias. Deus nunca foi tão verdadeiro como quando não tinha um lugar à parte na vida das suas criaturas. Os homens trucidavam-se e cometiam toda a casta de heresias, mas isso não os desacreditava como homens nem os fazia impuros, porque eles enfrentavam igualmente a sua culpa. Mas a culpa hoje perde-se como um fio de água numa terra demasiado seca. A histórica difamação reside em afirmar-se que as multidões não são sensíveis ao espírito e que saltam por cima das catacumbas dos homens da solidão morna e excepcional. Para o pensador a multidão não é mais do que o indivíduo em guerra. Aceita ou recusa ele essa guerra, mas não pode ignorá-la, em virtude da sua própria actividade moral e da sua contribuição no imediato.

A melancolia é o traço comum do nosso tempo. Até que ponto ela significa decadência ou perversão, ou, em vez disso, desvela a tentação de caminhos mais nobres da humanidade, só um longo estudo o pode decidir. A Europa está cheia de escritores que, na sua tarefa de verificação magistral, guardam o ressentimento e a voluptuosidade da sua melancolia. Ela abate-os e sustenta-os também; ela dá-lhes a força de desprezar, o que é uma atitude mais criadora do que podemos à primeira vista julgar. A melancolia atrai esses pequenos eros de asas negras que são o medo e a culpa. É pela melancolia que nos precipitamos na morte e simultaneamente no renascimento; porque nada do que morre se liquida e se consome, mas resulta numa outra vida. Nada é desesperado quando se transcende, e a melancolia é um devir culpado. Todos os planos para a liberdade do ser humano terão que ser postos de parte, ou já o foram, quando aparece a melancolia. Ela precede sempre um renascimento tão importante quanto não implica apenas o homem, mas o fio autêntico da sua comunicação.

Pode-se perguntar, como Sócrates fazia acerca da virtude, se a comunicação pode ser ensinada.

Depende ela dum dom imanente na personalidade, ou não é esta personalidade senão um obstáculo à mesma comunicação? De qualquer modo, ela tem que ser válida para todos os homens, e aqui vemos que a inteligência arbitraria que se dirige; ou às massas exclusivamente, ou ao indivíduo, não é subversiva para a eternidade. A inteligência profissional não é difusa como a palavra do espírito, e não poderá jamais fazer outra coisa além de ensinar um comportamento imediato. Daí vem que o seu perigo nos parece, no fundo, irregular, e que a civilização da velha Europa não o terá que temer, mas, de certo modo, superar.

Na linguagem do espírito nunca podemos dizer que há vitórias, mas sim que há aquisições de tempo. Se é certo que um pequeno argumento pressupõe outro mais positivo, a história dos homens está sempre prestes, não a completar-se, mas a renascer. O escritor merece as suas próprias queixas, se delas não fizer um renascimento; em geral, ele possui no seu íntimo a voz das massas purificadas pela sensibilidade profética, e não o poderá ignorar. A pedra de toque do pensador é uma originalidade do que é comum. Muitas vezes, porém, por decisão do hábito em que cristalizam todos os valores, ele deixa de pensar deusas, para se voltar, com as suas belas armas de cultura e de sentimentos, para a sua época, de que faz inimiga e outras vezes coisa pior — inferior hierárquica. Acontece que ele sobrepõe a sua personalidade às suas faculdades criadoras, e que, longe de renascer, ele se submete a uma destruição espasmódica e vulgar. Vive permanentemente ocupado fora de si próprio, e sofre portanto o abandono de Deus. Aligeira a sua sorte, aproveita dos dons públicos e fá-los frutificar; a sua alma está como os pequenos mártires trázidos das Índias, com uma máscara de cera para cobrir a corrupção impassível, a carne que no entanto dizem intacta e invulnerável. Que acontece com o pensador que já não sai da multidão para dela trazer o sopro do que é mortal e do que o transfigura? Eis que ele fica suspenso no primeiro degrau do inferno — a melancolia — e não o desce para ir ao encontro dos grandes sedutores que são a culpa, o medo, o castigo. O pensador quase morreu, espera o momento para suceder a si próprio.

O mais importante para um renascimento é talvez uma humildade filosófica. Ninguém entra num mundo novo conhecendo-se como nascido anteriormente, sem que isso resulte em tremendas dificuldades para uma originalidade. É o que sucede em todo o decurso da nossa vida, quando temos de passar dum caminho a outro, dum a outra idade ou tipo de costumes e convivência. Em geral a nossa alma vive mais dos seus fracassos, que são todo o passado, do que da sua aspiração e necessidade. Um renascimento quer dizer, acima de tudo, validade mortal, antecipação e não desfrute do nosso passado. A vocação do fracasso é também um dos caracteres-tipo do escritor de hoje. Ele reconstitui o fracasso com a melhor das imaginações, e pode-se afirmar que não há mesmo melhor historiador do que aquele que sonha activamente com o fracasso. Falta-lhe a atitude do filósofo, que é a da surpresa, a do poeta que é a do entusiasmo, e permanece na verificação ritual e fantástica. A tragédia é um choque de possibilidades e de necessidades. O homem moderno esquiva-se à tragédia por um sistema de malícia para com os seus próprios sentidos, e considera-os indiferentes à

O LUGAR DO TEMPLO

(Continuação da pág. 8)

edificação de um povoado, já hoje notável em extensão, e que progressivamente tende a crescer; admitamos que, pelo seu desenvolvimento, se tornaria tão vasto que envolvesse o lugar das aparições, já então secundário, na grandeza, em relação ao povoado; admitamos, mesmo, que uma grande cidade ai crescesse e que a existência das peregrinações fosse tolher, ou por via do trânsito, ou por causa do comércio, o desenvolvimento da urbe. Naturalmente, os geómetras aconselhariam a deslocação do santuário e da peregrinação, para outro local, com melhores acessos e mais ampla paisagem. Mas, onde está o crente que aceitará essa mudança? Onde a fé, cuja lógica consentisse na permuta? Onde o teólogo que defendesse a identidade dos lugares? Onde?

Por isso, a discussão acerca do local aonde reconstruir a igreja de S. Domingos, de Lisboa, nos parece estéril, acomodaticia e gratuita. Não depende o lugar do templo das necessidades ou do interesse urbanísticos: isso se prova pragmaticamen-

te, com a sanção que a autoridade religiosa tem de dar, sempre que se ergue nova igreja; e filosoficamente isso se demonstra, pela definição do conceito do espaço qualificado. O lugar santo, confere a via da comunicação e, reciprocamente, recebe da oração dos fiéis e pelos actos de culto, a presença de forças sobrenaturais, que seria sacrilego ignorar ou profanar. Hoje, tão correntemente se fala de radioactividade, que não julgamos difícil a admissão da presença das forças ou dos seres, capazes de alterar o espaço geométrico, conferindo virtudes ou poderes diversos, aos diversos lugares. O combate ao dogma religioso, teorizado por pensadores bem intencionados, mas, senhores de deficientes noções acerca dos mundos da matéria e do espírito, cujas leis erradamente identificam, parece-nos absurdo, pueril e contraditório, perante a acção passiva, irracional e confiante, dos dogmas da ciência. Mas, nesses meandros do pensamento positivo, não nos é dado penetrar.

FERNANDO MORGADO

O Chocolate mais imitado



Para Mousses e Doces

UM PRODUTO

Favorita



Encanto e variedade das paisagens esplendor dos museus nobreza dos monumentos históricos mesa requintada...

A FRANÇA espera-vos

DIRECTION GÉNÉRALE DU TOURISME FRANÇAIS

242, Rua Azevedo, 3.º — Lisboa — P. D. C. 2.53.68/9

A Editorial Arcádia

PUBLICOU

FILOSOFIA, CIÊNCIA E RELIGIÃO

Um ensaio de ORLANDO VITORINO sobre textos de Hegel.

E VAI LANÇAR

SARTRE E O EXISTENCIALISMO

de ISMAEL QUILES precedido de um estudo de ANTÓNIO QUADROS sobre «A cultura portuguesa perante o existencialismo».

OUTRAS PUBLICAÇÕES RECENTES

A CIDADE SOLITÁRIA — Contos de Fernando Namora
OS BASTARDOS DO SOL — Novela de Urbano Tavares Rodrigues

TANTA GENTE, MARIANA! — Contos de Judite de Carvalho

(Continua na pág. 13)



Seja moderno—faça férias no Inverno!

Conheça o encanto da vida salutar e despreocupada no mundo maravilhoso das montanhas nevadas da Suíça. Mais de 100 estâncias de Inverno têm tudo preparado para lhe proporcionar as melhores férias da sua vida.

Desportista ou não, os dias passados nos Alpes suíços serão para si uma fonte de novas energias e de recordações felizes.

Do luxuoso hotel à despreocupada pensão, em toda a parte encontrará instalações confortáveis e boa mesa.

Divertimentos e distrações para todos os gostos e todas as idades.

Peça informações ao Centro Nacional Suíço do Turismo

Av. da Liberdade, 158-A-Lisboa, ou à sua Agência de Viagens

Neve, Sol e animação — férias de Inverno na **Suíça**

Um viajante na Suíça: ALEXANDRE DUMAS

Em 1832 a cólera grassava em Paris. Alexandre Dumas julgando-se atingido combateu-a bebendo vinho de Málaga com eter e fugindo para a Suíça para recuperar o apetite, segundo indicação do seu médico. Devemos a esta circunstância as «Impressões de viagem na Suíça» do autor de «Os Três Mosqueteiros».

Em Geneve, Dumas nota que o comércio é a única ocupação dos seus habitantes, visita Saint-Pierre, a casa natal de Jean-Jacques Rousseau. Acha deliciosas as excursões em carro pelos arredores. Vai em peregrinação a Femey onde um porteiro falador lhe oferece, por um «louis», a bengala de Voltaire, que ele acha demasiado cara — em boa verdade esse porteiro fazia da venda da bengala de Voltaire uma rendosa indústria —; em Coppet deixa o castelo de Madame de Staël «com lágrimas nos olhos e o coração dorido».

Embarca em Geneve, para Lausanne, em barco a vapor: «Vemo-lo chegar até nós, escreve, rápido, fumegante e coberto de espuma como um cavalo marinho». Extasia-se com a paisagem: «O lago Léman é o mar de Nápoles, é o seu céu azul, as suas águas azuis. As suas montanhas aparecem sobrepostas umas sobre as outras como os degraus duma escada do céu; por detrás de tudo isso aparece o Mont-Blanc, gigante curioso que olha o lago por cima da cabeça das outras montanhas».

A margem que o barco percorre encanta Dumas com as suas aldeias, as suas searas, as suas vinhas, os seus castelos. Em Nyon admira as construções romanas, do tempo de César, em Morges as Villas em que terracos, que se diriam, transportadas de Sorrento.

Enfim eis Lausanne «com os seus sinos elegantes, Lausanne das casas brancas que parecem de longe um rebanho de cinses e que colocou a beira do lago a pequena povoação de Ouchy, sentinela encarregada de lembrar aos viajantes de não passarem sem render homenagem à rainha vaudoise». Em Lausanne, descobre a vista maravilhosa que se desfruta do «planalto da catedral de Geneve, a sombra garganta do Valais» e as delícias da «ferra da Léman» regada de vinho branco de Vevey, no albergue do Leão de ouro.

De Lausanne, Dumas prossegue a sua viagem. Evoca em Chillon a lem-

brança de Byron. De Villeneuve uma diligência-expresso chamada «celeri-fères» o conduz a Bez. Mas a partir de Bez, é a pé que ele continua o seu caminho, bengala alpina na mão e o saco às costas. Dá mesmo uma receita ao «viajante pedestre» contra o tédio das grandes caminhadas: basta recitar odes de Victor Hugo e de Lamartine, recomendo logo que se chegue ao fim; atirar ao chão, ao passar, com uma grande pedra, castanhas ou nozes, encher os bolsos e descascá-las com uma navalha, ou, na falta de castanheiros ou de nozeiras, empurrar na sua frente com o pé uma pedrinha.

Afirma ele que graças a estes processos «o tempo e a distância deixam de se dividir por horas e por léguas».

Dumas abandona Bez, onde visitou as famosas Salines, às 11 horas da manhã para se dirigir a Martigny onde conta pernoitar. Passa por St. Maurice «que foi desde sempre considerada a porta do Valais» e evoca o mártir da legião de Agaune. Ao sair de St. Maurice descobre a pequena «Ermiteira de Notre-Dame de Sez» colada contra a parede dum rochedo à altura de 800 metros.

Depois de 10 minutos de marcha encontra a pequena capela de Vorleiz, construída no local daquela em que St. Maurice foi suplicado. Depois de uma hora e meia de marcha, a cascata de Pissevache oferece-se aos seus olhos maravilhosos, recordando-se sobre o seu rochedo negro como um rio de leite que se precipitasse da montanha.

Dumas chega a Martigny cerca das quatro horas da manhã.

«É um grande estirão de Bez aqui», diz ele ao estalajadeiro, pousando a sua bengala alpina no canto da chaminé e colocando sobre ela o seu chapéu de palha.

— Seis leguazitas nossas, meu Senhor, diz o estalajadeiro.

— E daqui a Chamonix? pergunta Dumas.

— Nove léguas.

Dumas pede logo um guia para o dia seguinte às 6 horas da manhã.

— O Senhor vai a pé? Perguntou o estalajadeiro.

— Sempre, respondeu Dumas.

Antes de prosseguir na sua viagem a pé, jantou um bife de urso «que tinha comido a metade do caçador que matara» e pernoitou no quarto «onde dormira Maria-Luísia quando ela passara por Martigny em 1829».

bém essa sirva para disfarce, apenas enquanto a tristeza parece inevitável, o riso surge como situação-produto, não como inato à condição humana.

Vejamos como no teatro, por exemplo, se apresentam, como ritmos contrários e valores distintos, a comédia e a tragédia.

Jamais a comédia atingiu ou atingirá o nível da tragédia porque o homem sabe muito mais da dor do que da felicidade e ainda porque, como já vimos, além de ser a tristeza uma condição fatal da sua natureza, o riso pouco tem que ver com a alegria.

A comédia que serve essen-

cialmente para distrair o homem de si próprio e preencher os vazios do tédio, aparece como uma necessidade discutível ou como a pequena moeda do capital-potência do homem.

Sendo a condição humana dramática, o seu destino e a sua existência embebidos em dor, o homem lúcido que possua em alto grau a força de pensar e de sentir, estará mais naturalmente inclinado à tristeza do que ao riso.

Assim a tragédia, produto natural dum pensamento-vivência, premente de angústia e de tristeza é, apesar disso, nobre na medida em que estimula a me-

ditação e a procura dum progresso. Colocando o homem perante um destino que parece inexorável, aponta-lhe paradoxalmente os caminhos de esperança da transcendência.

Produto de pensamento e de sensibilidade, ainda que num nível pouco elevado, a comédia encontra porventura um meio nobre de actuar — na crítica dos costumes.

Ao atingir os indivíduos refractários à meditação e ao tender para uma melhoria das faculdades e atributos do homem, pode ser construtiva e elevante. Mas só nesse aspecto.

ANA HATHERLY

NÓS, OS PORTUGUESES...

Por
FERNANDO SYLVAN

são, e essa era a de levar a Igreja Católica aonde quer que Deus lhe abrisse caminho. Assim era, assim tinha de ser, assim se cumpria o imperativo messiânico que nessa época deu o primeiro lugar, entre os povos maiores, aos Portugueses.

A Igreja, com os Portugueses, deixava noventa e nove ovelhas para afundar-se nos trópicos, em busca da ovelha que, lá desde sempre, estava perdida. Essa ovelha perdida, representando milhões e milhões de homens, era a que precisava do pastor, era a que precisava da coragem e do amor do próximo, era a que tinha de ser trazida para junto das restantes, entrar no convívio, quiçá mesmo ser aquela que maiores cuidados e interesse usufruía. Assim, cumpria-se a Escritura, cumpria-se um dos mais belos recados de Jesus aos homens capazes de entender a sua mensagem. Mercê de terem sido os grandes instrumentos dessa mensagem, os Portugueses ergueram-se a uma altura nunca atingida e na medida em que as palavras de Jesus se tornavam íntimas dos gentios, os Portugueses eram glorificados como os grandes senhores da Terra. Tinha enfim chegado o momento de darmos nós o nosso contributo à Europa e demo-la de uma forma tão decisiva, tão heróica e ao mesmo tempo tão lúcida, que Deus nos abençoou particularmente e os homens arregalaram os seus olhos surpreendidos.

A relativamente pouca intimidade que Portugal tivera com o resto da Europa foi explicada pelos Descobrimientos. A meseta ibérica, aqui já, a levar a vida para outro plano e outro clima, e os Pirinéus, mais além, tinham vincado ao povo deste recanto ocidental um carácter o menos europeu possível o menos europeu, entenda-se, no sentido do pouco que lhe interessava a vida íntima de todos aqueles povos. Os Portugueses desejavam apenas que a Europa progredisse e vivesse em paz, mas não tinham o menor interesse em imiscuir-se nos problemas, muitas vezes de família, algumas vezes de fronteira, mas sempre de influência, dos outros povos. E se com a Espanha o comportamento foi diferente, isto deveu-se à irrequietude dos nossos vizinhos para conosco.

A Europa não tinha voz para os Portugueses. Nós, realmente, não entendíamos a voz dos outros povos, sobretudo quando era ameaçadora. Toda a nossa auscultação ia para

o Mar, porque era maior a compreensão que tínhamos pelo futuro do que pelo passado, e esse destino de alma nacional nos criava uma ardente saudade pelo que tínhamos de realizar. Era, portanto, não uma saudade passiva, vivida na memória dos factos que já podem ser por nós próprios julgados, mas uma saudade activa, de eminências proféticas, do que sentíamos ter-nos sido prometido.

Nessa promessa residia a exploração de termos sido, em certo período, o maior povo do mundo. Não seríamos o mais forte, não seríamos o de mais brilhante passado; mas o termos sido destinados à missão mais importante que povo algum levou a cabo nos séculos XV e XVI dá-nos, entre os europeus, e durante pelo menos duzentos anos, o primeiro lugar.

Não pode deixar de nos importar saber se éramos ou não os destinados. Analisando a acção da Igreja, na Europa, até ao século XV, verifica-se que houve uma limitação da zona geográfica da sua influência, enquanto no campo especulativo atingia os pontos mais elevados. A doutrina católica tinha-se vindo a estruturar de século a século. Considerando a Igreja ter atingido o máximo da progressão vertical, pela qual estabelecia as relações com Deus (em conclusão das anteriores relações de Deus), tinha de desenvolver-se em progressão horizontal, pela qual estabelecia as relações com os homens (em conclusão das anteriores relações com o Homem).

Foram os Portugueses, os Portugueses do continente e os Portugueses do Ultramar, os chamados para esta missão, mas chamados porque já estavam para ela destinados. Os Ultramarinos não se tornaram Portugueses por os Descobridores terem chegado aonde eles já estavam, mas por serem predestinada etapa, e cúpula, dos feitos que teriam de ser iniciados do lado de cá. Por isso é que toda a acção realizada tem um sentido messiânico e os Portugueses de cá e de lá surgem com uma unidade biologicamente conflituosa mas filosoficamente certa. O nosso sentido de Raça frutifica na heterogeneidade, e, portanto, a unidade nacional é absoluta.

Assim, todos nós temos o mesmo tempo de vida nacional. Tornámo-nos simultaneamente Portugueses com o primeiro gesto de Afonso Henriques. Pelo facto de o Algarve ter vindo mais tarde os Minhotos não dirão que o Sul é um Portugal mais novo; também os Continentais, só por o Ultramar se ter mostrado depois não poderão dizer que ele não é o mesmo Portugal.

necessidade, o que quer dizer que se inclui no fracasso.

O que é mais importante para um renascimento? A tragédia, portanto. A sensualidade, não do passado nem do futuro, mas do real. O aprofundamento do lado da consciência que não é iluminado pelo sol, o rápido presentir e desvendar, isso que os artistas muitas vezes chamam inspiração, favorecem a tragédia e dão impulso ao renascimento. Tudo isto não é mais do que aquilo que podemos encontrar no coração da nossa própria época e, por conseguinte, na fluência dos seus homens de espírito. Porque estou longe de admitir que aquilo que um pensador traz à luz é outra coisa senão o que existe e se agita no seio dos seus contemporâneos e do indivíduo em geral. Esta afirmação pode mesmo passar por um plágio, se quiserem; mas nunca uma verdade foi proferida sem que gozasse imediatamente de direitos divinos e pudesse vencer os séculos com a mesma frescura e poder alicianante. O renascimento, como o nascimento, não é uma proposta, é uma necessidade — e nesta todos nós, o homem de letras como o estudante, o rústico como o burguês e o pobre de Cristo, todos cumprimos.

O ponto em que eu quero insistir é este: pode a comunicação ser ensinada? Respondendo a isto, afigura-se-me que um problema decisivo, do intelectual e do humanista, pode esclarecer-se talvez. Pois a tragédia, a guerra e o mito do nosso tempo é o da comunicação, e todos os abismos, para tal, não nos serão poupados.

AGUSTINA BESSA-LUIS

GLÓRIA E EPIGRAFIA

Seria na verdade surpreendente se não fosse sintomática, a preferência que, de há algum tempo para cá, a Câmara Municipal de Lisboa vem mostrando, ao deixar que as recentes ruas da cidade sejam designadas por seriação numérica ou alfabética — no começo por condescendência que, em curto prazo, se consolidará em definitiva decisão —, tal como rua A às..., rua B ao..., rua n.º 2, lote n.º 3, etc. Quase já não esperamos que esta designação desindividualizante e abstracta seja substituída pela tradicional nomeação, adequada como era esta aos seres que habitam uma cidade, isto é, aos seres que *falam*: aos homens. E isto afirmamos, porque sequente nos aparece este fenómeno com a escolha dos nomes ilustres que, desde há quarenta ou cinquenta anos para cá traduzem, transformam e transmitem em palavras significantes o que, de um modo geral e insignificante, se usa chamar obras públicas.

Seria interessante e útil que homem ocioso — se é que ainda os há — dedicasse algumas das poucas horas vagas — se ainda as há — a coleccionar os nomes que sinalam as ruas lisboetas, desde o tempo do Marquês de Pombal para cá. Não o sabemos se alguém o fez, e é mesmo possível que haja quem solitariamente, consiga os indispensáveis momentos para se dedicar a tão trabalhosos passatempo. Mas esclarecer-se-iam muitas questões obscuras, descobrir-se-iam motivos de alguns males de que sofremos e ver-se-ia como, de

modo imperceptível, se foram substituído aos nomes dos consagrados, os nomes dos homens que apenas se destacaram ou distinguiram porque venderam a sua vida para *passarem à história*, fiados como estão na infiel e perecível lembrança dos seus semelhantes.

Esta questão dos nomes que designam as coisas tem maior importância do que, desavisadamente, costumamos conceder-lhe. Assim não pensavam, ao tempo da ocupação filipina, durante os sessenta anos de dominação castelhana pois que, certo cuidado do ocupador, se nos revela pelo facto, de todos sabido, de que muitas freguesias ou aldeias, então conhecidas pela denominação de Santo Condestável, Beato Nuno ou de Nuno Alvares Pereira terem sido obrigadas a mudar de toponímia; mas quase todas podem hoje ser reconhecidas pelo nome de Santo Amaro, o que denuncia a astúcia consciente ou inconsciente dos administradores. O exemplo ocorreu-nos por flagrante e esclarecedor e se, na recente reforma administrativa de Lisboa, todas ou quase todas as freguesias civis receberam por toponímio o orago tradicional — pelo que se vê a preferência da denominação religiosa sobre a denominação política — pior seria que as freguesias fossem indicadas por números ou letras, como já acontece, quer com Bairros quer com as zonas postais de Lisboa, dizem que para *simplificação dos serviços*.

Pre vemos o sorriso alarve ou a indignação estulta de quem, habituado às quatro operações aritméticas

elementares não compreende a análise superior e é incapaz portanto da síntese surpreendente e maravilhosa que adequa o pensamento às supremas realidades.

Efectivamente, a nomeação dos lugares, a toponímia, longe de representar uma enumeração para meros fins utilitários ou uma placa que recorde um nome cuja significação para ninguém é elucidativa e educadora, poderá assinalar, como outrora aconteceu, os momentos de génese superior que alimentam o sangue da pátria, permitindo a sua independência.

Já que são os municípios quem necessitam de nomes ilustres para designação dos locais e não as pessoas ilustres quem necessitam de pedras onde vejam escrito o seu nome, conviria que as vereações meditassem um pouco mais demoradamente no critério da escolha, para não incorrerem levemente nas injustiças que se ostentam aos olhos de nacionais, forasteiros e estrangeiros.

Assim, por exemplo, se nós perguntarmos quais são os filósofos que mereceram a atenção do Município de Lisboa, verificaremos que a injustiça flagrante das omissões bradará aos céus — se é lícito falar em céus, quando se trata de assuntos positivistas. Por agora interessa-nos apenas lembrar o nome de um filósofo, jurista e escritor que residiu durante muitos anos e faleceu na capital que tornou ilustre pelos seus artigos na imprensa e pelos valiosos livros publicados. Referimo-nos, evidentemente a José Maria da Cunha Seixas, natural da freguesia de

Travões, concelho de S. João da Pesqueira.

Se é certo que na terra de naturalidade deste filósofo português, sem dúvida um dos maiores homens de génio que nasceram na província da Beira Alta, não existe o mínimo monumento ou documento que ateste a gratidão dos seus conterrâneos, ignorantes do que é o nobre esforço de lutar pela verdade, tal facto lamentável embora, desculpa-se com razões óbvias. Não se justifica porém, que nas capitais mais ilustres pelos seus institutos universitários, Coimbra onde o jurista se formou e Lisboa onde o advogado professor, não hajam ainda prestado atenção a todas as glórias nacionais.

Admirador de D. Pedro V e candidato a professor do Curso Superior de Letras, Cunha Seixas reagiu nobremente contra o positismo que haveria de ameaçar, deturpar e adulterar o sistema de ensino público. Estando nós agora numa decisiva fase de resgate e restauração das doutrinas tradicionais, inclusivamente até dentro da universidade, parece oportuno que, enfim se dê justa reparação moral à figura excelsa de Cunha Seixas, erigindo uma estátua ao filósofo português na área extensa da Cidade Universitária e conferindo a uma praça ampla a tão ilustre como conhecido nome. Dizemos praça e não rua, porque mal soaria o encontro cacafónico de rua com Cunha, erro que naturalmente seria evitado pelos doutos vereadores municipais.

F. S. M.

Crise, Acção, Pensamento

(Continuação da pág. 20)

Pede-se uma terceira força: Mas o que é, o que pode ser uma terceira força?

Não certamente acção; nem em outro partido, nem uma outra orgânica, nem um outro sistema. A terceira força será aquela que necessariamente derive do terreno comum em que os opositores se encontrem. Aquela que, num plano de naturalidade, seja susceptível de constituir linguagem para o diálogo entre as almas irreduzíveis.

O terem encontrado uma tal linguagem parece ser o segredo das nações anglosaxónicas. Admiramos nestes países que a alternância dos partidos não modifique o essencial, a ideia de um destino no mundo, uma concepção pátria do homem e da vida. Do partido democrático para o republicano nos Estados Unidos, do conservador para o trabalhista na Grã-Bretanha, permanece o espírito vivo de uma mesma tradição. A divergência é apenas de métodos e de homens, porque o princípio espiritual fica inalterado. Aí, pensamento e acção partem do mesmo epicentro, situado intra-fronteiras. O «american way of living» o «I live in my island» que outros povos condenam e são consideradas perfeitas legendas de isolamento, constituem afinal, o exotismo pragmático da realidade de uma filosofia própria, americana e britânica. O que outros condenam, porque sentem a sua impermeabilidade e a sua consistência intelectual e anímica, é precisamente a força de que falávamos, a terceira força, a estrutura real destas nações condutoras, permitindo que através dos séculos, das gerações, das políticas, dos partidos e dos governantes de toda a índole, o mesmo facto seja conduzido. Pedra sobre pedra, pais e filhos, amigos e inimigos, religiosos e ateus, príncipes e populares, bran-

cos e negros foram construindo o mesmo edifício. Opondo-se embora, todos se integram no comum sistema de uma filosofia que, desde Bacon, Locke e Stuart Mill, até Lincoln, Washington e Jefferson se desenvolveu e frutificou nos viçosos ramos de uma legislação, uma educação e um pragmatismo imbuídos de uma fundamental identidade ideológica.

Do mesmo modo, em Portugal, o desenvolvimento e a aceitação de um modo português de filosofar ou de uma filosofia portuguesa, se nos afigura o único caminho viável para a reconciliação dos portugueses, senão no plano anímico das paixões, pelo menos no plano espiritual. A terceira força, deste modo considerada, nunca poderá ser imediatamente exequível. É uma força mediata, porque mais potencial do que actual. Mas também as soluções imediatas, por brilhantes que pareçam, mais exequíveis não são. As leis e os decretos, quando não atendem à constituição antropológica do homem português, chocam-se com dificuldades imprevisíveis. Do gabinete para a rua, interpõe-se o homem. O direito abre falência, se não radica numa filosofia própria.

Temos verificado que à expressão «filosofia portuguesa» ou «modo português de pensar ou de filosofar» se têm dado significados restritos, atribuindo-se a ideia a um grupo, uma facção ou uma tertúlia que seria representado por este jornal e por alguns discípulos de Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoais ou Fernando Pessoa, que assumiram ideia equivalente nos tempos da Renascença Portuguesa, com as designações, respectivamente, de «cultura nacional-humana», «génio português» ou «mensagem da raça portuguesa». Lamentamos profundamente tal equívoco, porque ou a filosofia portuguesa é constituída por todo o pensamento que portugueses criem e

apresentem com originalidade e consciência da sua situação existencial e da sua língua, ou então, no nível restrito e partidário, não existe. Temos de expressão o significado mais lato que imaginar se possa: a filosofia portuguesa é a razão velada que fundamenta toda a história de Portugal, é a filosofia de Portugal, se é certo que não há acto sem pensamento prévio. Os momentos de crise histórica, são momentos de crise mental. E quando mais alto nos elevamos, mais alto se eleva o nosso pensamento. Camões, Vieira, Junqueiro, Pessoa, disseram de certo modo o mesmo que hoje, em termos mais teóricos, se procura dizer. Ou seja: que, como possuidores de uma estrutura antropológica, de uma cultura, de uma língua, em suma de uma pátria, devemos conhecer aqueles fins espirituais que estão ao nosso alcance cumprir. Eis o que implica uma gnosiologia, uma antropologia, uma teologia, uma cosmologia, uma epistemologia, uma estética e uma pragmática. Uma filosofia. Um caminho.

Como seguir para um objectivo de redenção e de conhecimento? Nesse plano se colocará o dualismo da tese e da antítese. No «como». A síntese far-se-á pelo respeito e o cumprimento de uma teologia pensada e sistematizada pelos filósofos, sábios, artistas e poetas, que são os verdadeiros criadores. A terceira força é invisível. Não tem partido nem organização. É a força do espírito. Alistando-se, comprometer-se-ia. Mas se nela não se alistarem por igual, partido e organizações, o problema ficará para sempre irresolúvel, a pátria será dividida, louca e enfermeiro não terminarão mais o seu bailado, a angústia não poderá dar lugar à esperança. Que os ramos apontem a lados opostos, mas que o tronco seja o mesmo: uma linha de pensamento, uma tradição filosófica. Bebendo na mesma seiva, crescerão em harmonia para as alturas e, crescendo eles, crescerá também o tronco.



COMPANHIA UNIÃO FABRIL

A MAIOR ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL DA PENÍNSULA

- SUPERFOSFATOS
- ADUBOS
- SULFATO DE COBRE
- ENXOFRES
- BAGAÇO PARA ALIMENTAÇÃO DE GADOS
- INSECTICIDAS
- SABÕES
- ÁCIDOS
- VELAS
- GLICERINAS

- ÓLEOS INDUSTRIAIS
- ÓLEOS COMESTÍVEIS
- AZEITES
- FIOS, TECIDOS E SACOS DE JUTA
- FIOS E CORDAS DE SISAL
- CAPACHOS DO CAIRO
- CARPETES E PASSADEIRAS
- LONAS DE ALGODÃO
- METALURGIA DO FERRO E AÇO
- METALURGIA DO OURO E DA PRATA

PORTO

LISBOA

RUA DO COMÉRCIO, 49

R. SÁ DA BANDEIRA, 82

CRISE

Um corpo dividido é um organismo morto. A divisão difere da amputação em que, cortando o próprio centro vital, aniquila o princípio da existência. Eis porque não acreditamos ser ainda Portugal uma pátria dividida. Se o fosse, nada restaria para defender e o processo da divisão aniquilaria ambas as partes em conflito: fruste e condenada, qualquer vitória breve seria a flor de uma hora.

Dividida não é, porque ainda falamos todos português e na mesma identidade das palavras que nos afirmamos ser reflecte a similaridade de um terreno comum. Dividida não é: porém, mais e mais vai aparecendo a olhares lúcidos uma imagem desfocada que custa a reconhecer. Quem possui, dentro de si, o claro contorno simbólico de um arquétipo, tudo fará para reconstituir o sonho. Menos do que odiar, sofrerá; mais do que sofrer, quererá agir; mais ainda do que agir, na última instância da lucidez, tentará pensar. Pensar parecer-lhe-á o último reduto do princípio esquecido. Pensar aparecer-lhe-á o último recurso, a voz serena e penetrante por sobre os punhos cerrados. Pensar, que nunca é repetir, traduzir ou diminuir, afigurar-se-lhe-á como a única estrutura de fogo, num mar de cinzas.

Quando o espírito se afasta, a alma morre ou enlouquece e os órgãos defrontam-se com inimigos irreconciliáveis: cessa o movimento. Fechado entre as quatro paredes da sua cela, o louco repete o mesmo caminho circular. Afligido pelas forças contrárias que o devoram, não é capaz de quebrar o círculo senão através de periódicos ataques de furor. Acorre o enfermeiro, com a sua camisa de forças. Entre os dois, todavia, nesse estranho bailado em que a violência e a demência quase se confundem, há um trágico equívoco. É tão trágico ser louco como viver o destino da camisa de forças.

Como subsiste um povo que passou os últimos quatro séculos à procura de si mesmo? Quatro séculos se alimentou da memória, quatro séculos a memória modelou homens de vontade que, mesmo na inconsciência de um destino mais alto que eles mesmos, trabalharam, sofreram e lutaram para guardar a herança e transmiti-la. Quatro séculos bebeu o irracional, fervendo no sangue e apenas no sangue, o irracional construindo por ínvios caminhos um mesclado sentimento de patriotismo, desapoado da ideia e por isso conservando unicamente uma dignidade de transmissor de testemunho.

Quatro séculos resistiu ao ataque. Mas quatro séculos é muito. É demais. É excessivo. Quatro séculos a viver de um mito e de uma razão que lentamente foram descendo todos os degraus do inconsciente colectivo e agora parecem prestes a atingir aquela névoa onde a memória não penetra já. Quando, numa hora derradeira, se colasse o último poeta de epopeia, e quando se detivesse o último filósofo capaz de transcender o limite individual, e quando desaparecesse o último auditor para a voz de uma gesta colectiva, seria a consumação irremediável daquilo que se vem há muito preparando: a morte de um destino colectivo histórico, de um povo, de uma pátria. Esse seria o ponto da cisão: quando, irresponsável, a pergunta se evolasse da fractura e mais não encontrasse do que um silêncio cúmplice: para quê? para quê continuar, persistir, se o nosso pensamento já não é nosso, se já nada nos resta de próprio e original, se nos assumimos apenas seguidores, se, em última análise, os outros nos governam com

os seus livros, os seus modelos, os seus exemplos? Depois de abrir o foco criador das ideias e dos actos, como seria fácil e até fascinante abrir também as fronteiras!

O corpo está doente. A alma não é sequer saudade, mas tão só lembrança, dia a dia mais longínqua. Apenas no espírito encontraríamos o estímulo de uma duradoura renascença: no desvelamento de uma razão suficientemente profunda e subtil para harmonizar os contrários, mesmo na divergência dos métodos e dos caminhos; para suscitar um entendimento fáctico, mesmo na alternância do poder e da vontade do mando; para abater ou atenuar as barreiras de ódio, entre os órgãos e os membros do mesmo organismo; para inspirar a todos e a cada um de nós, social e individualmente, a consciência de sermos portugueses,

AACÇÃO

não por hábito ou por memória, mas por nos assumirmos missionários de uma verdade determinada que se afirmou no próprio fenómeno da nossa existência histórica e diferenciada. Um povo não existe para se alimentar ou para agitar uma bandeira de orgulho. A alimentação é infra-estrutura, não é razão de ser. Quaisquer funcionários, de qualquer ponto do globo, nos administrariam tão bem ou até melhor do que nós. A bandeira não pode ser, por outro lado, o emblema que se ostenta na lapela. Ou simboliza um superior caminho espiritual ou se degrada a uma função equivalente à do estandarte desportivo.

Com efeito, a existência histórica de um povo assume intencionalidade religiosa. Sempre que os homens se unem, se religam para, unidos em algo, ascender a um plano mais alto de que o da sua finitude e do seu isolamento, realizam uma forma religiosa. Pode tal forma exprimir-se pela absoluta coincidência dos fins igrejas e públicos, como foi o caso em todas as civilizações, desde o Egipto de ontem até à Inglaterra de hoje, em que o Faraó ou o Rei é simultaneamente o chefe da hierarquia eclesiástica e da hierarquia civil. Pode ainda exprimir-se por um desdobraimento, como é o caso dos países católicos, em que o chefe do poder clerical se encontra fora de fronteiras e o chefe ou os chefes do poder civil coexistem com o seu povo. Mesmo neste último caso, o Estado não pode deixar de ter fins espirituais próprios, ainda que apenas consistam na específica interpretação, adaptação ou actualização no concreto temporal e espacial, de princípios trans-históricos que em si permanecem vagos e abstractos. Se o Estado é meramente uma máquina administrativa, não pode esperar a fidelidade dos cidadãos, que sempre trocam a pontualidade burocrática por um ideal de transcendência humana: diminuído embora, este é sempre mais promissor, esperançoso e satisfatório para a alma, do que o falso movimento das repartições onde o ideal se troca pela pequena moeda dos ofícios e das curvaturas de espinha.

Um povo de burocratas é um povo estagnado. É o que ultrapassa a burocracia, a utilidade, até a economia, que realmente satisfaz a ânsia de espiritualidade dos povos. As técnicas de governação, administra-

ção e produção não constituem fins em si mesmas. São meios que, indispensáveis e insubstituíveis embora, devem servir o homem, adaptar-se às suas necessidades e, a partir de determinado limite, ceder o passo à zona inteligente, emocional, intuitiva e idealista onde só abusivamente por vezes se instalam. Razão individual e razão colectiva, conjugadas e harmónicas, desejam criar, em toda a variação do acto, uma vida que transcenda o efémero do egoísmo quotidiano.

É na impossibilidade de realizar estes conceitos de superação, é no espectáculo que oferece uma sociedade mais de luta do que de viagem, é na incapacidade de preencher as lacunas de uma existência consumindo-se sem altura, que se filia a angústia do nosso tempo. Quem está angustiado é quem tem fome, mas fome de espírito. Pouco falam os sociólogos da fome de espírito, mas a evidência da sua realidade é tão forte no mundo de hoje, como a fome de alimentos que aflige conhecidas regiões do globo.

Onde o espírito, porém? Onde a ideia capaz de agregar ou reagrupar

a tripulação desavinda? Se a ideia pudesse efectivamente representar a verdade, não haveria dificuldade. Mas a verdade nunca se deu, nunca se dá de uma vez para sempre. Porque é evolução, porque a todo o momento se situa diferentemente, porque a multiplicidade dos espaços e a heterogeneidade dos tempos a actualizam, modificando sempre a distância a que se está do enigma, não pode apresentar-se aos Estados como uma categoria estática e definitiva. Tal é o significado não só do conceito do progresso biológico e científico, como, religiosamente, do lugar relativo do Espírito Santo na Santíssima Trindade. A palavra final capaz de aplacar a dor não foi dita ainda. Cada língua em cada pátria procura a sua palavra. O Espírito, revelando-se aos homens, prometendo a sua assistência até à consu-

nevoeiro, a nau enche-se de vozes e já ninguém conhece o seu lugar na grande empresa. Porque o comandante não é, nunca pode ser um homem. Mais do que um homem, é um princípio. Desumano? Não, porque o seu contorno se desenha por homens: os homens que o pensaram, que o criaram, que o cantaram, que o amaram, que o serviram. Agora, contudo, o desenho parece apagar-se na distância. Não só o desenho. O fogo ainda, o fogo que incansavelmente o reconstituía, presente e vivo, na génese de cada destino individual e na raiz de cada destino colectivo.

Quando, na tempestade, não se distingue já as vozes do comando certo, exige-se a acção para substituir a necessidade. A acção, em tal plano, surge como a carência da necessidade. A relação lógica entre o pensamento e o acto é a vinculação necessária do homem ao seu destino. Gritar acção é esquecer ou ocultar o primeiro termo. Quem pensa? Eis aqui a grande, a decisiva, a suprema pergunta. Estamos submergidos de acção. Todos querem actuar e todos querem que actuemos. As vozes do mando chegam-nos no mais alto registo e com um toque de histerismo. As palavras de ordem trazem hoje unânimemente em riste, a bandeira da acção. Substantivada, a palavra tornou-se uma máscara enigmática e falseada que raros sabem já decifrar. Acção: vontade e obediência. Acção: vontade e disciplina. Acção: vontade e revolta. Acção: vontade e sugestão. Acção: vontade e menori-

dade. É fenómeno evidente e aliás enunciado com clareza, que o panorama político, religioso e social português está hoje inteiramente dominado pelo conceito da acção. Actuar: ficar, derrubar, substituir, manter. Neste ciclo de nascimento e morte dos regimes, em cujo signo Portugal vem vivendo há séculos, a pergunta fica porém em suspenso sobre nós, indecisa no nosso sacrifício, monstruosa e mortífera, como pedra de sísifo que fosse sustentada por todo um povo: quem pensa?

São portugueses, os que — há séculos, sublinhamos — vêm pensando a acção portuguesa? Portugueses, os princípios? Portugueses, as ideias? Portugueses, as intenções? Portugueses, o verdadeiro mando? Da certa resposta a estas interrogações, afigura-se-nos que se conclui lógica-

finalmente, ao estado de cadáver virtual.

Percorrendo, com efeito, as leis e os diplomas; lendo cuidadosamente os discursos dos comícios; estudando com minúcia todo o pensamento que se disfarça sob o imperativo de uma acção que nós, portugueses, insistentemente somos chamados a cumprir, a conclusão surge clara, nítida e precisa: tudo radica em epicentros ideológicos que, pretendendo à intemporalidade e à universalidade de ideais exteriores aos condicionamentos humanos, constituem efectivamente formas de imperialismo que, logo na concepção, negam a própria liberdade humana que abusivamente dizem representar. Mantêm-se assim o domínio de umas culturas sobre as outras, de umas classes sobre as outras, de umas hierarquias sobre as outras. As pequenas almas deixam-se seduzir por promessas de paraísos, comprados pela fácil moeda de uma cega disciplina ou de uma acção abediente que significa nada menos do que a abdicação do espírito individual, da razão divina para conceber, imaginar e razeoar que cada um de nós alberga dentro de si. Acção pode transformar-se, deste modo, em organização sistemática da ignorância. O imperativo moral, político, social substitui a sabedoria. Pensar não é para leigos. E, obediência e humilhado, o homem continua a rastejar sobre a terra. O processo secular apenas se cobre com novas roupagens. A escravidão toma outros nomes. A proibição interioriza-se. A imagem ingénua do chicote ou a câmara de sofrimentos de uma qualquer inquisição transferiram-se para módulos mais subtis. Dentro de si mesmo, o homem tem as chaves, mas receia utilizá-las. É como que se as não tivesse. A intriga envolve o corajoso. Abrir uma porta proibida é então como praticar o suicídio social. Não se chicoteia, não se tortura. Há armas mais eficazes: o ridículo, o silêncio, o descrédito, o desemprego. Não se ataca de frente. É subterraneamente, por uma pressão social e intelectual que nem precisa de utilizar argumentos e razões, que se vence quem por si queira pensar. Elevam-se os mediocres e trata-se de louco quem não respeitar as regras estabelecidas. Por detrás da malha inerte da ignorância que ela própria criou, a aranha devora o ansioso dos espaços.

Quem deve pensar, então? Pe-

PENSAMENTO

mação dos tempos para preencher todo o vazio deixado pelo ensino predominantemente moral de Cristo, falou todas as línguas. Mas o homem, que não é espírito puro, mas espírito alçado ou razão animada, só fala verdadeiramente uma língua, só pensa verdadeiramente uma língua, e é através da sua língua, fogo e caminho, que encontrará a resposta. Eis porque uma língua não pode transferir para outra, a busca da verdade. Eis porque, rigorosamente, traduzir é impensável. É assumindo-se em plenitude, aceitando no entanto os contributos de outras culturas, que cada língua humana justifica o milagre da sua original radicação. Cada língua, fogo e caminho, aponta directamente à actividade criadora do espírito.

Onde o espírito singular de um povo, porém? Onde a ideia capaz de agregar, de juntar, de reagrupar a tripulação desavinda? A língua parece matéria informe e abstracta para os que, não sendo poetas ou filósofos, apenas a sabem utilizar. Devemos então procurá-la nos homens?

Quando o comandante não é visível ou a sua figura se esbate em

mente o porquê da longa crise que, desde o século XVI, perturba o nosso natural desenvolvimento. Ninguém pode pensar melhor Portugal, do que os portugueses. nenhuns princípios podem definir melhor o critério de uma válida acção portuguesa, do que princípios gerados em solo português, por homens portugueses em diálogo com os problemas portugueses, com a cultura portuguesa, com o espírito português. O pensamento dos outros depende sempre do subsídio. Como princípio orientador, porém, age dentro de nós como agente corrosivo e oferece a nossa carne e o nosso sangue, como pasto para o crescimento alheio. Assim as grandes potências modernas, políticas ou espirituais, beberam a sua força na fonte da vida dos que se deixaram dominar. Continuar a servir obediência e subservientemente as culturas alheias, que sãbiamente se apresentam sob diversas formas e sempre sob a moeda de um universal talhado à sua medida, é, cada vez mais, levar este espírito ao nível da alma ou das puras paixões e contravérsias; esta alma, no segundo estádio, à degradação do corpo doente e dos órgãos desavindos; este corpo,

rante o sistema de anulação dos contrários, em que uma força submerge a outra para por sua vez ser submergida, pede-se uma terceira força. Esta seria a síntese, na fórmula dialéctica. Para resolver a tese e a antítese, a síntese reuniria os dois termos e aumentá-los-ia ainda. Certo é que temos vivido quase sempre sem a síntese. Duas forças apenas se degladiam, com alternâncias de predominio. Nem é necessário historiar: ontem monárquicos e republicanos julgaram que da vitória de um dos termos surgiria a felicidade nacional; vitoriosa a República, nada se resolveu e um novo dilema surgiu: democráticos ou regeneradores; mais tarde, o problema recolocou-se ainda dualisticamente: situação ou oposição; amanhã, alterada a distribuição das peças do jogo, teríamos porventura: democracia cristã ou socialismo. A existência de forças menores, além destas que enunciámos, não modifica o carácter da questão, política cada uma delas se coloca dualisticamente em relação à força que momentaneamente detenha as rédeas do poder.

(Continua na pág. 13)